



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VALTER ANGELO DA SILVA JÚNIOR

**O PODER COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: O *COMPREHENSIVE
NATIONAL POWER* (CNP) DA CHINA NA ERA HU JINTAO**

**JOÃO PESSOA
2017**

VALTER ANGELO DA SILVA JÚNIOR

**O PODER COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: O *COMPREHENSIVE
NATIONAL POWER* (CNP) DA CHINA NA ERA HU JINTAO**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva Junior, Valter Angelo da
O poder com características chinesas [manuscrito] : o
Comprehensive National Power (CNP) da China na era Hu Jintao /
Valter Angelo da Silva Junior. - 2017.
110 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite,
Departamento de Relações Internacionais".

1. Comprehensive National Power. 2. CNP. 3. Poder
nacional. I. Título.

21. ed. CDD 278.112

VALTER ANGELO DA SILVA JÚNIOR

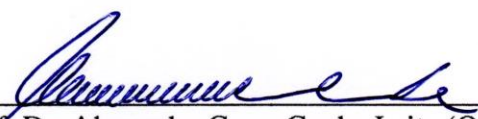
**O PODER COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: O COMPREHENSIVE
NATIONAL POWER (CNP) DA CHINA NA ERA HU JINTAO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

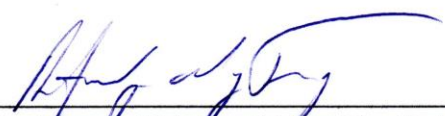
Área de concentração: Política Internacional.

Aprovado em: 05/06/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB)


Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco (Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB)


Prof. Dr. Augusto Teixeira Júnior (Avaliador)
Universidade Federal da Paraíba (PPGCPRI - UFPB)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valter Angelo da Silva (*in memoriam*) e Ivanilda de Souza Amorim Angelo, e a minha avó, Damiana Ferreira de Lima, por terem me incentivado nessa jornada, especialmente desde a graduação em Relações Internacionais. Apesar dos desafios, sempre pude contar com o apoio irrestrito para realizar meus sonhos.

Aos meus irmãos por serem pilares de sustentação em momentos em que precisei estar ausente durante o mestrado.

A Adriano Lucena, por estar ao meu lado durante todo processo criativo e por incentivar meus planos. Sem todo carinho envolvido nesse processo seria muito mais complicado lidar com os dilemas que, em algum momento, sempre aparecem quando da feitura de um trabalho dessa natureza.

Ao meu orientador, Dr. Alexandre César Cunha Leite, por acreditar neste projeto e ter paciência para lidar com meus momentos de dúvida, insegurança e até de mudança de rumos quando dos objetivos do trabalho. Prof. Alexandre, sua postura profissional me inspira a ser um futuro professor, quem sabe, muito mais consciente de como agir na vida acadêmica.

Aos meus amigos da vida, Alex Meaux, Anna Bhelém, Daniel Muniz, Pierre Lira por estarem comigo em meus momentos de descontração. Estes, certamente, ajudaram a equilibrar o psicológico. Sem os amigos tudo seria mais difícil.

Aos novos amigos que surgiram no mestrado, aos quais tenho muito a agradecer a vida por ter nos conectado em uma sala tão difusa. Maria Eduarda, (Duda), Daniel Colom, Lohana Gabriela e Hugo Agra. Vocês são excepcionais!

RESUMO

Esta dissertação aborda o tema de cálculos de poder geopolítico a partir da perspectiva chinesa. Um aspecto singular da avaliação da China a respeito deste tema é a utilização de uma ferramenta analítica chamada “*Comprehensive National Power*” (CNP) que objetiva mensurar o poder dos países e hierarquizá-los a partir dos resultados encontrados. Este método de avaliação chinês, na maioria de suas variações, enfatiza o poder político como a base do poder de um Estado, além de considerar os que estas unidades são responsáveis pela configuração e definição do Sistema Internacional, não o movimento contrário. Desta maneira visualiza as relações internacionais a partir de um parâmetro diferente das abordagens ocidentais de *mainstream*, baseadas no poder material e no poder do constrangimento da estrutura. A presente dissertação aborda esta matéria contextualizando o leitor desde os fundamentos teóricos iniciais sobre poder e poder estatal no contexto chinês, na apresentação das diferentes versões do CNP da China, e, por fim, utilizando o método de análise de Yan Xuetong (2008; 2011) para avaliar a evolução do CNP da China no período Hu Jintao (2003-2013). Desse modo, o trabalho apresenta as relações entre a ação da China no interregno temporal estabelecido e o CNP, objetivando identificar de que maneira o país utiliza desta ferramenta em sua avaliação do Sistema Internacional.

Palavras-chave: *Comprehensive National Power*. CNP. Poder Nacional. China. Hu Jintao. Metodologia.

ABSTRACT

This thesis addresses the topic of geopolitical power calculations from the Chinese perspective. A unique aspect of China's assessment of this subject is the use of an analytical tool called "Comprehensive National Power" (CNP) which aims to measure the power of countries and to rank them according to the results found. This Chinese method evaluation, in most of its variations, emphasizes political power as the basis of state power, as well as considering that these units are responsible for the configuration and definition of the International System, not the opposite the other way around. By doing so, it visualizes international relations from a different parameter of Western mainstream approaches, which are mostly based on material power and the power of structure constraint. This dissertation deals with this matter by contextualizing the reader from the initial theoretical foundations on state power and power in the Chinese context, in the presentation of the various CNP versions in China, and, finally, using the analysis method of Yan Xuetong (2008;2011) to evaluate the evolution of China's CNP in the Hu Jintao period (2003-2013). In this way, the thesis presents the relations between China's action - in the established time interval - and the CNP, aiming to identify how the country uses this in the assessment of the International System.

Keywords: Comprehensive National Power. CNP. National Power. China. Hu Jintao. Methodology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - O PODER COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS	16
1.1 Fundamentos teóricos nas abordagens chinesas.....	17
1.2 Pensamento clássico da China na literatura de RI contemporânea.....	22
1.2.1 Poder na abordagem “ <i>Tianxia System</i> ”: Mundialismo e paz.....	24
1.2.2 Poder na abordagem “ <i>Relational Theory of World Politics</i> ”: Cultura e harmonia ..	28
1.2.3 Poder na perspectiva de YAN Xuetong/Tsinghua: ciência, poder e hegemonia.	34
1.2.4 Xunzi e o Poder estatal	41
1.3 Poder na RPC: Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin.....	44
CAPÍTULO 2 - O CNP COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS.....	50
2.1 Considerações a respeito do poder e poder nacional na literatura ocidental: definição, categorização e mensuração.	50
2.2 Análises sobre a mensuração de poder no escopo operacional	56
2.3 Aspectos e elementos centrais do CNP na perspectiva chinesa.....	58
2.4 Abordagens de orientação estatal do CNP	64
2.4.1 Academia Militar de Ciências (AMS) – Conservadores	67
2.4.2 Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) - Reformistas	74
2.5 A perspectiva de Yan Xuetong	81
CAPÍTULO 3 - O CNP DA CHINA NA ERA HU JINTAO	85
3.1. Hu Jintao e o impacto da quarta geração de líderes da China	85
3.2. Considerações sobre os dados.....	87
3.3. Poder Militar.....	88
3.4. Poder Econômico.....	92
3.5. Poder Cultural.....	94
3.3 Poder Político	99
3.3.1 Impacto do poder político nas demais categorias de poder	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Processos e Relações – abordagem relacional de QIN/2013	31
Figura 2 – Meta-relacionamento e a dialética chinesa. QIN/2013.	32
Figura 3 – Artigos sobre CNP na China por assunto CNKI/2011	66
Figura 4 Estrutura e Elementos do CNP - YAN XUETONG, 2008 - CHINA.....	83
Figura 5 – Gasto Militar anunciado da China, 1989-2014	89
Figura 6 – Estudantes da China matriculados em	98

GRÁFICOS

Gráfico 1 Representação do CNP máximo pela CASS/1996	76
Gráfico 2 CNP dos Estados Unidos/1996 vs CNP Máximo CASS/1996.....	79
Gráfico 3 CNP do Japão/1996 vs CNP Máximo CASS/1996	79
Gráfico 4 CNP da Rússia/1996 vs CNP Máximo CASS/1996.....	80
Gráfico 5 CNP da China/1996 vs CNP Máximo CASS/1996.....	80
Gráfico 6 – Porcentagem do Gasto Militar da China em relação ao gasto mundial, 2003-2013	90
Gráfico 7 – Evolução do PIB da China entre 2003-2013.....	93
Gráfico 8 – Quantidade de Países com Institutos Confúcio, 2006 e 2013.....	96
Gráfico 9 – Quantidade de Institutos Confúcio no Mundo, 2006 e 2013	97

TABELAS

Tabela 1 Coeficientes ponderados dos principais fatores componentes: Estrutura da (CASS)75	
Tabela 2 – Dados econômicos da China, 2003-2013	93

QUADROS

Quadro 1 – Governança Relacional, QIN/2013	33
Quadro 2 - Níveis de análise e ideias epistemológicas dos pensadores chineses pré-Qin	36
Quadro 3 - A base de poder na liderança estatal e o fator central do poder político	39
Quadro 4 - Ordem internacional em relação à natureza das grandes potências.....	40
Quadro 5 Principais fatores componentes do CNP - Estrutura da AMS	71
Quadro 6 Ranking CNP – AMS/Huang.....	73
Quadro 7 Indicadores do CNP CASS/1996	77
Quadro 8. Ranking CNP – CASS/Wang.....	78

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a China, sua influência na economia, política, história e cultura no mundo apresentam-se ao leitor não especialista como um desafio para a pesquisa e interpretação. Trata-se de um campo de estudo que comporta vazios analíticos e lacunas conceituais, sobretudo fora do escopo oriental, o que lhe dá um aspecto de objeto de estudo demasiadamente grande, fazendo com que muitas das análises sejam generalistas.

O fator cultural da China, bem como os obstáculos linguísticos nas traduções do mandarim/cantonês para outros idiomas, são desafios recorrentes para o pesquisador. O esforço para traduções de obras clássicas da política chinesa, bem como o movimento de internacionalização de pesquisas e instituições de nível superior consolida-se na China somente na virada do milênio, efeito das reformas estruturantes das décadas anteriores (QIN, 2007: 317).

No que se refere ao entendimento sobre a China no microcosmo das relações internacionais encontram-se diversas particularidades analíticas e conceituais. Estas envolvem a formação e o desenvolvimento de sua história antiga/período clássico, o estabelecimento da República Popular da China (RPC) e as reformas estruturantes posteriores, marcos para o entendimento das questões chinesas na contemporaneidade, inclusive o aspecto político, variável independente desta pesquisa.

Nota-se, por exemplo, que a China tem recorrido, sobretudo discursivamente, à estratégia de utilizar ensinamentos da literatura política clássica chinesa com diretrizes do país, norteadores do pensamento da RPC e sustentadores de ações na economia e no campo político-diplomático¹.

Este movimento tem sido observado por pesquisadores e analistas de dentro e fora da China que, por um lado mostram-se reticentes quanto às intenções do país, sobretudo nos aspectos econômicos e militares, e por outro lado, endossam a retórica chinesa de pacifismo e governança que está geralmente alinhada ao pensamento retro

¹ Pillsbury (2000:xliv) argumenta o estadismo chinês contemporâneo utiliza de importantes exemplos de sua história antiga a partir de lições e metáforas para avaliar e planejar o futuro da China. Um exemplo dessa prática pode ser encontrada nos conhecidos aforismos de Deng Xiaoping: *"hide your strength, bide your time"*, *"Yield on small issues with the long term in mind"* assim como *"Never be the leader"*.

referido². Não se percebe, contudo, negação ao fato de que as bases filosóficas do período clássico chinês têm importância na ação estatal na contemporaneidade.

Dentre as correntes filosóficas clássicas, o confucionismo destaca-se como uma das mais difundidas e reavaliadas no atual nacionalismo chinês, no governo e na academia. (LYRIO, 2010: 181). Conceitos como a hierarquia, a virtude e a governança pacífica ligada ao indivíduo, marcam a retórica chinesa na política e na sociedade.

De acordo com Pillsbury (2000: 43) e YAN (2011: 23) tais conceitos cobrem temas relacionados aos aspectos de poder, hegemonia, guerra e paz. Os conceitos mencionados por parte dos autores têm origem, em sua maioria, no período conhecido como a “Era dos Estados Beligerantes” (“*Warring States Period*”) (475-221 a. C) predecessor da unificação do império da China sob a dinastia Qin (LYRIO, 2010: 181).

Notadamente, o comportamento da China no campo da política internacional não necessariamente possui uma explicação a partir da perspectiva histórica, seja a partir do pensamento filosófico clássico³ ou de como esta se comportou em seu período antigo/predecessor. Visto que, ao observar a complexa configuração da RPC internamente, a partir do processo decisório dentro do Partido Comunista Chinês (PCCh) e do Congresso Nacional do Povo (NPC) ou de constrangimentos externos, percebe-se que qualquer afirmação contundente sobre os porquês do comportamento da China pode ter explicações variadas, a depender da lente utilizada pelo pesquisador.

O poder/capacidade estatal, considerado a variável dependente desta análise, a partir do entendimento do *Comprehensive National Power* (CNP), é um tema relevante para o relacionamento dos Estados no Sistema Internacional. No contexto da produção científica ocidental, literaturas sobre o poder, bem como métodos de análise e mensuração desta variável possuem uma diversidade significativa⁴.

² Cabe ressaltar que, grande parte das pesquisas lida com a influência do Confucionismo na China contemporânea.

³ As limitações de interpretação destes textos clássicos, inclusive devido a questões de tradução do mandarim para o inglês são abordadas densamente nos trabalhos de PILLSBURY (2000) e YAN (2011).

⁴ Textos de autores clássicos para o conhecimento da ciência política têm tratado deste tema há décadas, entre estes é possível destacar os trabalhos de Morgenthau, Waltz, Dahl, Baldwin, Alcock & Newcombe, entre outros.

Nota-se que o surgimento da China nestes debates, sobretudo no meio acadêmico ocidental estadunidense e europeu, converge com a reinserção da China na economia mundial a partir das reformas estruturais e abertura econômica iniciadas por Deng Xiaoping no final da década 1970. (GONÇALVES, 2005; YAN, 2001).

Oliveira & Leite (2014) traçam historicamente o processo em que a China ressurgiu como um ator relevante na ordem internacional desde o estabelecimento da RPC, em 1949. Os autores destacam o fato de que o projeto de modernização econômica que reinsere o país na comunidade internacional, apesar de ter como mentor e projetor o líder Deng Xiaoping, enraizou-se nos planos de governança do PCCh, tendo como marco fundamental a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001.

De fato, trabalhos⁵ que mencionam o poderio chinês em aspectos econômicos, militares e políticos se propagam, sobretudo na década de 1990, isto porque especulações sobre potências desafiadoras do poderio estadunidense àquela época estavam centradas, em sua maioria, sobre o Japão, principalmente no que se refere a fatores econômicos.

A esse respeito, encontra-se nos trabalhos de Gilpin, *Where Does Japan Fit In?* (1989), e, *Economic Evolution of National Systems* (1996), previsões em que, apesar do reconhecimento da China como importante ator em médio prazo, evidenciam o potencial japonês de tornar-se, nas décadas seguintes, o líder emergente do crescimento mundial (Gilpin, 1989: 337).

Pode-se afirmar que a reconfiguração da ordem internacional que reinsere a China como um ator relevante, exorta a necessidade de aprofundar-se academicamente neste debate a partir de uma lógica teórica e conceitual não convencional, isto é, processos e ferramentas de análises a princípio desconectadas do pensamento ocidental, sobretudo o de *mainstream*.

Dessa forma, é objetivo desta dissertação adensar o conhecimento sobre a utilização do índice *Comprehensive National Power* (CNP) como ferramenta estratégica por parte da China, utilizando o período do líder do Partido Comunista Chinês, Hu Jintao, de 2003-2013, como recorte temporal.

⁵ Ver: Fukuyama (1990) A reply to my critics. *The National Interest*. nº 18, pp. 102-122; Layne (1993). *The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise*. *International Security*. Vol. 17, nº 4, pp. 5-51; e, Walt (1998) *International Relations: One World, Many Theories*. Nº 111, pp. 29-32, 34-46.

A abordagem utilizada busca contribuir para o campo das Relações Internacionais por meio da verificação desta perspectiva metodológica escassamente explorada quando das avaliações de poder geopolítico, sobretudo no contexto de produção científica do Brasil.

De modo geral, pode-se definir o CNP como a soma total das capacidades de um país em áreas estratégicas. O índice tem como objetivo principal mensurar o nível de poder dos Estados, sobretudo das grandes potências, e estabelecer uma hierarquia a partir de um resultado equacionado de diferentes valores (Wang, 2015; Hohn, 2011; Golden, 2011). Por outro lado, pode-se afirmar que o CNP contribui metodologicamente quando da observância das relações internacionais, pois, como será discutido no decorrer desta pesquisa, pressupõe a utilização de parâmetros não tradicionais quando comparados à agenda de RI contemporânea.

A ideia de aperfeiçoar este índice a partir de uma lógica chinesa remete a figura e iniciativa direta de Deng Xiaoping, ex-líder da RPC, que na primeira metade da década de 1980 solicitou a pesquisadores chineses da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) e da Academia Militar de Ciências (AMS) para avaliar, por meio de dados quantitativos, possibilidades de prever o futuro das relações entre os países no Sistema Internacional a partir dos anos 2000 (Zhang, 2010: 386).

Em um primeiro momento, observa-se que há uma diversidade de conceitos do CNP na literatura, dentro e fora da China. Angang e Honghua (2002: 02) definem CNP como a soma total de poderes (*powers*) ou força (*strength*) de um país na economia, assuntos militares, ciência e tecnologia, educação e recursos estratégicos, assim como sua influência nestas áreas.

Zhang (2010: 236) e Chuwattananurak, (2014: 722) referem-se ao CNP como as condições e forças de um país em vários aspectos. Este inclui território, população, recursos naturais, o poder militar, riqueza econômica, o poder político, as condições sociais, política interna, política externa, influência cultural e educação. Nessa avaliação, este índice toma uma forma abrangente, combinando aspectos de diversos ângulos.

Nota-se que a percepção da China sobre seu papel e poder no Sistema Internacional corrobora diretamente com a necessidade de desenvolver internamente um índice de mensuração com características próprias. Debates sobre uma releitura de conceitos e ferramentas ocidentais a partir de perspectivas chinesas tornaram-se

recorrentes a partir das reformas e abertura econômica da China no final da década de 1980 (QIN, 2007: 315).

T. Do (2015: 23) argumenta que estes debates foram intensificados na academia chinesa especialmente nas décadas após as reformas de Deng Xiaoping. A autora afirma que desde então, os problemas da China tornaram-se também os problemas do mundo. Dessa forma não poderiam ser explicados exclusivamente a partir da perspectiva ocidental.

Wang (2015: 251) atesta que na sociedade chinesa, acadêmicos e militares estão conscientes da posição de seu país no mundo. O autor reafirma que, para ajudar a conceituar a estrutura do Sistema Internacional, rastrear o crescimento e desenvolvimento de grandes potências, e avaliar os resultados da “ascensão pacífica”, pensadores estratégicos chineses desenvolveram este método interno e ‘científico’ - o CNP - para prever relações de poder entre os principais países.

Nota-se, antecipadamente, que há uma diversidade de definições, e, por conseguinte, interpretações do que se constitui o CNP. Esta pesquisa apresenta um apanhado geral sobre o estado da arte dos estudos e resultados sobre o CNP na literatura chinesa, a partir de debates dentro e fora do meio acadêmico, porém utiliza-se da interpretação de YAN (2008; 2011) como base para as análises do objetivo.

O CNP, seja como conceito atrelado ao interesse nacional e a ‘*grand strategy*’ ou como índice de mensuração de poder dos países, figura em discursos do PCCh, em relatórios governamentais dos Estados Unidos e em pesquisas na China e no Japão há algumas décadas⁶. O fato de ter sido concebido a partir de iniciativas de dentro do PCCh na década de 1980 e de ainda ter repercussão em pesquisas e relatórios atuais, torna-o relevante na análise das estratégias chinesas para o futuro da ordem internacional.

A partir dessa perspectiva, cabe inquirir: o CNP constitui uma ferramenta estratégica na tomada de decisão por parte do governo da China contemporânea? Uma das hipóteses que se pretende aferir é a de que o CNP tem sido um dos métodos de avaliação da China contemporânea no que se refere ao poder dos Estados no Sistema Internacional. Além disso, pretende-se verificar a hipótese de que o entendimento do CNP por parte da China busca fundamento teórico em sua filosofia política clássica.

⁶ Ver: Jiang Zemin (2000) *Speech at the eve of the 79th anniversary of the foundation of the Chinese Communist Party*; Hu Jintao (2011) *Speech at CPC Anniversary Gathering*; United States Department of State (2011) *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*; e, Chang Wanquan (2014) *Chinese DM addresses Fifth Xiangshan Forum*.

O período utilizado para analisar a problemática proposta comporta os dois mandatos do ex-líder do PCCh, Hu Jintao, perfazendo o período de 2003-2013. Ewing (2003: 17) argumenta que Hu Jintao inicia na presidência na RPC em uma nova era, pois nesta década a China estabelece-se como uma “potência global”. Na concepção do autor, a afirmação de potência global caracteriza-se por três elementos principais: (i) liderança no crescimento econômico, (ii) posse de armas nucleares, e, (iii) assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A definição do autor, apesar de reducionista, sustenta o fato de que Hu Jintao ascende a presidência do PCCh em era favorável para atitudes mais assertivas por parte da China na política, interna e externa.

Lyrio (2010. p. 28-33) desenvolve o argumento sobre a China como potência global a partir de uma visão expandida, quando comparada a de Ewing (2003). O autor recorre a trabalho de Paul Kennedy (1988) para atrelar o entendimento de “potência global” aos debates sobre “poder” comumente encontrados nas pesquisas das Escolas Realistas de Relações Internacionais.

O ponto de destaque no argumento de Lyrio (2010) é conceber a produção tecnológica como índice para caracterização de uma grande potência. Notadamente, a produção tecnológica está ligada a alta capacidade de produção econômica e o desenvolvimento do aparato militar. O cerne deste argumento está no entendimento de que as alterações no *status* de um país para potência tem de passar, necessariamente, por alterações na capacidade de produção que um país possui – incluindo a tecnológica. (LYRIO, 2010: 31).

A escolha de Hu Jintao para o cargo de secretário-geral do PCCh bem como o desenvolvimento da China nesse período são marcos na história recente da República Popular da China. Líder de quarta-geração da RPC, Hu Jintao foi o primeiro secretário-geral civil do PCCh. Contudo, apesar da falta de experiência militar, tornou-se uma figura central na liderança do país (EWING, 2003; BO, 2004; MOHANTY, 2004; CABESTAN, 2009). Considera-se então o contexto econômico e político da China do período Hu Jintao como favorável para explorar a questão do CNP na política internacional chinesa.

Com base nas considerações anteriores, a divisão dos capítulos desta dissertação possui três focos principais. A primeira parte (Capítulo 1) concentra-se em apresentar uma revisão da literatura sobre os aspectos teóricos do conceito de “poder

e poder estatal”⁷ por meio das abordagens chinesas em Relações Internacionais na contemporaneidade. Estas são a abordagem do *Tianxia System*, de Zhao (2006), a abordagem de *Tsinghua*, de YAN Xuetong (2008; 2011) e na Teoria Relacional de QIN Yaqing (2007; 2016). Ademais das concepções teóricas chinesas, o Capítulo 1 apresenta um resumo das percepções de “poder” e “poder nacional” a partir da evolução geracional dos líderes chineses: Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping, e Jiang Zemin. O objetivo central deste capítulo é situar o leitor no estado da arte do desenvolvimento dos debates de poder na China paralelamente a consolidação do campo de pesquisas de Relações Internacionais do país nas últimas décadas, bem como fornecer uma base de entendimento para introdução ao tema do *Comprehensive National Power* (CNP), compreendidos nos capítulos subsequentes.

A segunda parte (Capítulo 2) atualiza os debates sobre o *Comprehensive National Power* (CNP) a partir da apresentação de diferentes métodos e abordagens deste tema por parte de instituições e autores da China. Neste capítulo busca-se explorar a diversidade de concepções relacionadas ao tema e apresentar um resumo com os principais pontos do CNP atrelados ao pensamento chinês contemporâneo. Previamente, contudo, utiliza das abordagens ocidentais de *mainstream* atreladas ao poder nacional, em comparação com as abordagens teóricas e científicas chinesas. Neste capítulo as abordagens ocidentais de *mainstream* em Relações Internacionais são utilizadas como paralelo, pois são as que oferecem métodos e índices que podem ser comparados às iniciativas da China neste campo, porém a utilização destas é meramente um recurso para a introdução e comparação sobre o tema, não é objetivo de esta pesquisa adentrar o mérito das avaliações ocidentais sobre poder nacional.

A terceira parte (Capítulo 3) trata da verificação do desenvolvimento do CNP da China no período de Hu Jintao com base nos dados do comportamento chinês na política interna e externa. Utiliza como guia a estrutura do CNP apresentada por Yan Xuetong (2008), que enfatiza os aspectos políticos em detrimento das demais categorias de poder. Esta perspectiva pode ser simplificada a partir da seguinte função teórico-conceitual: $CNP = (M + E + C) * P$, sendo M = poder militar; E = poder econômico; C = poder cultural; e P = poder político.

⁷ A concepção sobre “poder e poder estatal” compreendida nesta pesquisa se assemelha ao que Castro (2012: 163) entende por poder no sentido amplo e poder no sentido restrito, respectivamente. O primeiro está relacionado a quaisquer contextos e cenários em que há relação humana. O segundo, por sua vez, diz respeito aos vários cenários do estudo da ciência política que tradicionalmente lidam com os órgãos estatais em diversos níveis, bem como fora dele, a nível internacional.

Vale ressaltar que não é objetivo dessa dissertação entrar no mérito quantitativo dos pesos atribuídos a cada categoria em qualquer variável do índice encontrada. O nível de complexibilidade das médias ponderadas em relação a cada categoria e subcategoria – desenvolvidas no capítulo 2 e 3 desta pesquisa - tornaria inviável a discussão sobre a avaliação proposta.

CAPÍTULO 1 - O PODER COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

*Hide your strength, bide your time.
Keep a low profile; never take the lead.
(DENG XIAOPING)*

Este capítulo objetiva examinar o fundamento teórico de abordagens chinesas em relação ao tema “poder” atrelado ao subtema “poder estatal”. A literatura utilizada na investigação compreende interpretações de passagens de textos clássicos da literatura interestatal chinesa, bem como de abordagens contemporâneas e percepções políticas.

Não se pretende, em um primeiro momento, perscrutar sobre a discussão filosófica na qual cabem as concepções dos autores utilizados, mas sim retratar o estado da arte destes debates no contexto chinês.

No geral, pode-se afirmar que o tema “poder” permeia grande parte da literatura de Relações Internacionais. Os grandes debates que caracterizam a disciplina exploram este tema a partir de diferentes premissas. Resumidamente, pode-se afirmar que, por um lado, abordagens Racionalistas consideram o Estado como ator primordial na manutenção do poder, enfatizando as dimensões política, econômica e militar como eixos de ação de autoridade. Por outro lado, abordagens Reflexivistas aceitam argumentos mais flexíveis, em que se consideram atores não estatais e agentes de influência não tradicionais na condução da política e do poder.

Acharya e Buzan (2010: 04) consideram que as Teorias de Relações Internacionais (TRI) a partir de dois vieses, o mais duro, racionalista (positivista, materialista e de cunho quantitativo) e o reflexivista (construtivista, pós-moderno e social). As abordagens racionalistas oferecem a esta arguição um maior espaço de paralelismo, pois, em alguns casos, se ocupou em preconceber estruturas de análise e mensuração do poder nacional/estatal.

Nota-se que o contexto chinês – acadêmico e político – de produção sobre temas relacionados ao poder diferencia-se, em um primeiro momento, do contexto ocidental – estadunidense e europeu - em três aspectos principais: i) não existem escolas de pensamento consolidadas que determinam premissas relacionadas ao tema, apesar de haver debates internos a esse respeito (QIN, 2007; T. DO (2015); ii) o sistema político da China influencia de maneira determinante na produção e propagação do conhecimento, assim, no geral, grande parte das interpretações

encontradas são *state-oriented* / *party-driven*; e, iii) a influência do Confucionismo no pensamento estatal consolidou nas últimas décadas uma retórica mais branda relacionada ao tema, tornando a identificação de elementos tradicionalmente relacionados ao poder (força, guerra, dominação, entre outros) menos verificável a partir de uma lente de *hard power*.

A esse respeito, de acordo com Stephers (2009: 56-59) a concepção confuciana de ideias sobre o sistema comunitário de valores familiares e da virtude individual são frequentemente citados na literatura de teoria política como sendo a perspectiva chinesa. Estas, quando aplicadas ao entendimento da ordem internacional se afastam da concepção tradicional ocidental, e desafiam o que Acharya e Buzan (2010: 10) consideram como o pensamento hegemônico liberal da “paz democrática”. Na análise das perspectivas chinesas em relação a poder e poder nacional, poucas demonstram o interesse chinês de maximização de poder e egoísmo estatal.

1.1 Fundamentos teóricos nas abordagens chinesas

Pode-se compreender o Marxismo-Leninismo, o Maoísmo e o Confucionismo como doutrinas estruturantes no contexto político-ideológico da China (LYRIO, 2010: 143). A dinâmica de alternância e/ou justaposição entre estas correntes de pensamento se torna mais evidente a partir da Revolução de 1949, com o declínio das premissas Confucionistas por parte de Mao-Tsé-Tung, e, posteriormente, com o abandono progressivo de práticas do Maoísmo devido às consequências críticas da Revolução Cultural e da própria morte de Mao.

Lyrio (2010: 143-144) atribui ao resultado desta dinâmica a consequente procura de uma ideologia unificadora que fundamentasse as expectativas do PCCh e da sociedade chinesa para manutenção do poder nas décadas posteriores. O autor argumenta:

[...] O Confucionismo foi a principal base ideológica de justificação e legitimação do regime político ao longo do período imperial. Com o advento da Revolução de 1949 e a rejeição oficial do Confucionismo como ideologia julgada conservadora e alienante, inaugurou-se um período de disseminação de uma derivação de Marxismo-Leninismo fundada nas ideias do líder Mao Tsé-tung. Em parte pelo carisma de Mao, em parte pelas adaptações que ele fez do Marxismo à realidade chinesa, o Maoísmo teve forte apelo ideológico nas primeiras décadas da Revolução e desempenhou um papel central na mobilização dos chineses para o processo de construção de uma sociedade socialista. No entanto, desde o

desenlace desastroso da Revolução Cultural e a morte de Mao, que expuseram excessos e erros de sua liderança, o PCC foi abandonando o Maoísmo progressivamente e, na prática, a própria ideia de construção do comunismo, o que o esvaziou de sua principal fonte de legitimação ideológica e o deixou à procura de uma ideologia unificadora que justificasse tanto o monopartidarismo como a sua permanência no poder. (LYRIO, 2010: 144).

Não obstante, apesar de reconhecer a predominância destas vertentes na construção do pensamento chinês clássico e contemporâneo, pode-se encontrar em outras perspectivas chinesas, fundamentos para abordagens sobre “o poder” e o “poder estatal” que, inclusive, oferecem interpretações distintas sobre temas como guerra e paz, política, poder e autoridade, entre outras, das encontradas de maneira recorrente nos ensinamentos de Confúcio⁸.

Trabalhos dessa natureza dizem respeito principalmente a fontes literárias do período clássico predecessor a dinastia Qin, do período conhecido como “Era dos Estados Beligerantes” (475-221 a.C). Este interregno temporal abarca a vida e obra de diversos autores da filosofia e política chinesa, entre eles: *Guanzi*, *Laozi*, *Confucius*, *Mencius*, *Mozi*, *Xunzi* e *Hanfeizi*. (YAN, 2011: 22).

Reinterpretações fundamentadas nesse grupo de autores aplicadas ao estudo da política internacional têm sido realizadas principalmente por acadêmicos da *Tsinghua University*, em Beijing, notadamente a partir dos esforços de dois principais acadêmicos, Yan Xuetong e Xu Jin (T. DO, 2015: 28).

Contudo, mesmo no contexto centralizador chinês, existem perspectivas diversas e divergentes da abordagem de Tsinghua. Entre estas, destacam-se a abordagem “Relacional” dos acadêmicos da *China Foreign Affairs University*, liderados por Qin Yaqing, assim como da abordagem político-filosófica intitulada “*Tianxia System*”, defendida por Zhao Tingyang, do Instituto de Filosofia da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS).

QIN (2013: 70-85) categoriza as perspectivas mencionadas a partir de títulos distintos. O autor considera Tsinghua como a “abordagem reversa”, *Tianxia* como a “abordagem de observação”; e a Relacional como a “abordagem interativa”.

De modo geral, a partir de YAN (2011); QIN (2013) e ZHAO (2006) pode-se afirmar que, apesar de utilizarem do conhecimento clássico da literatura chinesa na

⁸ Ver: Yan (2011) *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

tentativa de contextualização da política internacional contemporânea, as abordagens mencionadas acima divergem nos seguintes pontos:

- a) a abordagem de *Tsinghua* propõe a utilização de metodologias ocidentais na análise da política internacional, utilizando inclusive premissas de abordagens tradicionais como o Realismo;
- b) o movimento da “*Relational Theory*” desconsidera utilizar métodos ocidentais, e propõe a criação de novas metodologias de origem chinesa para esta análise, com base na evolução geracional do tema nas instituições chinesas, e,
- c) a abordagem do “*Tianxia System*”, que, além de refutar métodos ocidentais, aborda a política internacional a partir de uma perspectiva filosófica densamente confucionista, e tem como base o pensamento “pacifista” da qual afirma ter legitimidade discursiva, devido ao sistema de valores e normas do ideal confuciano de sociedade.

Nota-se antecipadamente, que debates sobre “poder” e “poder estatal” no contexto chinês têm evoluído paralelamente ao desenvolvimento e consolidação do campo de Relações Internacionais no país. Este campo, a partir do início dos anos 2000 compreendeu grande parte do movimento do “*Chinese way of thinking, Chinese dialectics*, e, *Chinese understanding of human society*”.⁹ (QIN, 2010: 131).

Leite e Máximo (2013: 231-259) analisam os debates sobre o campo teórico de Relações Internacionais na China apresentando os primeiros passos de autores e abordagens chinesas na tentativa de entender a política internacional e de explicá-la a partir de uma teoria *problem-solving*. Ademais de apresentar a evolução geracional de líderes chineses que impactara na produção e difusão do conhecimento de RI na China, os autores discutem sobre a reflexão e abstração teórica dos pesquisadores chineses e seu papel de liderança e esforço no *boom* de tradução de obras estadunidenses e europeias nas décadas seguintes da abertura chinesa sob a liderança de Deng Xiaoping.

Uma das principais consequências desse processo foi a densa absorção de premissas ocidentais nas abordagens iniciais chinesas em RI, destacando-se o

⁹ De certa forma, pode-se considerar que o movimento de encarar a realidade do mundo a partir das expressões mencionadas, *Chinese way of thinking, Chinese dialectics*, e, *Chinese way of understanding human society* difere da expressão política “com características chinesas”. Esta é geralmente relacionada ao pensamento e Marxista-Socialista atrelada à era de Mao-Tsé-Tung. As primeiras, por sua vez, surgem em um contexto de busca por novos paradigmas que possam ser explicados a partir da experiência chinesa.

Realismo como lente de explicação do sistema internacional, e posteriormente, a inserção de perspectivas liberais e construtivistas (LEITE E MÁXIMO, 2013: 243).

De fato, no momento posterior à abertura da China pouco se questionava a produção de conhecimento a partir de conceitos próprios. QIN (2007: 317) explica este fenômeno utilizando o argumento do progresso nos programas de pesquisa como norteador para o desenvolvimento de perspectivas teóricas tal qual ao momento atual: “*theory-building*”. Este, segundo o autor, resulta de dois processos predecessores. QIN (2007) explica esta dinâmica a partir do seguinte contexto:

Para entender o progresso realizado na academia chinesa de RI é preciso distinguir desenvolvimento teórico trifásico: a fase pré-teórica; a fase de aprendizagem teórica e a fase de construção teórica. Na fase pré-teórica não há consciência sobre teoria e a pesquisa é feita principalmente por experiências individuais e sabedoria intelectual. Pode haver vários pensamentos relevantes, mas não há esforço consciente para transformar os pensamentos em um paradigma teórico sistematicamente construído. Quando a comunidade acadêmica começa a obter consciência e começa a produzir uma agenda para a segunda e terceira fase de pesquisa relacionada à teoria, a fase de aprendizagem teórica se inicia. Durante essa fase um número crescente de pesquisa foca na introdução e análises críticas de teorias principais e há resultados de pesquisa que testam teorias principais com propósito de verificação ou falsificação. [...] A terceira fase é uma fase de criação porque [uma] nova teoria é colocada em pauta com núcleos de pressupostos centrais distintos e que sevem como uma explicação poderosa da realidade. (QIN, 2007: 318).

O aspecto de *theory-building* possui contra-argumentos dentro da academia chinesa. YAN (2011: 253) questiona tanto a necessidade de haver uma teoria chinesa que busque a resolução dos problemas no sistema internacional como a dificuldade de denominar alguma abordagem como unitária do pensamento chinês em RI, devido à quantidade de perspectivas muitas vezes conflitantes. O autor considera:

O termo “*Chinese*” parece muito amplo para acomodar qualquer teoria desenvolvida por acadêmicos chineses. O tamanho da população chinesa e a amplitude da história chinesa torna muito difícil para qualquer escola ou teoria representar a diversidade de pensamento. O título “*Chinese*” é muito pesado que nenhuma escola ou teoria é capaz de aguentar seu peso. (YAN, 2011: 255).

De toda forma, levando em consideração o processo de construção teórica apresentado por QIN (2007: 218), percebe-se uma tentativa de ultrapassar a fase de aprendizagem teórica. Este processo é resultado, inclusive, da evolução política e econômica da sociedade chinesa que pôde manter crescimento e estabilidade nas últimas décadas, necessários para a maior reflexão dos pesquisadores ao papel da China no mundo.

Leite e Máximo (2013: 251) parafraseiam Buzan (2010) ao criticar que “estudiosos e líderes chineses têm ainda muito a percorrer para esclarecer o entendimento chinês do seu lugar no mundo e como os mesmos veem a ordem internacional”.

Os autores elencam quatro posições que, à época, consideravam como abordagens principais: (I), baseada na tradição marxista/socialista aplicada as RI; II), de acadêmicos que desconsideram a construção de uma Escola Chinesa de RI; a III), de estudiosos que utilizam do pensamento chinês clássico aplicado às RI, e; IV) posição, que diz respeito à posição da China na ordem internacional, que, supostamente daria aos acadêmicos a possibilidade de sistematizar a compreensão da política mundial a partir da ideia da China com grande potência (LEITE E MÁXIMO, 2013: 248-249).

Cabe ressaltar, contudo, que há considerações que atualizam a sistematização oferecida pelos autores supracitados. Entre elas, pode-se destacar YAN (2011), QIN (2012) e T. DO (2015). Estes admitem as discordâncias de pensamento no campo de RI na China, porém, utilizam como base comum a premissa de que o pensamento em relações internacionais contemporânea na acadêmica chinesa advém da mesma fonte: o pensamento chinês clássico. A diferença central, de acordo com estes autores, está no nível de análise e na metodologia utilizada para tratar dos problemas mundiais.

Na China, debates sobre a consolidação do campo de Relações Internacionais têm se desenvolvido *pari passu* aos debates sobre a (re) ascensão chinesa na ordem internacional. T. Do (2015: 35) argumenta que a busca por respostas e justificativas envolve o campo teórico na medida em que este surge com contra discursos sobre temas como o desenvolvimento pacífico da China, a cultura estratégica, o *soft power*, as responsabilidades das grandes potências, entre outros.

O pensamento clássico chinês pode possibilitar um discurso teórico alinhado a noções de identidade nacional e interesses específicos. T. Do (2015: 35) alerta para o fato de que pode haver imbuído nesse pensamento certo grau de nacionalismo étnico e excepcionalismo cultural. De todo modo, a contribuição chinesa nesse aspecto merece análises que busquem entender como se dá a relação entre teoria e método, assim, oferecendo uma perspectiva que possa desanuviar minimamente alguns aspectos centrais do comportamento do país na atualidade, bem como para avaliações de cenários futuros.

1.2 Pensamento clássico da China na literatura de RI contemporânea

Notadamente, o esforço para utilizar fontes históricas clássicas na interpretação do pensamento chinês sobre política internacional possui limitações teóricas e metodológicas. Feng (2012) apresenta em *The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations* uma série de críticas relacionadas à frágil base científica na arguição de autores que utilizam desse método de análise. Entre as críticas figuram a carência de rigor científico na utilização das fontes clássicas. “Para entender o pensamento clássico [chinês] não se deve apoiar-se no significado literal do texto, mas se deve levar em consideração ambos o significado e o contexto”. (FENG, 2012: 85).

YAN (2011: 22) reconhece que, geralmente livros de história citam trabalhos do período pré-Qin de maneira superficial, com o intuito principal de ilustrar a visão dos autores, sem adentrar nas discussões sobre suas perspectivas.

Cabe inquirir, a partir disso: de que forma tais conhecimentos podem auxiliar no entendimento das relações internacionais contemporâneas? Como aplicá-lo a análise da política internacional? Qual a relação do pensamento dos autores clássicos chineses com as discussões sobre “poder” e “poder estatal”, e, de que forma estes influenciam o comportamento chinês na política internacional? Estes questionamentos perpassam uma grande parte da análise das novas abordagens de RI no contexto chinês, sendo necessário, em avaliações futuras, entender de maneira mais direta as consequências tanto para a disciplina como para a avaliação da política chinesa contemporânea. Nesta pesquisa, não são, de fato, perguntas a serem respondidas de imediato, apenas provocações que auxiliam na visualização da ‘*big picture*’ que se pretende avaliar aqui.

Pode-se supor que o *leitmotiv* destes acadêmicos seja alcançar a criação de uma abordagem de Relações Internacionais com fundamentos próprios que possa ser traduzida em uma teoria com rigor científico mais afinado. Caberia, assim, a partir de do argumento de Cox (1981: 128) “*Theory is always for someone and for some purpose*”, afirmar que, no mínimo, o êxito desse movimento daria à China mais fundamentos discursivos para legitimar sua ação a partir de uma sólida perspectiva histórica.

Nota-se que, a partir da literatura avaliada, o argumento central que relaciona o período pré-Qin aos estudos de política internacional e, consequentemente, de

poder, tem a ver com a similaridade, defendida pelos autores, que este tem com a estrutura a ordem internacional contemporânea, com destaque para a não existência de um Estado hegemônico.

A esse respeito, YAN (2011: 266) considera:

Os estados feudais deste tempo eram muito similares aos estados modernos em três fatores: população, território e um governo. Entretanto, há uma tênue diferença entre os termos **interestatal** daquela época e **internacional** hoje. Enquanto hoje em dia o termo **internacional** é amplamente usado para expressar a relação “entre os estados” enquanto que o termo **interestatal** é raramente usado na literatura moderna de relações internacionais. YAN (2011: 266) (grifo nosso)¹⁰.

O autor aborda um ponto chave no debate sobre o período pré-Qin: o nível de análise interestatal, e se este teria equivalência para comparar a situação contemporânea. Como se trata aqui de avaliar pontos de vista a partir de premissas chinesas atreladas ao tema “poder” e “poder estatal” na literatura de Relações Internacionais, pode-se afirmar que há concordância, tanto na academia como na sociedade do país a respeito das lições do período pré-Qin para a China atualmente, admitindo, *a priori*, que ambos são multipolares.

Pillsbury (2000) em *China Debates the Future Security Environment*, apresenta no decorrer de sua pesquisa sobre a percepção do período pré-Qin por parte de acadêmicos da *Academy of Military Science* (AMS) e de generais do *People Liberation Army* (PLA). O autor argumenta:

A língua chinesa é rica em expressões advindas do estadismo clássico. Além disso, a produção chinesa sobre o futuro ambiente de segurança descreve o futuro em termos da Era dos Estados Combatentes na história chinesa. A época em que os clássicos do estadismo chinês foram produzidos era uma época em que uma competição multiestatal para se tornar um estado “hegemônico” incluía estratégias, pequenas guerras, conferências interestatais, tratados e o que estudiosos ocidentais das relações internacionais classificam como “anarquia”. Um conjunto de “lições” (entre muitas) foi de como se tornar um hegemon; outro era como sobreviver à destruição nas mãos de um hegemon predatório. (PILLSBURY, 2000: XXXV).

Cabe ressaltar que, no geral, a percepção chinesa sobre o que caracteriza a multipolaridade é definida a partir da ideia da existência de três polos de poder, ou mais. (PILLSBURY, 2000: 15). Observa-se que, os questionamentos, no contexto chinês, nas décadas posteriores ao final da Guerra Fria referiam-se ao aspecto

¹⁰ Todo o texto, que na bibliografia consta como original em língua estrangeira, será traduzido livremente pela autor.

geopolítico que a ordem internacional vindoura tomaria.

Com efeito, debates sobre polaridade e mudanças no poder hegemônico advindo deste período clássico alimentam a produção de conhecimento de relações internacionais do ponto de vista chinês, e, entre outros temas, reinterpreta e reinserem conceitos de “poder” e “poder estatal” até então desconsiderados por parte da sociedade e do meio acadêmico tradicional.

No que concerne, particularmente, aos debates sobre poder, é possível questionar: i) qual a definição clássica de poder estatal na perspectiva chinesa? ii) quais elementos compõem o poder estatal? e, iii) de que forma estes conceitos influenciam, na prática, a concepção chinesa sobre esse tema? Num certo sentido, não há respostas determinantes a esse respeito, visto que, como demonstrado a seguir, as diferentes abordagens intelectuais possuem respostas dessemelhantes em relação ao tema.

1.2.1 Poder na abordagem “*Tianxia System*”: Mundialismo e paz

Zhao Tingyang, da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) utiliza de relatos históricos sobre a experiência da Dinastia Zhou (1046-256 a.C), uma dinastia chinesa que existiu há mais de três mil anos atrás, anterior à unificação da China imperial para defender seu argumento sobre o *Tianxia System* ou *Tianxia Theory*¹¹.

Para isso, o autor faz uso do conceito filosófico “*all-under-heaven*”, que, na visão o autor, é capaz de dar respostas mais compatíveis aos problemas contemporâneos nas relações internacionais (Zhao, 2006: 32). Cabe ressaltar que há um argumento empírico no qual o autor sustenta sua abordagem, que, nesse caso, está relacionado ao suposto sucesso que a Dinastia Zhou obteve em manter um longo período de estabilidade e ordem legítima na entre diferentes povos da China, mesmo não sendo o grupo majoritário (QIN, 2013: 71).

De acordo com Zhao (2006: 34) a estrutura desse sistema – influenciada pelo pensamento confuciano de laços familiares -, se replicada atualmente, seria capaz de criar um sistema responsável e genuíno que substituiria o modelo egoísta e individual baseado na maximização de poder dos Estados por um que, idealmente, pudesse representar o sistema mundial de harmonia. O autor critica o modelo ocidental de solução de problemas nas relações internacionais centrado na unidade política de

¹¹ Ver: Zhao (2006) Rethinking Empire from a Chinese Concept of ‘All-under-Heaven’ (Tian-xia, 天下) p. 29-41.

nação/estado. De modo alternativo, o autor propõe uma abordagem genuinamente mundial que considere como unidade política o mundo/sociedade.

De fato, o conceito de *Tianxia System* relaciona-se mais aos debates sobre governança do que necessariamente com aspectos de poder estatal. Entretanto, pode-se extrair desta abordagem elementos centrais que, no cenário idealizado pelo autor, evidenciam quais seriam as supostas dinâmicas de poder em questão.

Vale considerar, inicialmente, que há uma discussão acadêmico-filosófica que busca atribuir uma definição oficial ao termo empregado na academia chinesa¹², visto que não há consenso entre os autores que o aplicam na política internacional. Nos termos de Zhao (2006: 30), tem-se que:

O termo ‘all-under-heaven’ (Tian-xia, 天下) encontrado em quase [todos] os antigos textos chineses, significa, primeiramente, a terra ou o mundo inteiro sob a terra. É quase equivalente a “o universo” ou o “mundo” nas línguas ocidentais. Seu segundo significado é ‘o coração de todas as pessoas’ ou ‘a vontade geral de todas as pessoas’ [...] Seu terceiro significado, o significado ético e/ou político é de uma instituição mundial, ou um sistema universal para o mundo, uma utopia de **um mundo como uma família**. (grifo nosso).

Nota-se que a perspectiva do autor destaca o terceiro significado como referência para seu argumento. Isto é, o sistema ideal nos termos de *family-ship* – conceitual – em contraposição ao sistema ocidental individualista, que, na crítica do autor, é responsável pela situação caótica no cenário internacional. Trata-se aqui, em último caso, de uma proposta de “governança com características chinesas” baseada na filosofia e na experiência histórico-clássica do país em lidar com as questões entre estados soberanos em um sistema supostamente harmonioso.

Pode-se afirmar que as relações de poder no contexto idealizado pela abordagem filosófica mencionada destacam a figura do líder natural - que governe para todos e seja aceito por todos – como elemento central na manutenção do poder, isto é, o foco nessa abordagem está no poder político do governante em ser aceito por todos para governar para todos. Zhao (2006: 31) aborda esse tema a partir do conceito de “*Son of Heaven*”:

Tudo-sob-céu deve ser entendido junto com outro conceito próximo relacionado, o ‘Son of Heaven’, isto é, estruturalmente pertencente ao Tudo-sob-céu. [...] Enquanto nem mesmo os mais fortes imperadores controlaram o mundo inteiro, não é difícil imaginar o mundo controlado por um império ideal. É mais importante o que o *Son of Heaven* **faz** do que

¹² Ver: XU Bijun (2014) *Is Zhao Tianxia System Misunderstood?* p. 96-108.

ele é. Em outras palavras, o mandato de líder pode até ser reivindicado por alguém somente se houver evidência para justificar sua qualificação, isto é, como o mestre confuciano *Mencius* argumentou: que tenha a escolha e apoio do povo. (ZHAO, 2006: 31).

A partir do pensamento confuciano, o autor supracitado argumenta que a aparição do líder natural é consequência do exame e evidência final da *legitimidade* ou *justificação* para governar. Entretanto, o processo que levaria a esta “escolha” e como este utilizaria o poder centralizado para governar não ficar totalmente claro na abordagem de Zhao, oferecendo somente a explicação que este líder deveria cumprir o mandato de seguir o “coração do povo”.

Cabe ressaltar aqui a evidente crítica ao modelo político democrático liberal ocidental feita por Zhao (2006: 31-32) em que o autor defende o modelo chinês de governança em detrimento do modelo democrático liberal. Este desanuvia parcialmente a estrutura de governança e poder idealizada na perspectiva do *Tianxia System*.

De acordo com a teoria da justificação de Confúcio ‘P é P somente se P fizer o que P é conceitualmente destinado a fazer’. Não se diz que um rei, uma instituição ou um sistema político é melhor, mas que *faz* melhor, quando provado. Contudo, o que é considerado prova na maneira chinesa não é sempre baseado em estatística, como uma eleição democrática, mas, em vez disso evidenciado por meios de observação das tendências sociais ou preferências, e especialmente pelo fato óbvio que o povo autonomamente escolhe seguir e jurar fidelidade, em vez de votar em um de vários políticos dúbios. Na verdade, observações sinceras e detalhadas podem detectar melhor a verdade e chegar a uma escolha mais acertada da opinião do povo do que eleições democráticas que de tornaram deterioradas pelo dinheiro, pela mídia corrompida e distorcida por votos estratégicos. A autonomia do povo para seguir ou não seguir é considerada uma questão fundamental na filosofia política chinesa como uma questão do ‘coração do povo’ e é considerada mais próxima da verdade da realidade política do que a democracia. A questão do coração do povo (que pode ser traduzido mais próximo à ideia ocidental de ‘fidelidade do povo’) deve, teoricamente, ser uma melhor representação do que a democracia no problema da escolha do povo. Se os fatos forem analisados, parece que as massas sempre fazem escolhas erradas para elas mesmas por meio de uma democracia corrompida. (ZHAO, 2006: 30-31)

realidade política do que a democracia. A questão do coração do povo (que pode ser traduzido mais próximo à ideia ocidental de ‘fidelidade do povo’) deve, teoricamente, ser uma melhor representação do que a democracia no problema da escolha do povo. Se os fatos forem analisados, parece que as massas sempre fazem escolhas erradas para elas mesmas por meio de uma democracia corrompida. (ZHAO, 2006: 30-31)

Em uma primeira análise é possível associar o argumento do autor a abordagens de governança doméstica, porém a proposta desta é visualizar justamente

o contrário, isto é, um sistema mundial legítimo, harmônico e institucionalizado entre os Estados. Nessa perspectiva, esse sistema seria liderado, não por um ditador ou uma superpotência, mas por um líder que teria direito e poder para justificar a governança do “Tudo-sob-céu”. (ZHAO, 2006: 32).

O poder, nessa perspectiva, seria institucionalizado na figura de uma autoridade legítima, em um conceito diferente do encontrado na literatura ocidental, muito próximo estruturalmente do que se entende por império na literatura chinesa. Não se argumenta, contudo, a respeito do poder estatal, limitando-se a considerar que, para que o *Tianxia System* se tornasse realidade, diferenças teriam de ser respeitadas e a autonomia dos estados-parte (econômica, militar e governamental) deveria estar garantida (ZHAO, 2006: 34).

O autor considera:

[...] “Todo-sob-céu” indica globalismo no lugar de globalização. Significa um mundo institucionalmente ordenado ou uma instituição mundial responsável por confirmar a legitimidade política da governança mundial, bem como a governança local, e permitir a justificação dos sistemas. Seu objetivo político é criar o “Todo-sob-Céu”, a trindade do mundo geográfico (a terra), o mundo psicológico (os corações de todos) e o mundo político (a instituição mundial). É uma grande narrativa, talvez a mais grandiosa narrativa das filosofias políticas. A própria virtude do padrão “Todo-sob-céu” é sua visão de mundo de mundo, que poderia nos permitir entender corretamente e descobrir soluções para problemas mundiais. A “mundialidade” é um princípio superior à internacionalidade. (ZHAO, 2006: 39).

Em todo caso, não há menções claramente definidas nessa concepção a respeito do poder estatal, visto que o nível de análise a que esta se propõe examinar leva em consideração o contexto ideal global de uma relação harmônica entre Estados. De toda forma, destaca-se a ênfase ao poder político, a partir da autoridade do governante como elemento central que permite a governabilidade necessária para aplicação do sistema aos problemas das relações internacionais contemporâneas.

A partir destas premissas, Zhao (2006) argumenta, de fato, que as teorias de RI ocidentais são limitadas por não lidarem com problemas do mundo de maneira compartilhada e com isso afirma que na visão destas não há um consenso sobre o mundo, mas sobre o ‘não-mundo’. Assim, afirma que para tratar das questões do mundo “precisamos de uma teoria mundial em vez de uma teoria internacional, e a teoria do tudo-sob-céu pode fornecer uma visualização melhor da ciência política e para a filosofia política” (ZHAO, 2006: 39).

Não obstante a isso, pode-se encontrar em outras abordagens chinesas propostas que ultrapassam o debate filosófico e buscam explicar de forma sistêmica a ordem internacional. É o caso da Teoria Relacional e da abordagem de Tsinghua.

1.2.2 Poder na abordagem “*Relational Theory of World Politics*”: Cultura e harmonia

QIN Yaqing, Professor da *China Foreign Affairs University*, é o pesquisador responsável pela concepção da Teoria Relacional. O autor constrói o argumento sobre a teoria relacional densamente baseado na tradição cultural chinesa atrelada a passagens filosófica de mestres do período clássico do país e defende arduamente que no contexto chinês, as abordagens em Relações Internacionais estejam alicerçadas na cultura da China.

QIN, ao longo de diversos trabalhos¹³, enfatiza a importância do pensamento confuciano para o entendimento da ordem internacional, assim como a perspectiva do *Tianxia System*. O pensamento central do autor em relação ao poder é que este não é uma variável que pertence diretamente aos indivíduos. Isto implica dizer que a maximização deste não se assemelha aos mesmos processos encontrados nas teorias ocidentais de *mainstream*.

De certa forma, debates sobre aspectos do poder no contexto chinês refletem a consolidação do campo de Relações Internacionais no país nas últimas décadas. QIN (2007, pp. 313-340) atribui a isto o processo de desenvolvimento geracional necessário para que uma comunidade acadêmica possa ter robustez na proposição de novas metodologias e abordagens, bem como em análises sistemáticas no conhecimento pesquisado ao longo das gerações.

O autor argumenta ainda que este é influenciado igualmente por decisões no âmbito do PCCh, em especial a partir do governo de Deng Xiaoping, que teve como consequência, entre outras ações, o desenvolvimento institucional dos centros de ensino superior do país.

Da mesma forma que a abordagem do “*Tianxia System*” está fundamentada no conceito chinês de “Tudo-sob-Céu”, os acadêmicos chineses do movimento que propõe uma “Teoria Relacional da Política Mundial/*Relational Theory*” utilizam igualmente de referências históricas clássicas para fundamentar o argumento teórico em que baseiam o seu elemento central, nesse caso a partir do dialeto confuciano

¹³ Ver: QIN (2007, 2013, 2016).

“*zhongyong*”. Este, em interpretação livre, diz respeito ao “caminho do meio” ou “caminho mutualmente inclusivo” e consubstancia a essência epistemológica da abordagem da ‘relacionalidade’ proposta (QIN, 2013: 81).

A esse respeito, o autor considera:

Como a dialética hegeliana, [a relacionalidade] vê as coisas em polos opostos e interativos. Entretanto, ao contrário da dialética hegeliana, [a relacionalidade] assume que as relações entre os dois polos (*yin* e *yang*) não são conflituosas e podem coevoluir para uma síntese harmoniosa, uma nova forma de vida contendo elementos de ambos os polos e que não pode ser reduzida a um destes. Assim, a relacionalidade enfatiza a conectividade de tudo no universo e a complexidade das relações entre os vários atores nela contidos. Enfatiza ainda que a relação de relações é o que existe entre *yin* e *yang*, ou o que eu chamo de meta-relação. A dialética chinesa entende a meta-relação do *yin* e do *yang* como sendo fundamentalmente harmoniosa. A interação entre eles é o processo de harmonização, e a harmonia é realizada através de *zhongyong*, ou a maneira mutuamente inclusiva. (QIN, 2013:81).

Pode-se observar que, se levada em consideração à concepção kuhniana¹⁴ a respeito do desenvolvimento e consolidação de paradigmas na comunidade científica, a relacionalidade, como teoria, ainda passa por estágios iniciais de aplicações conceituais, instrumentais e observação, em busca de situações práticas para aplicá-la como “*problem solving*”.

Nota-se que aspectos de “poder” e “poder estatal” similares ao que se entende a partir das concepções ocidentais de *hard power* e *soft power* não são facilmente identificáveis na abordagem relacional de QIN (2016), isto porque, entre outros argumentos, há um esforço por parte do autor em atribuir a sua proposta de teoria um viés ligado ao ‘pacifismo’ e resolução de problemas a partir da harmonia – que é um dos elementos principais – entre os agentes envolvidos.

Não obstante, a abordagem relacional não ignora a variável de poder nas relações internacionais e oferece uma alternativa a este respeito, intitulada “poder relacional”. Esta, por sua vez, estabelece que “o poder” é resultante das relações entre os agentes, em outras palavras, considera que **as relações são o próprio aspecto de poder** (QIN, 2016: 09). O elemento central que diferencia a análise do autor das demais encontradas sobre poder no ocidente é a característica de que esta variável não é uma posse de determinador Estado, o que subverte o ideal tradicionalista em RI de

¹⁴ Ver: KUHN (1998) A Estrutura das Revoluções Científicas, pp. 67-76.

que os Estados buscam sempre aumentar o seu poder individualmente, tendo como dado o poder como aspecto definidor da ação estatal. O autor argumenta:

O poder relacional é similar a ambos, *hard power* e *soft power* na habilidade de mudar a atitude, motivação ou o comportamento de outros e assim fazê-los conformar-se com o interesse de outrem durante o processo de interação social. Contudo, o poder relacional se diferencia desses tipos de poder porque não pressupõe a posse de um ator em particular. Em vez disso, é um processo de constante manipulação e gerenciamento dos **círculos relacionais** de cada um para sua vantagem. Um ator é mais poderoso porque tem círculos relacionais mais amplos, íntimos e importantes e por ter mais prestígio social por causa desses círculos. Em outras palavras, não é o círculo relacional, mas a manipulação desses círculos que faz com que este tenha mais capacidade de influenciar os outros. Isto é retratado na sociedade chinesa a partir do termo *mianzi* (face ou reputação), que é interpretado como “o jogo de poder”. Observando a sociedade internacional a partir da perspectiva relacional, por conseguinte, o poder pode ser derivado do círculo relacional de uma nação. A extensão desses círculos é importante para os atores, assim como o *mianzi*, ou o prestígio da nação. Por exemplo, ao ter essa reputação - *mianzi* – o ator internacional é poderoso e sua iniciativa é bem recebida por seus pares. Do contrário, este perde sua face e não é considerado influente. Visto que poder é tão importante e **relações de poder são poder**, é natural para um ator internacional procurar, manter e expandir seus círculos relacionais para manter seu poder. (grifo nosso). (QIN, 2016: 10).

Entender o aspecto cultural desanuvia a compreensão da relacionalidade como lente de observação do poder nas relações internacionais. Ao argumentar sobre este aspecto QIN (2013: 67-90) utiliza majoritariamente a filosofia de Confúcio em interpretações sobre governança, entretanto, o autor argumenta que sua inspiração principal foram teorias sociais ocidentais, mais especificamente a ideia da **racionalidade** como núcleo duro para o pensamento de *mainstream* em oposição à **relacionalidade** como núcleo duro da proposta então apresentada.

QIN (2013) parte do princípio de que a relacionalidade é a teoria apropriada para entender o dinamismo das relações internacionais. De acordo com o autor, enquanto o conceito da racionalidade ocidental se constitui como o núcleo central do paradigma nas teorias realistas e liberais¹⁵, o relacional consiste o núcleo central do pensamento chinês. Ambos, segundo ele, possuem raízes profundas na cultura de seus povos:

A Racionalidade é um conceito crucial. Não obstante, ela está enraizada na sociedade ocidental e em suas práticas. Se concordarmos que a cultura

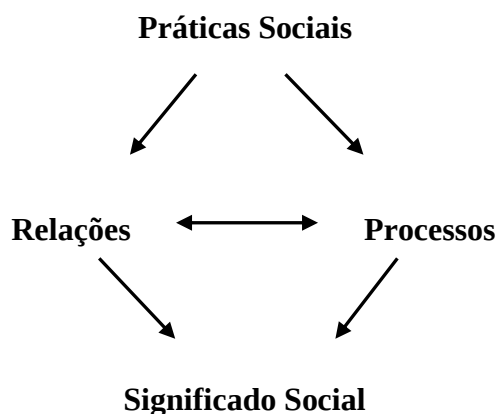
¹⁵ QIN (2013: 79) reconhece a importância das abordagens pós-modernas, pós-estruturalistas e de teoria crítica, porém avalia que as teorias de *mainstream* em RI são as que possuem maior influência no campo, assim como que tiveram mais sucesso na introdução em outras partes do mundo.

importa, é possível encontrar outros importantes conceitos que têm sido nutridos em diferentes culturas, histórias e práticas. (QIN, 2013: 79)

Para a abordagem relacional, o modo chinês de pensar o mundo não se caracteriza em ‘entender para conquistar’¹⁶, mas sim em utilizar o ‘entendimento para auto cultivo’ (QIN, 2013: 79). Esse é o contexto no qual o autor desenvolve sua teoria, que se baseia em três componentes principais: a) processos, no sentido dialético com as relações; b) o meta-relacionamento, e; c) governança relacional.

Resumidamente, pode-se afirmar que o primeiro aspecto consiste em entender os processos como ontologicamente significativos e definidos em termos de relações dinâmicas. O segundo aspecto identifica o meta-relacionamento como ‘a relação das relações’ que representa, na visão do autor, a essência da natureza de todas as relações, incluindo relações humanas, entre grupos sociais, e entre Estados, assim como a relação entre os seres humanos e na própria natureza. Por fim, o terceiro aspecto discute o que o autor define como ‘governança relacional’, que enfatiza o gerenciamento das relações entre atores individuais para criar ordem, em vez de tão somente governar os atores individuais.

Figura 1 - Processos e Relações – abordagem relacional de QIN/2013



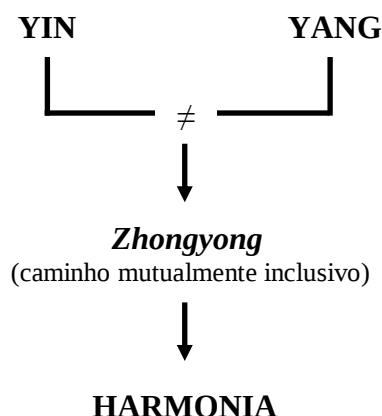
Fonte: (QIN, 2013), elaboração própria.

A Figura 1, acima, busca esquematizar o entendimento do primeiro aspecto, acerca da importância da dinâmica entre relações e processos apresentada por QIN

¹⁶ Em ‘entender para conquistar’ o autor critica diretamente o que ele define como ‘o entendimento da racionalidade humana’ em relação à natureza. Nesse sentido, a tradição chinesa, segundo ele, tem a oferecer uma perspectiva mais harmoniosa, o que dificultou o desenvolvimento do conhecimento científico chinês nos moldes tradicionais do ocidente.

(2012: 80). Cabe ressaltar aqui as categorias de análise compreendidas no entendimento do autor. São estas, i) as relações, que se constituem como a unidade básica de análise; ii) processo e relações como dialógicos; e, iii) significado social resultante da dinâmica processo-relação¹⁷.

Figura 2 – Meta-relacionamento e a dialética chinesa. QIN/2013.



Fonte: (QIN, 2013), elaboração própria.

A Figura 2, acima, pretende representar a ideia do meta-relacionamento na abordagem relacional. A inspiração para tal advém do ‘Livro das Mutações’ de Yi Jing – I Ching na língua portuguesa –, especialmente na discussão do autor sobre o relacionamento *Yin-Yang* (QIN, 2013: 81).

A interpretação dessa dialética aplicada às relações internacionais sugere que, contrariando o pensamento ideal de Zhao (2006), é possível explicar a cooperação e o conflito de atores a partir da filosofia chinesa. O *Zhongyong*, caminho mutuamente inclusivo abarcado na cultura chinesa seria responsável por mover progressivamente situações de conflito para harmonia. Esta característica, na perspectiva de QIN (2013: 81) vai de encontro ao pensamento ocidental em RI que utiliza o modelo da dialética hegeliana, que foca na natureza conflituosa da política mundial, em que polos diferentes tendem a evoluir para uma nova síntese por meio de uma interação conflituosa. O autor argumenta:

¹⁷ QIN (2013) considera que há pouco ou nenhum espaço para tratar de processos e relações dentro das teorias de RI ocidentais. É a partir desse pressuposto que autor alega que ‘o estudo dos processos no sistema internacional e das complexas relações na sociedade internacional’ podem preencher a lacuna até então deixada.

A dialética chinesa garante espaço para um “processo de abordagem” que relaciona as coisas em um processo contínuo, movendo em direção a harmonia a partir da combinação de opostos e conflitos frustrados. Nesse caso, não é sobre opostos conflituosos, em vez disso, é sobre opostos harmoniosos. Não é sobre tese e antítese, mas sobre co-tese, ou *yin* e *yang* fazendo uma nova síntese por meio de um processo harmônico. Normas e instituições são como co-teses, diferentes no início, interagindo a partir de processos harmoniosos e integrando-se em uma nova síntese. Assim como culturas, coevoluem sem eliminação manual e formam uma nova vida enquanto mantém as propriedades de cada um. Dessa forma, as normas e instituições do oriente e do ocidente se encontram, interagem e evoluem para novas formulas que são mutualmente inclusivas, mais robustas e assim, universais no sentido verdadeiro (QIN, 2013: 81).

O aspecto do meta-relacionamento encontrado em QIN difere principalmente do pensamento das escolas de *mainstream* em RI, apesar de reconhecer o contexto conflituoso das relações estatais. Outro ponto de discordância tem a ver com as consequências da estrutura anárquica do sistema internacional. Primeiro, que a relacionalidade não a considera estática, e sim dinâmica. Segundo, que por ser dinâmica, pode tender a evoluir harmonicamente, sem a necessidade de eliminar ou conquistar para existir.

Quadro 1 – Governança Relacional, QIN/2013

	GOVERNANÇA RULE-BASED	GOVERNANÇA RELACIONAL
Regras	Regras gerais	Regras de acordo com as características do membro
Dimensão	<i>Rational-choice</i>	Culturalmente orientada
Governança	Controle	Negociação
Nível básico	Ator individual	Relação entre os atores
Elemento central	Regras	Confiança
Regras-Relações	Exclusividade substituível	Mutualmente complementares

Fonte: (QIN, 2013), elaboração própria.

O Quadro 1, acima, objetiva demonstrar as diferenças em aspectos principais entre a abordagem proposta por QIN (2013) e o que o autor considera como paradigma dominante na perspectiva de estudos sobre regimes em RI, nesse caso, o institucionalismo liberal. QIN (2013: 83) afirma que, considerando a emergência de firmas do Leste Asiático na arena global, é signficante que outras perspectivas venham a aplicar novos modelos de governança, historicamente desconsiderados pelo ocidente. A dimensão cultural, de acordo com o autor, é a essência da governança

relacional, pois esta é capaz de abarcar processos de gerenciamento de relações que vão além do sistema de custo-benefício dominante.

Governança relacional é um processo de negociação de arranjos sócio-políticos que gerencia relacionamentos em uma comunidade para produzir ordem para que os membros se comportem de forma recíproca e cooperativa, utilizando da confiança mútua para evoluir a partir de conhecimentos compartilhados de normas sociais e moralidade humana. (QIN, 2013: 83).

Nota-se que a partir dos três aspectos discutidos pouco se pode extrair diretamente para análises de poder e poder estatal dos Estados. Isto porque a compreensão do mundo a partir do aparato relacional não se interessa em explicar temas “tradicionais” encontrados em teorias de clássicas ocidentais, como maximização de poder, balança de poder, entre outros. Do contrário, esta visão de mundo a partir da dialética chinesa se constrói utilizando as diferenças entre o núcleo duro da racionalidade ocidental e a relacionalidade chinesa como vácuos de interpretação em que a última poderia ser aplicada.

Um dos pontos sensíveis quando da avaliação da Teoria Relacional proposta por QIN (2016) é a falta de um debate mais denso na academia que possa problematizar as premissas e considerações levantadas pelo autor. Isto faz com que as fontes primárias sejam quase sempre os trabalhos e reflexões do mesmo a respeito do tema. Dentro da academia chinesa, pode-se encontrar em Yan e nos acadêmicos da Universidade de Tsinghua críticas e opiniões divergentes, principalmente no que se refere à falta de uma proposta metodológica de como visualizar o Sistema Internacional.

1.2.3 Poder na perspectiva de YAN Xuetong/Tsinghua: ciência, poder e hegemonia.

“Se não precisamos de uma Escola Chinesa de Física ou Química, por que precisaríamos uma Escola Chinesa de Relações Internacionais?” (YAN, 2011: 259). O questionamento acima vai de encontro a elementos centrais das abordagens mencionadas anteriormente e define grande parte das premissas de Yan Xuetong a respeito de como visualizar o mundo a partir de perspectivas chinesas.

Yan questiona a necessidade de haver uma Escola Chinesa de RI, bem como de rejeitar o conhecimento ocidental a respeito da disciplina. Contudo, as propostas encontradas no trabalho do autor vão além da utilização do esquema teórico ocidental. O objetivo inicial é a criação de uma estrutura analítica baseada em padrões

estadunidenses em RI, para, em seguida, usá-lo para interpretar as ideias dos pensadores chineses pre-Qin, (221, a.C), tais como *Xunzi*, *Laozi*, *Confucius* e *Mencius*. (QIN, 2013: 74).

Yan (2011: 33-34) alega que a cultura chinesa pode auxiliar no crescimento do país ao passo que está alinhada ao processo intitulado ‘rejuvenescimento’¹⁸ da China’. Este, iniciado por Sun Yatsen, e continuado por Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, diz respeito aos esforços chineses em recuperar o tempo perdido e retomar o *status* que possuía em períodos históricos anteriores.

A esse respeito, Yan (2001: 34) considera que os chineses vêem sua ascensão como a retomada de um *status* internacional predecessor – nesse caso de uma grande potência - do que um processo iniciado recentemente. O autor considera que há um ‘sentimento psicológico’ entre os chineses que os mantém continuamente insatisfeitos com as conquistas da China até que esta retome sua condição de superpotência. Nesse sentido, uma futura ascensão da China seria encarada mais como uma restauração do que uma tentativa de ganhar vantagens sobre outros.

A ascensão da China é um processo histórico de longo prazo. Embora os chineses estejam insatisfeitos com seu status internacional eles sabem que não há uma maneira de alcançar os Estados Unidos em um futuro próximo. O desastre do ‘Grande Salto para Frente’ no final da década de 1950 está profundamente enraizado no povo chinês e em seus líderes. Desde o começo da reforma da China e a abertura em 1978 os chineses entenderam que seria uma longa marcha para que pudessem atingir as Quatro Modernizações (modernização da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia e da defesa). (YAN, 2001: 34).

Para entender melhor a perspectiva do autor pode-se recorrer a especulações sobre o futuro da ordem internacional e como a China contribuiria para um mundo em que tivesse um papel proeminente. A esse respeito, YAN (2001: 37) considera:

A ascensão da China fará o mundo mais civilizado. A civilização chinesa escrita tem mais de 4,000 mil anos e sua cultura é bastante rica e admirada por vários povos no mundo. O núcleo do Confucionismo é a benevolência [*ren*]. Este conceito encoraja líderes chineses a adotar um governo benevolente [*wangdao*] ao invés de uma governança hegemônica [*badao*]. Em termos de relações exteriores, estrategistas chineses aspiram associar-se com pares benevolentes e manter boas relações com vizinhos [*quiren shanlin*]. Nos últimos dois séculos, países ocidentais tomaram a liderança na política mundial. A capacidade e o progresso nesses países criou uma política cultural que enfatiza o poder e não a moralidade, e possui impacto no mundo todo. Com a ascensão da China, suas conquistas econômicas farão sua cultura política popular por todo o mundo. O conceito chinês de

¹⁸ O termo ‘rejuvenescimento’ da China refere-se os esforços chineses em recuperar o tempo perdido e retomar o status que possuía em períodos históricos anteriores. (YAN, 2001: 34).

benevolência irá influenciar as normas internacionais e fazer um sistema internacional mais civilizado. (YAN, 2001: 37-38).

Nota-se, a partir da passagem acima, que o fator cultural – baseado na filosofia confucionista – influencia o entendimento do autor a respeito de temas centrais nas RI, como poder e hegemonia. Estas estão entre as principais categorias em que o autor desenvolve a maioria de seus argumentos.

Yan e o grupo de acadêmicos da *Tsinghua University* criaram um quadro analítico para identificar a partir dos textos dos pensadores clássicos em que categorias estes se encontram em comparação a teorias contemporâneas. O quadro 2, a seguir, identifica os pontos principais.

Quadro 2 - Níveis de análise e ideias epistemológicas dos pensadores chineses pré-Qin

Ideias epistemológicas	Nível de Análise		
	Sistema	Estado	Indivíduo
Determinismo conceitual	<i>Laozi, Mozi</i>		<i>Confucius, Mencius</i>
Dualismo		<i>Guanzi</i>	<i>Xunzi</i>
Determinismo materialista		<i>Hanfeizi</i>	

Fonte: (YAN, 2011), elaboração própria.

O quadro 2¹⁹ identifica apenas em linhas gerais as categorias em que se pode identificar cada pensador. Yan explica melhor as características que cada um possui para estar encaixado na análise acima.

Seguindo os três níveis de análise das relações internacionais [estado, sistema e indivíduo] é possível classificar as perspectivas analíticas de *Mozi* e *Laozi* como no nível sistêmico, as de *Guanzi* e *Hanfeizi* como no nível estatal, e as de *Confucius*, *Mencius* e *Xunzi* como no nível do indivíduo. *Mozi* e *Laozi* analisam as relações interestatais do ponto de vista do todo, ao invés de baseado das vantagens de cada Estado. *Mozi* acredita que utilizar a guerra para obter proeminência é benéfico apenas para poucos Estados, não para a maioria. O modelo ideal de *Laozi* para a ordem

¹⁹ O quadro II é um recurso utilizado para facilitar o entendimento das categorias em que cada pensador se assimila de acordo com Yan (2011). Entretanto este recurso simplifica os pormenores que podem, eventualmente, fazer que um pensador possa estar em duas categorias ao mesmo tempo. Por exemplo, Yan (2011: 29) reconhece que às vezes Xunzi utiliza de uma análise da perspectiva do ‘sistema social’, isto é, no nível sistêmico. Xunzi, de acordo com o autor “[...] argumenta que a sociedade humana é comunitária; consequentemente ao menos que haja normas hierárquicas, conflitos sempre irão surgir” (Ibid).

mundial está baseado em pequenos Estados, não em grandes Estados. [...] *Guanzi* e *Hanfeizi* conduzem suas análises no nível estatal. Ambos sustentam que o poder relativo é um fator decisivo na ascensão e queda de Estados e de relações estatais. [...] *Hanfeizi* acredita que o ser humano é egoísta, assim, o conflito não pode ser eliminado e somente se um Estado for forte pode sustentar seus interesses. [...] O método de análise de *Confucius* e *Mencius* está no nível individual, especificamente o governante. *Confucius* acredita que a estabilidade ou instabilidade da ordem mundial é completamente determinada pelo cultivo moral do líder político. Ele afirma que a virtude pessoal do líder é a fundação da ordem social. A análise de *Xunzi* é largamente no nível individual. Na análise da natureza da sociedade internacional, *Xunzi* considera a natureza do governante do estado líder e seus ministros como uma variável independente, isto é, a sociedade internacional é uma de um sábio ou hegemônico a depender da natureza do governante do Estado líder e de seus ministros. (YAN, 2011: 26-28).

No que se refere às ideias epistemológicas de cada autor, Yan (2011) recorre ao que Qin (2013: 75) caracteriza como dimensões advindas da **dicotomia filosófica ocidental** entre Materialismo vs. Idealismo. Contudo, subdivide este em três dimensões menores que podem ser identificadas como determinismo conceitual (idealismo), determinismo materialista (materialismo) e o dualismo (uma dimensão entre o materialismo e o idealismo).

Na tentativa de criar paralelismos epistemológicos, Yan (2011) argumenta:

[...] podemos separar esses filósofos em três grupos: Hanfeizi é um determinista materialista; Guanzi e Xunzi são dualistas materiais e conceituais; Laozi, Confucius, Mozi e Mencius são deterministas conceituais. [...] Hanfeizi é sempre um materialista. Ele sustenta que porque os tempos mudam os recursos materiais não satisfazem as necessidades, por isso o conflito acontece entre a humanidade e recompensas e punições não são capazes de eliminá-lo. Portanto as forças materiais não podem ser ignoradas. [...] Guanzi é um dualista material e conceitual. Guanzi sustenta que a ordem internacional e as relações interestatais são determinadas por ambas as relações entre seres humanos, interesse material e o pensamento conceitual. Ele sustenta que para manter uma ordem internacional estável poder material e pensamento moral são necessários. [...] Xunzi é um determinista conceitual moderado. Ele percebe as ideias do governante e de seus ministros como a força motriz por trás da conduta estatal e, portanto, a causa da mudança no status do Estado é dependente do governante e de seus ministros. Não obstante, a análise de Xunzi da causa do conflito assemelha-se mais a de um dualista. Ele percebe os desejos humanos e a escassez material como as raízes do conflito entre os Estados. Mozi, Confucius e Mencius analisam as relações entre os Estados em termos de conceitos, mas frequentemente ligam os conceitos ao sistema. [...] Confucius e Mencius acreditam que a influência básica nas relações entre os Estados é a perspectiva moral dos governantes. A moralidade é uma variável que tem dois valores: benevolência e não benevolência. Laozi é talvez o mais puro determinista conceitual. Ele atribui o conflito a atitude e a ideia de vida das pessoas. (YAN, 2011: 26-29).

A tentativa de categorizar tais pensadores a partir dessa estrutura analítica sofre críticas metodológicas, pois não leva em consideração – perceptivelmente ou não – que este resultado pode ser fruto de uma indução de Tsinghua em considerá-los conceituais, dualistas ou materialistas arbitrariamente, e/ou com base em esquemas já pré-definidos teoricamente.

Feng (2012) elenca esta e outras posições que podem ser falhas a tentativa desse grupo em emplacar uma abordagem chinesa a partir de esquemas orientais. De toda forma, Feng (2012: 91) reconhece que estes supostos problemas não comprometem a validade e o valor das implicações teóricas deduzidas. Apenas pode enfraquecer uma futura proposta de teoria.

Yan (2011: 31-69) desenvolve uma série de argumentos que conectam o entendimento dos pensadores pré-Qin aos problemas contemporâneos em relações internacionais. Entre os temas, diferencia como estes pensadores problematizam tópicos com: a liderança entre os Estados, a moralidade e a ordem estatal, a paz, o conflito e a guerra, bem como as mudanças de poder hegemônico.

O tema sobre as mudanças de poder hegemônico sintetiza uma vasta literatura dos temas mencionados acima e dialoga de maneira mais direta com os temas de “poder” e “poder estatal” na perspectiva do autor. Entretanto, devido à abrangência deste e das diversas interpretações que se pode fazer a respeito de cada pensador/tema, o autor sustenta sua abordagem majoritariamente nos estudos sobre Xunzi (pensador de influência confucionista)²⁰.

Mudanças no poder hegemônico é um tópico frequente na política internacional. Pensadores pré-Qin também têm algo a dizer sobre a ascensão e a queda de Estados hegemônicos. Basicamente, eles percebem a queda e ascensão do poder hegemônico nos termos da liderança do Estado e atribuem estas universalmente a causas políticas. É muito raro para pensadores pré-Qin atribuir a queda e ascensão de Estado hegemônico a causas econômicas [...]. Contudo, apesar de atribuí-las a causas políticas, eles diferenciam no entendimento de quais fatores políticos são decisivos. (YAN, 2011: 52).

Yan avalia que para estes pensadores, o poder político é o decisivo para que um Estado consiga manter sua hegemonia, contudo, que há uma série de elementos abrangentes de poder estatal que não são conversíveis. “Pensadores pré-Qin acreditam que os fatores políticos, econômicos e militares são todos importantes, mas também

²⁰ Ver: YAN, Xuetong (2008) *Xun Zi's Thoughts on International Politics and Their Implications*, pp. 135-165, e YAN, Xuetong (2012) *Xunzi's Interstate Political Philosophy and Its Message for Today*, In: *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*, pp. 70-106.

acreditam que a capacidade política é a base que integra o **poder estatal abrangente**²¹” (YAN, 2011: 53).

A partir de Yan (2011) percebe-se que há uma certa concordância entre os pensadores clássicos que a política é um fator decisivo na integração do poder estatal. O quadro III, abaixo, busca demonstrar as diferenças de pensamento entre dois textos clássicos a partir das interpretações do autor.

Quadro 3 - A base de poder na liderança estatal e o fator central do poder político

Pensador	Fator central do poder político	Base do poder
<i>Laozi</i>	Moralidade do governante	Política
<i>Confucius</i>		
<i>Mencius</i>	Implementação da política da benevolência e da justiça.	
<i>Xunzi</i>	Diretrizes políticas do Estado	
<i>Mozi</i>	É uma política de empregar apenas aqueles que são moralmente dignos	
<i>Hanfeizi</i>	Implementar um sistema jurídico	
<i>Guanzi</i>	Integração dos meios de governar o Estado	

Fonte: (YAN, 2011), elaboração própria

Em outros termos, pode-se observar que a compreensão da maioria dos pensadores clássicos chineses a respeito do poder e da interação deste com o Estado e seus pares é limitada ao poder político, sobretudo ao nível doméstico e de governança. Levando em consideração a abrangência dos assuntos reinterpretados por Yan (2008; 2011), merece destaque o esforço do autor em emplacar a ‘filosofia política interestatal’ de Xunzi como a que oferece ferramentas mais sensíveis para teorização na perspectiva de política internacional.

Subsistem, contudo, algumas considerações a serem feitas antes de apresentar a compreensão de Xunzi acerca do poder estatal. A partir da interpretação de Yan (2008; 2011) pode-se considerar que a respeito da política internacional:

- a) Xunzi visualiza o nível individual como primordial para modificação da ordem existente. Ele considera, inclusive, somente as grandes potências como possíveis influenciadores da ordem, não considerando o caminho inverso.

²¹ Tradução livre para *comprehensive state power/comprehensive national power*.

(Yan, 2011: 71). Considera ainda que a natureza do estado é determinante para que este ascenda ou caia. Nesse caso, se este se caracteriza como i) autoridade humana; ii) hegemonia; e, iii) tirania. No que se refere à ordem internacional, Xunzi considera como variável dependente, variável independente e variável interveniente respectivamente: a) a ordem interestatal, nesse caso se ordem ou desordem;

b) a natureza do estado; se sábio (autoridade humana), hegemônico ou tirano, e;

c) o Estado, pois este é uma ferramenta do governante para administrar a sociedade.

A respeito da estabilidade da ordem internacional na percepção de Xunzi, Yan (2011: 71) argumenta:

Xunzi percebe o caráter do Estado, o tipo de governante e a natureza da política como três aspectos da mesma coisa. O nível de estabilidade da ordem internacional é determinado pela natureza das maiores potências mundiais. Ele [Xunzi] que se as maiores potências mundiais são governadas por reis sábios ou hegemônicos, a ordem internacional é estável; se por tiranos, a ordem internacional é instável. Se a maior potência for uma potência hegemônica, haverá relações estáveis com aliados, porém instáveis com não aliados.

O quadro 4, a seguir, busca representar o comentário acima na maneira que estabelece as relações entre a natureza das grandes potências e o nível de estabilidade consequente.

Quadro 4 - Ordem internacional em relação à natureza das grandes potências.

ORDEM INTERNACIONAL	TIPOS DE GRANDE POTÊNCIA		
	Autoridade Humana	Hegemonia	Tirania
Estável			
Instável			

Fonte: (YAN, 2011), elaboração própria

Yan (2011: 73) argumenta que Xunzi não desconsidera a importância do poder material. Seu método de análise se aproxima da abordagem construtivista nas teorias ocidentais de relações internacionais, que considera as ideias como as motivações

originais para a conduta. “A diferença de Xunzi e os construtivistas é que a variável dependente dele é o conceito pessoal do governante, onde os construtivistas enfatizam como variável dependente o conceito de sociedade como um coletivo” (YAN, 2011: 74).

Com o intuito de fazer um paralelo entre a natureza do Estado em Xunzi, com o que Wendt (1999) estabelece como ‘estruturas culturais’, Yan (2011: 74) argumenta que ‘autoridade humana, hegemonia e tirania’ são similares respectivamente ao que Wendt compreende como *Kantian culture*, *Lockean culture* e *Hobbesian culture*²².

Nesse aspecto, O autor argumenta que a autoridade humana conquista o povo; a hegemonia conquista aliados e a tirania conquista territórios. Contudo, ressalta que, na comparação, Wendt entende por *Lockean culture*, não se pode fazer um paralelo compreensivo com a ideia de Xunzi. O primeiro, entendendo que elemento central é a cultura e o último utilizando a rivalidade como núcleo interpretativo.

De fato, vários questionamentos podem ser levantados a respeito da falta de rigor científico em uma análise baseada em narrativas de pensadores de milénios anos atrás. O próprio Yan reconhece as falhas e admite que de acordo com os modelos tradicionais de pesquisa o método de Xunzi é considerado ‘não científico’, inclusive por não apresentar uma variável de controle em seus exemplos. Apesar da fraca validade científica, os aspectos teóricos encontrados em Xunzi fomentam debates mais profundos a respeito de temas encontrados nas obras literárias do autor, especificamente sobre um tema desconsiderado pela maioria dos outros pensadores clássicos, o poder estatal.

1.2.4 Xunzi e o Poder estatal

Este ponto é de particular importância, pois é a partir dele que Yan direciona a maior parte de seu entendimento a respeito do *Comprehensive National Power* (CNP) discutido no Capítulo II. Nota-se, antecipadamente, que as concepções teóricas sobre poder determinam o peso das variáveis encontradas nas fórmulas de mensuração de poder estatal.

²² Yan (2011: 74) considera que a autoridade humana conquista o povo; a hegemonia conquista aliados e a tirania conquista territórios. O autor ressalta, contudo, que na comparação Wendt entende por *Lockean culture*, não se pode fazer um paralelo compreensivo com a ideia de Xunzi. O primeiro, entendendo que elemento central é a cultura e o último utilizando a rivalidade como núcleo interpretativo.

A partir de Xunzi, de maneira geral, estas concepções são as seguintes: i) a relação entre poder político, poder militar e poder econômico de um Estado são analisadas a partir de outro viés, qual seja, considerando o poder político como base para qualquer outra dimensão de poder. Yan (2011: 77-84) aborda estes temas a partir dos seguintes comentários:

Ele [Xunzi] compreende que o poder político desempenha um papel de base para o poder econômico e o poder militar. Ele acredita que qualquer que seja o poder econômico e militar de um Estado, este não significa coisa alguma sem a base do poder político. (YAN, 2011: 78).

Para Yan (2011: 78) as ideias de Xunzi são similares ao que Ray S. Cline²³ formulou como equação que expressa os componentes de poder de um Estado. Nessa equação, o resultado é a soma dos valores de *hard power* e *soft power*. Visualizando a partir da lente de Xunzi, o poder político é que se considera geralmente como *soft power*. Dessa forma, se o poder político for zero, o resultado da equação vai ser zero.

Xunzi acredita que o poder político é a base para o crescimento do *hard power*. Xunzi detém um determinismo moral, consequentemente, ele acredita que a chave para o sucesso ou falha de um Estado está na sua política, se correta, o poder do Estado irá crescer, se incorreta, o poder do Estado irá diminuir. (YAN, 2011: 79)

Yan (2011: 79) sustenta que a separação de poderes nos Estados Unidos, a Restauração Meiji no Japão e o sistema socialista na União Soviética são fatores políticos e foram responsáveis por aumentar drasticamente o nacional dos países mencionados. A respeito da economia, Yan (2011) argumenta:

Xunzi percebe que o sistema político do Estado é a base que garante se a economia estatal pode se desenvolver rapidamente. Esta ideia é exatamente contrária a que sustenta que o nível econômico é à base do sistema político. (YAN, 2011: 79-80).

Como exemplo, Yan (2011: 80) considera a abertura econômica chinesa em 1978 como evidência da influência do poder político na economia. O autor inclusive exemplifica que diretrizes políticas predecessoras foram responsáveis pelo desastre econômico na China. A respeito da política externa, Yan (2011) argumenta:

Xunzi acredita que o princípio político da política externa é a base para a garantia da segurança estatal. Ele percebe que a segurança estatal não é

²³ Na equação de Cline, entende que $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$. Pp = percepção de poder; C = massa crítica; E = capacidade econômica; M = capacidade militar; S = propósito estratégico; W = vontade nacional (HOHN, 2011: 116).

totalmente dependente do tamanho da força militar, mas também é determinada pela capacidade do Estado em manter uma relação estável com seus pares no nível político. (YAN, 2011: 80).

O exemplo utilizado pelo autor para sustentar o pensamento de Xunzi é o contexto das relações exteriores da China em 1960, como oposição às duas maiores potências, Estados Unidos e União Soviética na época, e a diferença deste contexto para as relações chinesas desde o início dos anos 2000, em que a China mantém relações estáveis com potências como Estados Unidos e Rússia.

Por fim, a respeito do papel do poder político nas relações diplomáticas, Yan (2011) interpreta que Xunzi acredita ser este mais eficaz do que o poder econômico, até mesmo mais eficaz do que a tentativa de suborno para atender a interesses diplomáticos. Yan (2011: 81) considera:

Em 2005, com o intuito de obter o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas o governo japonês gastou dezesseis milhões de dólares comprando votos de países em desenvolvimento, mas mesmo assim falhou. Em 1971, os Estados Unidos se opuseram a obtenção do assento permanente da República Popular China (RPC) no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nessa época, o auxílio americano a países de terceiro mundo era excessivamente maior do que o auxílio da China. Não obstante, com a ajuda dos países africanos a RPC ocupou o lugar nas desejado naquele ano. Estes dois exemplos históricos nos ajudam a entender a ideia de Xunzi que nas relações exteriores o poder político é mais útil que o poder econômico.

As perspectivas de poder interpretadas por Yan nas obras de Xunzi apresentadas acima, dizem respeito principalmente à sobrevalorização do poder político em detrimento de outros poderes, ou melhor, como condição para sustentar qualquer outro aspecto de poder. Yan (2008; 2011) parte do pressuposto das premissas do autor para argumentação tanto sobre os elementos do poder, quanto como estes pesam na formatação do poder estatal.

Nas abordagens teóricas expostas acima, pode-se observar que todas possuem considerações ontológicas similares, e diferem em primeiro grau, no nível de análise, bem como nos pressupostos epistemológicos de como visualizar o objeto “poder” nas relações internacionais. A abordagem de Yan, dentre estas, é a única que apresenta uma proposta metodológica atrelada aos debates sobre o CNP, inclusive por meio de relações diretas entre o pensamento de Xunzi, neste caso, e componentes de avaliação do poder estatal.

Enquanto a Teoria Relacional e a abordagem do *Tianxia System* estão preocupadas em observar o mundo exclusivamente a partir da cultura chinesa, a

abordagem do *Tsinghua* tenta encaixar o entendimento da cultura chinesa a estruturas pré-concebidas em modelos ocidentais (YAN, 2011: 24). Este processo, detalhado com mais profundidade no Capítulo 2, possibilita visualizar as estratégias chinesas relacionadas a concepções de CNP mais assertivamente. Neste caso, densamente baseada no poder político do Estado.

1.3 Poder na RPC: Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin

De modo geral, perspectivas de poder e poder estatal podem ser observadas a partir do contexto político dos governantes da RPC. Nota-se, inicialmente, que há uma dimensão dialógica e, em certos aspectos, dialética, entre o pensar política do ponto vista teórico e o fazer política do ponto de vista prático. O exemplo chinês possibilita visualizar historicamente alguns pontos desse debate, com destaque para a maneira que poder ideológico do PCCh reverbera por meio da figura de seus líderes.

No que se refere ao período de influência de Mao Tsé-Tung na China/RPC – algo entre 1935 e 1966 –, pode-se entender que as questões centrais concernentes a esse período foram relacionadas à necessidade da China obter estabilidade, deixando de lado a subserviência ideológica e institucional a Internacional Comunista (Comintern) e estabelecimento, posteriormente, a partir da Revolução de 1949, o que se entende como “*Mao Zedong Thought*” ou “*Marxismo-Leninismo da China*” como diretriz central do PCCh.

BO (2004: 27-28) argumenta que como braço da Internacional Comunista, o PCCh não possuía a palavra final em termos ideológicos, nem podia determinar a liderança do partido e de suas instâncias de poder. O autor afirma que Mao só pode exercer poder político de fato em 1938 quando Moscow finalmente o reconheceu como líder do PCCh, no lugar do indicado pela Comintern.

Subsequentemente, o *Mao Zedong Thought* foi definido como ‘o pensamento que integrou as teorias Marxistas e Leninistas com a prática da Revolução Chinesa’ e foi incorporado na Constituição do PCCh como diretriz para todos os trabalhos do partido. (BO, 2014: 30)

De fato, o período de influência de Mao na China foi marcado por uma justaposição entre estabilidade momentânea e recorrente instabilidade, sobretudo política. Mao sofreu diversas críticas e derrotas dentro do partido durante o período que esteve a frente como líder político e militar, resultando, inclusive, na retirada do

“*Mao Zedong Thought*” da Constituição do PCCh no Oitavo Congresso Nacional do PPCh, em 1956, alguns anos depois da Revolução Comunista. (BO, 2004: 30).

Lyrio (2010: 81) atenta para o fato de que a longa história da China alterna períodos de maior ou menor estabilidade política. O período de Mao pode ser considerado singular, pois, da mesma forma que conseguiu retomar o poder de fato na condução do país, resultou em uma das maiores crises político-institucionais que quase destruíram o partido. Lyrio (2010) argumenta:

O fim da Segunda Guerra Mundial e a Revolução Comunista em 1949 inauguraram um período de restabelecimento da soberania nacional pelo Governo chinês. [...] O país passou a viver um período de reafirmação de sua independência e do controle de seu território, em contexto de fortalecimento do orgulho da nacionalidade chinesa. [...] O alcance das propostas e a natureza do Partido, particularmente de Mao Tsé-tung, gerariam novas divisões internas e impediriam a sedimentação de uma ordem política previsível e estável. (LYRIO, 2010: 85).

As respostas de Mao, que, por um lado, devolveram à China a capacidade de definir seus próprios rumos, por outro, resultaram em grande desgaste. Lyrio (2010: 86) considera que grande parte disso pode ser atribuída ao caráter genuinamente revolucionário de Mao.

Lyrio (2010: 86) recorre a Fairbank (2006) ao argumentar que as duas únicas fases de relativa calma – anos iniciais pós-1949 e o breve interregno de recuperação econômica de 1961 a 1965 – são justamente aquelas que não foram inteiramente dominadas pela figura política de Mao.

Em outros termos, pode-se considerar de modo geral que o período de influência de Mao na China buscou instituir políticas de poder a partir de premissas ideológicas contestáveis. A ideologia como ferramenta de controle acabou por afastar a China de uma maior integração internacional.

Um ponto crítico desse período foi o debate no PCCh sobre as consequências do ‘Culto a Personalidade’. Este processo diz respeito justamente ao início do declínio do “*Mao Zedong Thought*” dada tamanha ênfase de seu criador nas diretrizes do partido chinês.

A rejeição ao culto a personalidade do líder influencia até os dias atuais a política chinesa. Deng Xiaoping é um exemplo claro de como procurar se afastar de ideologias baseadas inteiramente na personalidade do líder. (BO, 2014: 32-34).

Nesse sentido, o poder e o poder estatal se traduzem na busca pela **estabilidade** e pela manutenção desta em detrimento de agentes de influência internos

e externos. Este fato foi determinante para influenciar as diretrizes políticas da China na era posterior, a de Deng Xiaoping.

Deng Xiaoping exerceu a liderança na RPC entre 1978 e 1992. Seu período enquanto governante da China resultou em marcos de maior relevância da China contemporânea: as reformas econômicas e o processo de abertura e maior integração da China com o mundo (BO, 2014; LYRIO, 2010).

Alguns elementos centrais sobre este período podem ser destacados:

- i) Deng tinha como premissas “evitar debates ideológicos e focar e questões pragmáticas”, isto em razão ao insucesso de Mao nas tentativas de focar na ideologia com base para a estruturação da China pós-1949;
- ii) a premissa de “busca verdades por meio de fatos” de Deng enfatizava o caráter pragmático positivista que a China tentaria embarcar nas décadas seguintes. Este ponto influenciou inclusive as pesquisas iniciais sobre maneiras de mensurar o poder de uma nação, a pedido do próprio Deng (PILLSBURY, 2000: 13);
- iii) a instituição dos “quatro princípios cardinais”²⁴ na tentativa da contenção do movimento democrático enfatizou o caráter controlador do líder chinês, fato que resultou, inclusive, na retirada de garantias constitucionais de liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de debate e liberdade de afixar pôsteres políticos²⁵ (BO, 2004: 34).

Lyrio (2010: 89) considera que devido ao pragmatismo de Deng e de seu grupo alguns êxitos puderam ser observados na condução da política na China.

O pragmatismo de Deng implicou uma revitalização do discurso em torno dos objetivos econômicos e uma desideologização e desestatização da vida política da qual a própria discrição e o gosto pelos bastidores do novo líder máximo eram os exemplos maiores”. (LYRIO, 2010: 89).

A repressão ligada à tentativa de colocar a China no caminho do desenvolvimento foram marcos do período de Deng Xiaoping a frente da China. O monopólio do poder passou a ser uma questão praticamente incontestável para o

²⁴ O caminho socialista, a ditadura do proletariado, a liderança do PCCh e o Marxismo-Leninismo. (BO, 2004: 34).

²⁵ As consequências do Incidente de Tiananmén, ocorrido em junho de 1989, reforçam igualmente a afirmação do caráter controlador de Deng no estabelecimento das diretrizes da China para as décadas posteriores. BO (2004: 34) argumenta que um dos motivos da revolta foi à implantação da fórmula “um centro, dois pontos básicos” para a China, de coordenação de Deng Xiaoping.

crescimento chinês nas décadas posteriores. Lyrio (2010: 94) argumenta que superada a crise de Tiananmen a China pode retomar o processo de crescimento econômico em meio a uma relativa estabilidade política. Isto repercutiu diretamente nas mudanças de lideranças do PPCh nas décadas seguintes. A formação mais tecnocrática passou a ser uma das condições para que os futuros líderes pudessem chegar ao poder.

Deng Xiaoping prepararia sua sucessão tendo como objetivo a ascensão de líderes que combinassem boa formação técnica e uma capacidade de adequação ao novo sistema de poder na China, menos personalista e mais institucionalizado, com renovação periódica dos cargos mais altos do Estado e do Partido e um processo decisório mais fundado na busca de consensos entre um pequeno colegiado do que na vontade de um líder incontestável. (LYRIO, 2010: 94).

Desse modo, pode-se considerar que período de Deng Xiaoping enfatizou nas características de **controle e desenvolvimento** no que se refere aos temas de poder e poder nacional. Passada o período mais complicado em relação à estabilidade política, Deng pode estabelecer diretrizes mais previsíveis para o futuro do país. Cabe ressaltar ainda que Deng, assim como outros líderes posteriores, possuíam influência teórica de textos e pensadores da literatura clássica chinesa (PILLSBURY, 2000: xl) o que poderia explicar algumas de suas considerações a respeito de qual maneira adequada deveria a China se comportar a respeito da composição da ordem internacional vigente.

Jiang Zemin chega à liderança da China – por volta de 1989²⁶ – após um vasto período de estabilização política assim como de diversas tentativas de desenvolvimento econômico. BO (2004: 34-35) argumenta que diferente de Deng, que não estava interessado em debates ideológicos, Jiang tinha muito interesse em ser reconhecido como “politicamente correto”, e, diferente de Mao, que foi entusiasta a ideologia, Jiang via ideologia como um atalho para fama e poder, em vez de uma visão política para o país.

Contudo, estas considerações não impediram que o líder chinês implantasse o que ficou como marca de seu governo: a formulação das “três ênfases”²⁷, em 1998, e das “três representações”²⁸ em 2000, estas prezavam pela **manutenção do poder** da China. Estes foram incorporados na Constituição do PCCh, apesar de posteriormente

²⁶ Jiang Zemin assumiu a Presidência do PPCh em maio de 1989 (LYRIO, 2010: 94), mas só chegou a ser empossado como líder da RPC em 1992 (BO, 2004: 35)

²⁷ Ênfase no aprendizado, ênfase na política e ênfase na integridade. (BO, 2004: 35)

²⁸ As forças produtivas avançadas, a cultura avançada e os interesses da maioria do povo chinês.

ter sido desassociados da figura de Jiang e estabelecido institucionalmente como diretrizes do partido. (BO, 2004: 35).

Lyrio (2010: 94-95) argumenta que o período em que Jiang Zemin esteve a frente do PCCh não foi um período de mudanças significativas. Jiang possuía um caráter conservador, inclusive se opunha inicialmente a maneira com que as reformas e a abertura na China se deram em um primeiro momento. O autor considera:

Jiang Zemin assumiu a Secretaria-Geral do PCC após a destituição de Zhao Ziyang, em plena crise de Tiananmen, em maio de 1989. Como ex-Prefeito de Xangai, apresentava a dupla credencial de ter promovido o impressionante crescimento econômico da região e reprimido com sucesso manifestações locais de oposição ao PCC. Certo conservadorismo e cautela do ponto de vista político eram compensados por maior ousadia no campo econômico, em que aprofundou as reformas iniciadas por Deng Xiaoping. A centralidade do objetivo de acelerar a modernização econômica durante sua administração revelou-se na elevação do status dos empresários na sociedade e na vida política da China, já que, de antigos inimigos do comunismo chinês, os expoentes do capitalismo passavam a ter o direito de aderir ao PCC. (LYRIO, 2010: 94).

De maneira geral, pode-se considerar que desde o estabelecimento da RPC até o final do governo de Jiang Zemin, 2002-2003, a China passou por diversas questões relativas ao poder e poder nacional. Questões a respeito de maximização de poder não estavam diretamente envolvidas, visto que em Mao, a busca pela estabilidade política e pela ideologização do país foram prioridades.

Em Deng Xiaoping, a ênfase estava em grande parte em esforços de reconstrução e restauração da China, o que exigia políticas de poder derivadas de um maior controle estatal. Jiang Zemin herda uma China em um processo de desenvolvimento econômico inicial e com mais estabilidade política, contudo não altera significativamente os rumos estabelecidos por Deng Xiaoping.

Ao observar o contexto da consolidação da RPC, percebe-se a maneira na qual o poder político se mostra determinante nos rumos da China. Nos três momentos avaliados acima, nota-se que, na história recente, somente a partir de Deng Xiaoping que a China conseguiu angariar mais espaço no cenário internacional. Pode-se observar ainda que a posição pragmática do mandatário possibilitou o fortalecimento de um pensamento Estatal densamente interessado em lidar com as questões chinesas de maneira positivista - *seek truths from facts*.

As concepções de CNP baseadas no pensamento estatal da China são fortemente influenciadas nesta concepção pragmática de Deng Xiaoping (Pillsbury, 2000: 203-204). Como apresentado a seguir, as concepções *state-driven* advém de

uma necessidade da China em buscar potencializar seus pontos fortes e recuperar aspectos desconsiderados e/ou desmantelados devido à instabilidade no estabelecimento da RPC. É a partir desta concepção que o termo '*comprehensive*' isto é, 'abrangente' está fundamentado.

FALTOU INSERIR UMAS CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO,
COMO LOHANA FEZ.

CAPÍTULO 2 - O CNP COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Seek truth from facts.
(DENG XIAOPING)

Este capítulo tem por objetivo contextualizar as contribuições a respeito do *Comprehensive National Power* (CNP) na perspectiva chinesa. Inicialmente, contudo, algumas considerações superficiais são feitas a respeito da evolução deste tema na literatura ocidental com o intuito de debater de modo geral, nas considerações do capítulo, sobre as similaridades e diferenças encontradas. Cabe ressaltar que não é objetivo do Capítulo adensar um debate sobre as concepções ocidentais, apenas situar o leitor a respeito de contribuições pontuais sobre o tema.

No que se refere às perspectivas chinesas sobre o CNP, o capítulo as subdivide em duas partes, i) as perspectivas de influência direta do PCCh, referidas também como *state-oriented*; *state-driven*; *party-driven*, são elas a da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) e a da Academia Militar de Ciências (AMS) e; ii) as perspectivas da comunidade acadêmica, com foco na abordagem de Yan Xuetong (2008; 2011).

2.1 Considerações a respeito do poder e poder nacional na literatura ocidental: definição, categorização e mensuração.

Por se tratar de uma compreensão racionalista do mundo, as abordagens ocidentais *mainstream*, no geral, buscam explicar a realidade internacional a partir de métodos positivistas, sistêmicos e causais com rigor empírico de verificação e falsificação (ACHARYA E BUZAN, 2010: 04). O poder, nessas abordagens, é uma variável fundamental, bem como a obtenção, manutenção e maximização deste.

Castro (2012: 163) alega que estes debates estão compreendidos nos estudos sobre ‘Cratologia’, isto é, o “estudo científico do poder e de suas relações em vários ambientes” (CASTRO, 2012: 163). Este, na concepção do autor, pode ser representado pelo trinômio: força-poder-interesse.

Quando da definição desta variável no contexto ocidental, existem diversas interpretações. Morgenthau (2003: 49), teórico basilar para o realismo clássico, alega que quaisquer que sejam os fins da política internacional, o poder é sempre o objetivo imediato. Na percepção do autor, no sentido amplo, “poder significa o controle do

homem sobre a mente e as ações de outros homens” (MORGENTHAU, 2003: 51) e o poder de uma nação pode ser considerado uma deste entendimento.

Morgenthau (2003: 215-295) dedica especial atenção às categorias de poder nacional, com destaque aos aspectos geográficos como componentes fundamentais. “O mais estável dos fatores de que depende o poder de uma nação é a geografia” (MORGENTHAU, 2003: 215). De acordo com o autor, no grupo de elementos de poder nacional pode-se encontrar uma divisão clara entre elementos relativamente estáveis, ou seja, passíveis de serem quantificados, e elementos que estão sujeitos a constantes mudanças, cuja quantificação se coloca de maneira dificultosa devido às limitações do objeto.

De fato, o foco do autor não está em abordagens de CNP, contudo, sua percepção geopolítica do tema consubstancia os debates no contexto ocidental na medida em que busca avaliar as capacidades de uma nação de forma abrangente. A esse respeito, Morgenthau (2003: 215-280), alega que os elementos: a) geografia, b) recursos naturais, c) capacidade industrial, d) preparo militar, e d) população, estão no grupo dos elementos passíveis de avaliação quantitativa; enquanto, e) o caráter nacional, f) a moral nacional, g) a qualidade da diplomacia, e h) a qualidade do governo, são elementos qualitativos sujeitos a mudanças. Cabe ressaltar que a sistematização do poder a partir de categorias é uma estratégia recorrente nas abordagens chinesas.

Waltz, (1979: 131) por sua vez, apresenta os seguintes elementos para determinar o *ranking* dos Estados: (1) tamanho da população, (2) tamanho do território, (3) dotação de recursos, (4) capacidade econômica, (5) força militar (6) estabilidade política, e (7) competência política.

Ao discutir a distribuição de capacidades a partir de um viés estruturalista, Waltz (1979: 97) concentra sua análise na determinação dos Estados em maximizar suas capacidades na estrutura pré-estabelecida como ‘anárquica’ e na determinação de que “*States are placed by their power*” (WALTZ, 1979: 97). Na concepção do autor, o que difere estes atores no Sistema Internacional são suas capacidades, e estas afetam diretamente na estrutura de poder, determinando o modelo como “unipolar, bipolar ou multipolar” (WALTZ, 1979, p 129-131).

Nota-se que a diferença de perspectiva mais evidente em relação ao tema ‘poder’ se apresenta entre os modelos racionalistas *versus* reflexivistas/pós-estruturalistas. Os últimos aprofundam o debate a partir das relações de poder no

mundo social, do discurso, do conhecimento, e da negação dos conceitos comumente aceitos irrestritamente²⁹.

Na literatura, os trabalhos de DAHL (1957) *The Concept of Power*; ALCOCK E NEWCOMBE (1970) *The Perception of National Power* e; BALDWIN (2013) *Power and International Relations*, cobrem uma amplitude de discussões relacionada ao tema do “poder”, desde a etimologia, semântica, até a aplicação do termo na política e nas relações internacionais.

Dahl (1957: 202) argumenta que a ideia de poder pode ser observada a partir do seguinte esquema: quando “A” tem poder sobre “B” na medida em que ele consegue fazer com que “B” faça algo que “B” não faria de outra maneira.

Apesar de rascunhar algumas fórmulas e avaliar o poder a partir de significados como ‘capacidades’ ou ‘influência’, Dahl limita sua análise ao nível do indivíduo (atores de poder político). Nota-se que no trabalho do autor a problemática em estabelecer um *ranking* entre os atores pesquisados é uma preocupação considerável. De todo modo, a distinção feita pelo autor entre ‘teóricos conceituais e teóricos operacionais’ contribui para o debate na medida em que considera diferentes resultados desde que aplicados diferentes métodos de análise (DAHL, 1957, p. 214).

Alcock e Newcombe (1970: 336) enfatizam a avaliação do poder nacional a partir de métodos quantitativos. O apelo por pesquisas quantitativas em relação ao poder, de acordo com os autores, dialoga diretamente com a própria definição como ciência – logicamente em termos empíricos – da área de Relações Internacionais, movendo-se pela questão: “se Relações Internacionais está para tornar-se uma ciência, esta terá de estabelecer uma medida quantitativa definitiva para sua variável mais básica – o poder nacional”.

Vale ressaltar, contudo, que apesar do esforço em apresentar uma base quantitativa para analisar a hierarquia entre os Estados, Alcock e Newcombe o fazem mediante consideração quase exclusiva do GNP (*Gross National Product*), o Produto Nacional Bruto, e das despesas militares, como base na comparação entre o poder dos Estados ALCOCK E NEWCOMBE (1970: 342). Isto é, a metodologia utilizada por parte dos autores reduz as capacidades estatais a aspectos econômicos e militares.

Baldwin (2013) em *Power and International Relations* apresenta um panorama geral de como o tema poder tem ligação direta com a política e as

²⁹ Entre os trabalhos que abordam esta perspectiva, estão: COX, Robert (1987) *Production Power and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York. Columbia University Press.

ramificações desta disciplina de RI, e argumenta: “[...] não é surpresa que o poder tem sido discutido desde Tucídides até os dias atuais” (BALDWIN, 2013: 273).

Ao utilizar a distinção entre teóricos conceituais e operacionais encontrada em Dahl (1957: 214) quando da discussão do tema ‘poder’, pode-se afirmar que a contribuição de Baldwin (2013) restringe-se ao escopo conceitual. Nesse ponto, o autor resgata conceitos clássicos da ciência política e aplica ao entendimento do *mainstream* de relações internacionais, por exemplo, ao discutir poder a partir da ótica do Estado como ator central, e capacidade militar como característica base das grandes potências (BALDWIN, 2013: 274).

Não obstante, Baldwin (2013) contribui efetivamente para a discussão sobre ‘poder - poder nacional’ a partir de três pontos principais: a) na distinção entre ‘poder relacional’ e ‘poder como recursos’, b) a análise de poder internacional, e, c) o poder nas teorias de Relações Internacionais.

O primeiro ponto diz respeito ao que é contextualizado como ‘a revolução da análise de poder’. Nesse debate, duas abordagens distintas aprofundam a problemática do tema dos elementos do poder nacional. A primeira é a já estabelecida ‘poder como recursos’/*power as resources*. Esta considera que o poder de um Estado é diretamente proporcional aos recursos que ele possui, ou seja, compreende grande parte do que é discutido nas abordagens de poder nacional.

De acordo com Baldwin (2013: 274) a abordagem de ‘poder como recursos’ foi desafiada durante a última metade do século XX por acadêmicos de disciplinas como ciência política, psicologia, filosofia, sociologia e economia. A nova perspectiva foi intitulada de ‘poder relacional’³⁰.

A abordagem de poder relacional, segundo o autor, difere da anterior na medida em que considera o poder a partir de uma relação de causalidade. Nesse sentido o poder não estaria diretamente relacionado aos recursos do Estado (militares, naturais, populacionais, entre outros), mas a partir de uma perspectiva ampla, sobretudo na característica da modificação do comportamento de outro(s). Essa perspectiva de poder inclui “crenças, atitudes, emoções e/ou predisposições da ação. Nessa concepção, o poder é uma relação potencial ou real entre dois ou mais atores

³⁰ Nota-se aqui a semelhança da abordagem de QIN (2013; 2016) ao que Baldwin apresenta como Poder Relacional. QIN (2013; 2016) desenvolve com mais profundidade o que propões ao alegar que o poder está na exploração dos ‘círculos relacionais’, contudo, o fundamento para entender o poder estatal nas duas abordagens é o mesmo: de que o poder não é um recurso pertencente aos indivíduos diretamente.

(pessoas, estados, grupos) mais a propriedade de qualquer um deles” (BALDWIN, 2013: 275).

O segundo ponto foca nos problemas da análise de poder, inclusive fortemente influenciada, segundo o autor, pela insistência da área de Relações Internacionais em abordar o tema comumente a partir de ponto de vista de poder como recursos, ou, como afirma o autor “nos elementos do poder” (BALDWIN, 2013: 277).

A crítica de Baldwin (2013: 277-280) diz respeito à constatação de que a área de Relações Internacionais ao aprofundar o debate no nível de poder internacional, desconsidera majoritariamente o poder relacional. Não obstante, ao tratar recursos de poder como ‘*power itself*’ segundo o autor, os acadêmicos ocorrem nos seguintes dilemas: a) o problema da fungibilidade, ou seja, de considerar o poder na política internacional assim como o dinheiro para o mercado econômico; b) o problema da intenção, observada a partir da dificuldade do ator “A” em ser determinante no comportamento de “B” devido aos ‘efeitos não esperados’. De acordo com o autor estes efeitos são recorrentes nas relações internacionais, apesar de não modificarem o conceito de poder, são determinantes quando se tornam objeto de análise. E por fim, o problema da medição, impactado inicialmente pela falta de consenso básico sobre conceitos gerais a respeito do poder, e, em segundo plano pela falta de um método específico para ranquear os Estados que resultasse em um índice assemelhado a ideia de uma ‘moeda’ na política.

O terceiro ponto refere-se ao panorama dos estudos sobre poder no campo das Teorias de Relações Internacionais. Baldwin (2013: 280) argumenta que, apesar do realismo ser frequentemente a abordagem mencionada quando da relação ‘poder – política internacional’, esta não é a única perspectiva a possuir esse atributo. “Marxistas, pós-modernistas, construtivistas, teóricos da dependência, globalistas e feministas, todos pensam em aspectos de poder”.

O maior problema em considerar o poder diretamente a partir dos recursos, de acordo com Baldwin (2013) é admitir incontestavelmente que as capacidades e os recursos do Estado são efetivamente suas posses. Em resumo, o autor argumenta:

Os recursos de poder de um Estado não são atributos do Estado no mesmo sentido que a população e o território. Designar tempo, reputação, armamento, dinheiro, petróleo entre outros como um “recurso de poder” é implicar sua utilidade na obtenção de outros para mudar o seu comportamento, e, assim, implica no sistema de valores e na capacidade dos outros. (BALDWIN, 2013: 278).

Não obstante, o autor limita-se a analisar três teorias consideradas por ele influentes nesse debate: a balança de poder, o neorrealismo e o realismo ofensivo. Está além dos propósitos desse panorama sobre ‘o poder e o poder nacional’ pormenorizar cada perspectiva teórica, contudo, destacam-se no trabalho do autor três argumentos que elucidam as diferenças entre as abordagens em relação ao tema.

O primeiro diz respeito à ‘ideia de poder’ para cada teoria. Baldwin (2013: 281) considera que para a teoria de balança de poder, em qualquer uma de suas versões³¹, o poder é considerado sempre a partir da noção de propriedade/recurso e se baseia nas seguintes premissas: 1) a força militar é a medida do poder, e, 2), vencer guerras é o que mais interessa.

Na perspectiva de Baldwin (2013: 281) o neorrealismo, além de reforçar a perspectiva de poder como recursos; confunde e desencaminha este debate a partir de argumentos frágeis. Nesse aspecto, para o autor, a abordagem estruturalista de Waltz apesar de focar na distribuição de capacidades, não especifica em seu trabalho como medi-las.

Em relação ao realismo ofensivo, Baldwin (2013: 283-284) considera que este, assim como a teoria da balança de poder e o neorrealismo, enfatiza o poder do Estado em termos militares, contudo põe ainda mais ênfase nesta categoria, considerando a força como a ‘*ultima ratio*’ da política internacional.

Percebe-se, no geral, que em comparação as abordagens teórico-conceituais chinesas, o pensamento ocidental tradicional em relação ao tema poder e poder estatal não considera fundamental o entendimento da cultura em seus aspectos principais.

Nas perspectivas chinesas, com destaque para a abordagem proposta por Yan (2008; 2011), nota-se a tentativa de utilizar da epistemologia das abordagens de *mainstream* ligadas a uma proposta metodológica mais enfática na pluralidade das categorias de poder, contudo, determinada em considerar o poder político como a base para qualquer outro (YAN, 2011: 53).

Pode-se pressupor que as diferentes abordagens teóricas reverberam em diferentes propostas operacionais e metodológicas para na avaliação do CNP. Como apresentado anteriormente, as abordagens chinesas neste tema estão fortemente ligadas a justificativas culturais e na ênfase dos aspectos políticos do poder.

³¹ A concepção de ‘balança de poder’ apesar de ser encontrada em diversas perspectivas, geralmente implica em mudanças no poder relativo.

Do ponto de vista quantitativo, nota-se que, conceitualmente, ambas reconhecem a dificuldade de mensurar a variável poder nas relações internacionais. Contudo, como observado adiante, as perspectivas chinesas de influência estatal tentaram ultrapassar esta barreira, oferecendo dados seja separadamente, por categoria de poder, ou pela análise geral, a partir de um índice específico.

Holsti (1964) considera, contudo, que a quantificação não é particularmente útil a não ser que esteja relacionada aos objetivos de política externa do país. “Capacidade é sempre capacidade para fazer algo; suas avaliações, portanto, são significantes quando carregam consigo uma estrutura de determinados objetivos e objetivos de política externa” (HOLSTI, 1964: 186).

O contexto chinês, devido às particularidades na condução da política torna possível avaliar de maneira mais explícita estes objetivos. A partir dos aspectos operacionais apresentados a seguir, pode-se verificar de que modo a China tem percebido suas capacidades e a capacidade de seus pares, bem como as motivações que guiam esta estratégia.

2.2 Análises sobre a mensuração de poder no escopo operacional

Fora do escopo teórico-conceitual, há uma vasta literatura destinada a avaliar poder a partir de aspectos operacionais, que são fórmulas com o propósito de calcular o poder nacional. Nesse aspecto, a pesquisa de Hohn (2011) *Geopolitics and the Measurement of National Power* dispõe de uma considerável coletânea de conceitos e fórmulas oriundas do pensamento geopolítico de países como Alemanha, China, Estados Unidos, Índia, Japão, entre outros³².

Hohn (2011) apresenta ao todo 67 fórmulas operacionais, divididas entre as seguintes abordagens: a) de variável simples, b) multivariáveis, e, c) dinâmicas. Em um primeiro momento, pode-se afirmar que o *Comprehensive National Power* (CNP) se encaixa no conjunto das fórmulas dinâmicas³³.

De acordo com Hohn (2011: 68) abordagens de variáveis simples são recorrentes na literatura de Relações Internacionais. Estas representam indicadores

³² A expressão ‘conceitos e fórmulas oriundos do pensamento geopolítico dos países’ justifica-se no contexto dos Estados que influenciam na produção intelectual sobre o poder nacional. Notadamente, grandes potências e países ‘centralizadores de poder’ apresentam em maior grau esta característica ‘state-driven’.

³³ A avaliação destes aspectos se dá na continuidade do texto.

menos complexos, tais como: i) população/território, ii) forças armadas/gasto militar/, iii) renda nacional/PIB/PNB/, iv) energia/, ferro/aço, e, v) gasto do governo.

Dois argumentos sustentam as vantagens dessa abordagem, i) que “conjuntos de dados de multivariáveis extensas são desnecessários e manipulações matemática complexas não são precisas” (HOHN, 2011: 68), e que, ii) “cada elemento de poder tem diferentes significados em diferentes áreas e contextos” (HOHN, 2011: 68). O autor, porém, aponta a característica reducionista que torna a variável simples desvantajosa quando da análise de um tema completo como o poder nacional.

Por sua vez, as fórmulas de poder multivariáveis contêm – notadamente - mais de uma variável. Contudo Hohn (2011: 74) destaca que não se deve confundir o aspecto ‘multivariável’ com o processo de reinterpretação de uma variável simples. O gasto militar, por exemplo, pode ser representado a partir da porcentagem do PIB nominal gasto em meios militares, assim como do PIB *per capita*. Contudo pode ser igualmente representado pelo gasto militar em comparação ao gasto do governo central³⁴.

Na literatura, as fórmulas de poder multivariáveis são geralmente nomeadas a partir do nome do autor que há criou ou reinterpreto seguida do ano da publicação e do país de origem (HOHN, 2012: 74).

No campo da análise de poder nacional, destaca-se a fórmula de Ray Cline (1975), como uma das basilares para a concepção da demais que surgiram posteriormente, inclusive sendo mencionada comumente como a concepção que impulsiona a avaliação de poder por parte da China e de seus acadêmicos (ZHANG, 2010; HWANG, 2010; YAN, 2008; PILLSBURY, 2000).

A fórmula de Cline, de 1975, consiste na avaliação da ‘percepção de poder’. Esta, segundo Hohn (2011: 114) sobrepõe a ideia de poder real ao enfatizar que as percepções de poder são voláteis e dependentes de situações temporárias. Isto porque os elementos concretos de poder disponíveis na maioria do tempo mudam gradualmente.

A abordagem de Cline, de 1975, representa sua fórmula a partir da seguinte equação:

$$Pp = (C + E + M) \times (S + W)$$

³⁴ Ver: Banco Mundial (2017) - *Military expenditure* .
<<http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.ZS>>

Nesta equação, Pp = percepção de poder; C = massa crítica; E = capacidade econômica; M = capacidade militar; S = propósito estratégico; W = vontade nacional (HOHN, 2011: 116).

Cline atribui subcomponentes e pesos diferenciados a cada componente na soma da média total dos países avaliados. Vale salientar que Cline reinterpreta sua fórmula nos anos seguintes (1977, 1980, 1992), com isso modificando de maneira geral os pesos atribuídos a cada componente/subcomponente.

O que torna a fórmula de Cline contributiva para a discussão do *Comprehensive National Power* (CNP) é sua ênfase no poder político, representado por S e W. Na equação de Cline, os elementos concretos de poder: ‘C’ massa crítica = população + território, ‘E’ capacidade econômica, e ‘M’ capacidade militar, caso não combinados aos demais elementos de poder político resultam no valor zero. Isso significa, na visão do autor, que os elementos políticos ‘brandos/soft’ têm tanta importância quanto os elementos de poder concretos.

2.3 Aspectos e elementos centrais do CNP na perspectiva chinesa

Em tradução livre, *Comprehensive National Power* corresponde a ‘poder nacional abrangente’. Pode-se compreender que as discussões sobre CNP derivam de um entendimento mais amplo do tema de ‘poder nacional’, que por sua vez, advém dos debates conceituais do que se entende sobre o ‘poder’ na política e/ou política internacional. Chen (2015: 271) afirma que para a China o CNP é uma expansão do que se entende por poder geopolítico. Isto porque, segundo ele, as dimensões militares, populações e organizacionais não traduzem a capacidade chinesa, isto porque não considera os fatores brandos, supervalorizados na dimensão política do país.

Wang (2015: 251) alega que as fontes principais do CNP são a Academia Chinesa de Ciência Sociais e a Academia Militar de Ciências, ambas as instituições chinesas com forte influência do partido. Contudo, apesar de serem as principais percursoras das pesquisas, estas instituições não divulgam na integralidade suas metodologias, o que consiste em um problema de verificação. O autor argumenta:

O CNP consiste em numa variedade de fatores tangíveis e intangíveis que contribuem para o poder nacional. Alguns autores denotam o CNP pela compilação de um número absoluto de cada grande país. Outros preferem utilizar um número relativo, como por exemplo, a porcentagem ou fração

do CNP em comparação com o dos Estados Unidos. Os objetivos nos diferentes métodos são os mesmos: (1) apresentar a hierarquia das grandes potências; (2) apresentar as lacunas entre as grandes potências, principalmente entre estas e os Estados Unidos. (WANG, 2015: 252)

Na literatura de política internacional, principalmente no que diz respeito à produção acadêmica ocidental – europeia e norte-americana – argumentos sobre ‘poder’ e ‘poder nacional’ são encontrados nas diversas áreas de conhecimento, tais como: filosofia, sociologia, psicologia, ciência política, relações internacionais, entre outras (WENDT, 1999, BALDWIN, 2013; DAHL, ANO?). Pesquisas e/ou trabalhos que mencionam a abordagem do CNP, por sua vez, são relativamente recentes.

No que se refere às produções chinesas a respeito do tema, Chuwattnanurak (2014) assevera:

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores chineses a respeito dos componentes, indicadores e fatores em seus conceitos de CNP, capacidades materiais como poder militar e poder econômico permanecem como fatores predominantes na avaliação do CNP. Contudo, capacidades não materiais como cultura, contexto histórico, desastres naturais, degradação ambiental e estabilidade política precisam ser incorporados no conceito da mesma maneira. Apesar de alguns sucessos o envolvimento da “estabilidade política” ainda aparece de forma ideal. (Chuwattnanurak, 2014: 724)

Antes de dar início, contudo, ao exame sobre os aspectos e elementos centrais do CNP com características chinesas, cabe observar que dessemelhante da necessidade de encaixar o conceito de poder a partir de uma variável única, recorrente nas análises conceituais contemporâneas, o CNP comporta diversos aspectos conceituais de poder, em suas mais variadas formas e conceitos³⁵.

Isso significa dizer que P (*power*) no CNP, pode assumir o significado de sinônimos como: capacidade, influência, força, recurso, controle, hegemonia, entre outras (HOHN, 2011: 194). Essa característica permite abordar o CNP conceitualmente a partir de sua forma operacional. Pois, de maneira geral, as fórmulas e estruturas de avaliação do CNP a partir da perspectiva chinesa, presumem de maneira clara a presença de várias formas de poder.

A questão do interesse nacional, ou interesse estatal, está no cerne da avaliação chinesa sobre o CNP. Pillsbury (2000: 203) argumenta que Deng Xiaoping, precursor do pensamento em relação ao CNP na China, afirmara que “para medir o

³⁵ Não é incomum encontrar a tradução do termo 综合国力, *zōnghé guóli*, nesse trabalho representado a partir da expressão Comprehensive National Power, em outras formas e conceitos, por exemplo Comprehensive National Strength, Overall National Strength e Overall Strength. Contudo, no meio acadêmico é mais comum referir-se como CNP.

poder de um país, é necessário olhar para isto de forma abrangente e de todos os lados” (PILLSBURY (2000: 203). O autor refere-se ao CNP como as condições gerais combinadas e forças de um país em diversas áreas.

Durante a Guerra Fria e o confronto soviético, o poder de uma nação era majoritariamente determinado pela força militar, mas no período de transição atual, enquanto as forças se movem no caminho da multipolaridade, o poder militar pode não ser mais o fator definidor de força. Em vez disso, elementos como economia e ciência e tecnologia se tornaram cada vez mais importantes na competição de poder e influência no mundo. Uma avaliação da força atual e futura requer a inclusão de uma variedade de fatores, assim como território, recursos naturais, força militar, poder econômico, condições sociais, governo doméstico, política externa e influência internacional. (PILLSBURY, 2000: 204).

A partir da interpretação do pensamento de Deng Xiaoping, o principal propósito da China no tocante às reformas econômicas e estruturantes foi aumentar o seu *Comprehensive National Power*. (GONÇALVES, 2005: 81). Um dos aspectos determinantes para esta perspectiva de Deng, que foi líder do PCCh entre 1978 e 1992, foi o foco nas questões pragmáticas³⁶, reflexo dos debates ideológicos característicos do período de Mao Tsé-Tung (BO, 2004: 34).

Anhang & Honghua (2002: 03) argumentam que apesar de não haver na academia chinesa um método e/ou conceito principal sobre o CNP, pode-se considerar que recursos nacionais estratégicos são os elementos-chave e potenciais disponíveis na avaliação dos resultados de um país nesse aspecto. Contudo, os autores argumentam que o CNP não é um tipo de recurso estratégico, mas sim a soma de todos.

De fato, CNP comporta a distribuição de recursos estratégicos de um país, sendo mobilizados e utilizados para perceber os objetivos estratégicos deste. De maneira geral, CNP refere-se à soma total dos recursos estratégicos de um país, enquanto os recursos estratégicos referem-se a alguns tipos de recursos disponíveis ANHANG & HONGHUA (2002: 3).

Sabe-se que o pensamento sistêmico em relação aos elementos que compõem o poder nacional não é uma exclusividade da perspectiva chinesa. Pode-se indagar então, o que diferencia esta abordagem das demais que tratam de equacionar o poder nacional?

³⁶ Nota-se que o pragmatismo no pensamento de Deng Xiaoping constitui uma das bases ideológicas que definem os aspectos do CNP com características chinesas. Entre as máximas do ex-líder do PCCh estão que o partido precisa ‘buscar verdades a partir de fatos’. (PILLSBURY, 2000; BO, 2004).

De maneira geral, cinco argumentos fazem com que o CNP com características chinesas se diferencie da maioria das abordagens conceituais e operacionais sobre o tema.

O primeiro diz respeito à influência do pensamento de Deng Xiaoping. Este contribui de maneira relevante nas abordagens *state-oriented*, mas também direcionam o pensamento acadêmico chinês no sentido de utilizar o CNP como uma ferramenta de avaliação para da China (YAN, 2011; PILLSBURY, 2000; ZHANG, 2010).

Um aspecto que exemplifica esta afirmação é a presença do elemento de poder “ciência e tecnologia” nas abordagens de CNP da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) e da Academia Militar de Ciências (AMS). Notadamente não é uma variável de fácil mensuração, contudo representa o forte pragmatismo chinês alinhado em busca de recuperar o atraso científico e tecnológico que o país tivera na segunda metade do século XX.

O segundo argumento é a influência do pensamento histórico interestatal chinês na concepção ideológica desta abordagem. Pillsbury (2000: 37-38) afirma que que, apesar do conceito de CNP na China contemporânea ter sido incorporado no começo dos anos de 1980, este proveio da filosofia antiga chinesa. “Autores que atualmente avaliam o CNP de diferentes nações podem achar antecedentes nos clássicos chineses” (PILLSBURY, 2000: 37).

Um dos aspectos que reforçam essa argumentação, segundo o autor, é a influência da concepção do *Warring States Period* sobre como se tornar um estado hegemônico e como sobreviver à destruição pelas mãos de um hegemon predatório. Na análise dos elementos operacionais do CNP com característica chinesa, sobretudo nas perspectivas *state-oriented*, boa parte das reflexões dos estrategistas chineses está relacionada ao poder dos Estados Unidos da América (EUA), e na visualização do ambiente internacional a partir do cenário de multipolaridade, inclusive, utilizando o CNP do EUA como parâmetro para a avaliação dos demais países.

Uma específica premissa chinesa do estadismo antigo do *Warring States Period* parece influenciar autores chineses que escrevem sobre os Estados Unidos hoje em dia – o conceito de como reconhecer e lidar com um “hegemon” poderoso que tenta dominar os demais estados menos poderosos. [...] Os autores militares chineses têm se referido ao futuro sistema multipolar “incrivelmente” parecido com o *Warring States Period* em diversas maneiras. (PILLSBURY, 2000: 38).

O terceiro argumento deriva da percepção chinesa sobre o futuro do ambiente internacional. O CNP é utilizado na construção de cenários futuros da relação de poder entre a China e as maiores potências. Esta metodologia incorre em imprecisões quantitativas, visto que não é um hábito dos acadêmicos chineses discorrer o método pelo qual chegaram aos resultados de longo prazo³⁷. A avaliação de poder nacional na maioria das perspectivas se limita ao momento presente.

Nota-se, contudo, uma tentativa insípida por parte dos analistas chineses, mesmo com base nos dados por eles formulados, de afirmar que a China nunca será uma grande potência, não busca hegemonia e sempre será uma força pela paz e estabilidade (ZHANG, 2010; PILLSBURY, 2000). Esta argumentação merece uma análise cuidadosa, pois alguns analistas consideram que esta afirmação parece não condizer com os elementos práticos da política exterior da China.

O quarto argumento diz respeito presença de ‘fatores brandos’ na perspectiva Chinesa de CNP. Zhang (2010: 386-387) argumenta que antes do aparecimento do termo ‘*soft power*’ na China, as instituições acadêmicas chinesas e as universidades desenvolveram vários índices de poder, incluindo índices com a presença de fatores brandos para calcular a estrutura hierárquica da capacidade nacional e do poder. De acordo com o autor a concepção geral do CNP com características chinesas resultou desse movimento (ZHANG, 2010: 386).

Zhang (2010: 386) destaca a importância da abordagem de Nye (1990; 2003; 2006) sobre o ‘*soft power*’ principalmente ao dissertar sobre os elementos ‘cultura’ e ‘política’. Entretanto, apesar de reconhecer a percepção do autor sobre o tema, argumenta que no contexto chinês, os conceitos abordados por Nye não são novidades. Isto é, para os chineses, percepções de *soft factors* na política internacional se desenvolveram ao longo dos estudos sobre CNP.

A visão de Nye sobre *soft power* pode ter trazido para a China a importância de fatores brandos na avaliação da hierarquia do *status* internacional. Mas a importância de fatores brandos não era novidade para os pesquisadores de CNP chineses; de fato, fatores brandos eram enfatizados desde o começo da pesquisa chinesa sobre CNP. (ZHANG, 2010: 386).

A produção intelectual da China concernente ao poder na política internacional invoca um debate delicado. Alguns analistas argumentam que os conceitos e as fórmulas chinesas, além de não oferecerem *a priori*, uma explicação

³⁷ Está é uma das dificuldades recorrentes nas pesquisas a partir de fontes chinesas, sobretudo de textos, acadêmicos e não acadêmicos anteriores à abertura da China.

metodológica dos resultados encontrados, reproduzem e/ou “pegam emprestado” conceitos já encontrados em outras pesquisas (HOHN, 2011: 194). Porém, no que diz respeito a percepções sobre o *soft power*, pode-se encontrar embasamento nas interpretações dos pensadores confucionistas aplicados a política internacional.

O quinto e último argumento diz respeito à metodologia empregada nas análises. Pode-se afirmar que todas as interpretações do CNP preconizam um método de análise abrangente, ou seja, buscam visualizar a ordem internacional a partir de vários fatores combinados. Em relação ao nível de análise, Yan (2008: 136) alega que as abordagens de CNP chinesas, inclusive a dele, enfatizam o nível de análise individual dos Estados, ou melhor, das grandes potências, como definidores da natureza do sistema internacional, e não o movimento contrário.

De toda forma, os elementos e aspectos do CNP na perspectiva chinesa externalizam a preocupação do país em avaliar o futuro da ordem internacional, sobretudo no que se refere ao aspecto da segurança. Em geral, os autores chineses buscam, a partir do CNP, calcular o poder e as fraquezas da China e de seus pares.

As avaliações chinesas do CNP são feitas qualitativamente, no geral em discussões sobre as forças e fraquezas de um país, assim como quantitativamente por meio do uso de fórmulas para calcular valores numéricos do CNP. As previsões chinesas do CNP rejeitam utilizar índices de Produto Nacional Bruto (PNB) ou métodos de mensuração e poder nacional utilizados nos Estados Unidos. Em vez disso, analistas chineses desenvolveram seus próprios índices e equações para avaliar o CNP. Os métodos analíticos utilizados por eles não seguem os dogmas tradicionais Marxistas-Leninistas ou as Ciências Sociais ocidentais, mas algo único da China. (PILLSBURY, 2000: 204).

Os argumentos apresentados acima permitem predizer, de maneira geral, que o CNP na percepção da China é singular na medida em que este se desenvolve tanto a partir de críticas aos modelos de mensuração de poder existentes, como por haver uma forte presença estatal na concepção teórica de seus elementos. Nota-se, porém, que o aspecto geral do CNP com características chinesas valoriza, sobretudo, o poder político, o que faz com que os debates sobre o poder nacional nessa abordagem tenham uma vasta discussão conceitual.

A partir da literatura apresentada pode-se afirmar que dimensão cultural, a influência do PCCh e a dimensão metodológica são os elementos centrais da percepção chinesa a respeito do CNP. Como pode ser observado a seguir, o que diferencia o entendimento de cada autor/grupo diz respeito às categorias do poder apresentadas.

2.4 Abordagens de orientação estatal do CNP

A partir da análise sobre o papel do PCCh e de seus líderes na formação e desenvolvimento da RPC percebe-se que, apesar da complexibilidade do processo decisório institucional, existe um espaço considerável para implementação de políticas que demandam uma reação quase imediata da sociedade chinesa. BO, 2004; CHUNG & ZHANG, 2012; e GUPTA, 2013 consideram que o PCCh é o fator central na configuração político-partidária chinesa pois legitima a relação partido – sociedade.

Nas abordagens de orientação estatal, Deng Xiaoping figura como o mentor político da exploração desta ferramenta no contexto chinês. Zhang (2010: 386) afirma que, em 1984, Deng solicitou aos pesquisadores chineses a análise do futuro do ambiente de segurança internacional com a intenção de desenvolver uma estratégia de defesa nos anos 2000. O mesmo fato é relatado em Pillsbury (2000: 232).

Os autores afirmam que Deng demandou dos pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) e da Academia Militar de Ciências (AMS) o desenvolvimento de índices de mensuração próprios e determinou o que consideram um dos aspectos centrais das abordagens *state-oriented* da China: a doutrina de “buscar a verdade a partir de fatos/*seek truth from facts*”. (PILLSBURY, 2000: 232). Este fato, isoladamente, atribui a tais abordagens um alto grau de pragmatismo e empirismo.

Angang e Honghua (2002: 19) afirmam que as abordagens de mensuração de poder orientadas pelo pensamento estatal da China refletem de maneira considerável a perspectiva chinesa sobre as dinâmicas das relações de poder entre os países. O nível de análise nestas continua a ser os Estados, sendo estes os principais agentes na configuração da ordem internacional.

Golden (2011: 79) argumenta que, para a China, o conceito de CNP está diretamente atrelado à percepção de risco do país, sendo esta uma ferramenta útil para analisar possíveis cenários de ‘melhor caso ou pior caso’³⁸. O autor alega que, na China, as análises de risco possuem relação direta com o pensamento clássico do país, em que estrategistas militares e governantes utilizavam de cálculos quantitativos e qualitativos na tentativa de compreender melhor as capacidades do inimigo. (GOLDEN, 2011: 80).

³⁸ Do Inglês: *best-case / worst-case scenario* (GOLDEN, 2001: 79).

Na política chinesa contemporânea Deng Xiaoping foi responsável por propor ‘estratégias de gerenciamento de risco’ interno e externo para garantir “a capacidade do partido de manter a estabilidade institucional, o crescimento econômico e equitativo, fatores de legitimação política” (GOLDEN, 2011: 91).

Nota-se, neste momento, a instrumentalização do conceito de CNP para visualizar estratégias de segurança, relacionadas aos debates sobre *Revolution in Military Affairs* (RMA)³⁹ em que são discutidos cenários de conflitos que variam de acordo com o nível organizacional, militar e tecnológico dos países. “O debate sobre o CNP também é importante para analistas de RMA, porque saber o CNP de uma nação pode determinar qual lado vencerá a guerra e qual lado será melhor na implementação do RMA” (PILLSBURY, 2000: 204).

O impacto da ação de Deng Xiaoping pode ser visualizado nos dados sobre a produção acadêmica chinesa em trabalhos sobre o *Comprehensive National Power*. Hohn (2011: 195) avalia que este teve um aumento significativamente nas últimas décadas (Figura 3).

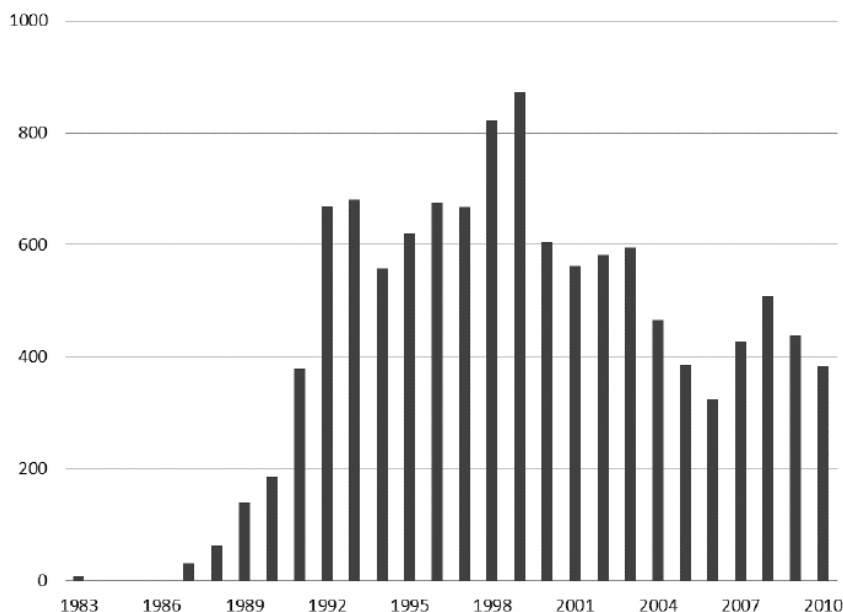
Por meio do *China Academic Literature Database* (CNKI), HOHN (2011: 195) identifica que o termo “*Comprehensive National Power*” teve um aumento progressivo entre 1983 e o início dos anos 2000. No entanto, entre 2000 e 2010, apesar de não ter continuado no mesmo ritmo de menções, artigos sobre CNP ainda estiveram presentes nas pesquisas acadêmicas na China⁴⁰.

A partir da figura 3 percebe-se que no contexto chinês trabalhos sobre o CNP crescem a partir do final da década de oitenta e acompanham grande parte do período em que a China reascende no cenário internacional, em especial devido às reformas econômicas e abertura para o mundo. A influência de Deng, nesse caso, parece ter sido determinante também para a propagação das pesquisas chinesas em política internacional.

³⁹ Para mais detalhes sobre RMA, ver: METZ e KIEVIT (1994) *The Revolution on Military Affairs and Conflict Short of War*; e METZ e KIEVIT (1995) *Strategy and the Revolution in Military Affairs: From Theory to Policy*.

⁴⁰ O *China Academic Literature Database* (CNKI), compreende uma parcela significativa de produção acadêmica de toda a China. Hohn (2011) identifica que foram publicados em média 500 artigos a cada milhão sobre o CNP no período em que o autor pesquisou, considerando todos os trabalhos acadêmicos nos quais o banco de dados tem acesso.

Figura 3 – Artigos sobre CNP na China por assunto CNKI/2011



Fonte: Hohn, 2011: 195, com dados da CNKI, 2011.

Assim, de maneira geral, pode-se afirmar que as abordagens de orientação estatal da China em relação à pontuação no CNP buscam identificar (PILLSBURY, 2000: 204-205):

- i) a posição hierárquica dos países na política internacional;
- ii) o poder de rivais em potencial e parceiros em potencial, inclusive com foco no poderio estadunidense como parâmetro,
- iii) a melhor maneira de tirar proveito do *RMA* e,
- iv) projetar perdedores e ganhadores em possíveis guerras.

Findadas as considerações este capítulo apresenta a seguir a representação de duas perspectivas de análise do CNP na abordagem de orientação estatal chinesa, são elas: a oriunda da Academia Chinesa de Ciências Sociais, considerada como uma abordagem reformista, e da Academia Militar de Ciências, considerada uma abordagem ortodoxa (PILLSBURY, 2000: 205).

A escolha destas mostrou-se mais pertinente para a pesquisa aqui apresentada devido ao fato de serem pioneiras nos debates a respeito do tema, bem como ampla discussão das mesmas nos artigos relacionados ao CNP. Contudo, apesar disso, estas instituições não divulgam abertamente relatórios em inglês sobre suas atualizações de cálculo nem na especificidade dos métodos empregados. Isso faz com que a

reprodução dos dados das abordagens *state-driven* chinesas sejam prejudicadas. Outro ponto que prejudica a análise a partir das abordagens *state-driven* é a falta de fontes em outros idiomas a não ser o mandarim. A coletânea de Pillsbury (2000) é basicamente o único recurso para ter acesso aos debates de maneira mais detalhada. Os próprios acadêmicos chineses recorrem a obra do autor na sumarização de conceitos basilares do CNP. (ANGANG e HONGUA, 2002; GOLDEN, 2011; WANG, 2015).

Em seguida, a abordagem do CNP na concepção de Yan Xuetong (2008; 2011) é apresentada no intuito de contextualizar as premissas do autor, consideradas como base na observação do objeto no Capítulo 3. Diferente das perspectivas *state-driven* a produção intelectual de Yan a respeito do CNP está majoritariamente em inglês, o que torna mais acessível à verificação ou falsificação das premissas do autor.

2.4.1 Academia Militar de Ciências (AMS) – Conservadores

A Academia Militar de Ciências (AMS) é um instituto de pesquisa considerado de alto nível na China, pois tem conexão direta ao *People Liberation Army* (PLA), exército da China. O instituto foi formalmente estabelecido em 1958 como o centro para estudos militares e pesquisas do PLA. Além de responder diretamente ao braço governamental *Central Military Commission* (CMC) também recebe ordens diretas do departamento de Estado-Maior⁴¹.

De acordo com a descrição oficial, a AMS realiza principalmente pesquisas fundamentais sobre ciência militar e questões importantes em defesa e desenvolvimento de forças armadas, elabora e modifica doutrinas, regulamentos e leis militares, e fornece consultoria estratégica e consulta para formuladores de políticas militares. O instituto tem cerca de 500 pesquisadores em tempo integral. É composto por vários departamentos de pesquisa, incluindo a investigação estratégica e tática, organização militar, história militar, enciclopédia militar e militares estrangeiros⁴².

Pillsbury (2000: 205-218) discorre sobre as análises dos membros da AMS a respeito da configuração e das origens do CNP, bem sua aplicação na mensuração do poder dos Estados. O autor utiliza de análises dos artigos destes membros bem como

⁴¹ Ver: < http://www.china.org.cn/top10/2011-09/26/content_23491278_7.htm>

⁴² Ibid.

de entrevistas⁴³. Entre estes, a contribuição mais significativa é a do Coronel Huang Shuofeng, que desenvolveu em 1996 a estrutura do CNP e a fórmula dinâmica do CNP da Academia Militar de Ciências da China. (PILLSBURY, 2000: 222).

A partir da coletânea dos artigos e interpretações encontradas em Pillsbury (2000) pode-se compreender que as contribuições da AMS estão relacionadas às seguintes ideias: (i) a respeito das origens da concepção do CNP, (ii) o papel de Deng Xiaoping na aplicação deste na política da China, (iii) no aspecto quantitativo do método empregado para mensurar poder a estrutura e o índice, e; (iv) a usabilidade do índice e das pesquisas desenvolvidas.

No que se refere ao primeiro ponto, todos os pesquisadores selecionados atribuem a origem da concepção do CNP, em primeiro grau, ao pensamento clássico filosófico da China. De acordo com Pillsbury (2000: 207) o termo "*Comprehensive National Power*", apesar de obter maior ênfase a partir década 1980, possui raízes culturais na China antiga e evoluiu a partir dos conceitos como "poder", "força real", e "poder estatal". O autor afirma que embora alguns autores cite a teoria marxista-leninista como base para estudos do CNP, discussões ainda mais antigas sobre comparação do poder relativo dos diferentes países podem ser encontradas em vários trabalhos clássicos chineses. O autor alega:

Em seu livro *Grand Strategy*, Wu Chunqiu, autor destacado na AMS, exemplifica a partir de obras clássicas: “até certo ponto, a discussão sobre o estado de guerra na literatura clássica chinesa incorpora um pensamento de poder nacional primitivo, simples e não sofisticado”. Wu Chunqiu explica: “No geral, teorias de poder nacional estão diretamente relacionadas às questões de guerra” [...] os estrategistas clássicos chineses nunca defenderam depender somente do poder militar para conquistar o inimigo, mas sim enfatizaram a combinação do poder militar com o poder não militar relacionado a guerra para obter vantagem. (PILLSBURY, 2000: 208)

Pillsbury (2000: 209-210) argumenta que diferente da realidade dos Estados Unidos, as pesquisas chinesas sobre poder não negligenciam questões sobre hierarquia, geopolítica e o *ranking* das grandes potências. De acordo com o autor, isto é consequência do entendimento ocidental de que erros nos cálculos de poder são os

⁴³ Para discorrer sobre a abordagem da AMS, o autor utiliza dos seguintes membros/pesquisadores: Wu Chunqiu, Zhu Liangyin; Meng Renzhong; Huang Shuofeng, Tong Fuquan, Liu Yiachang, Li Qingshan, Xi Runchang e Chai Yuqiu. Todos estes, de acordo com Pillsbury, dissertam em suas análises sobre o CNP e suas origens na AMS. Assim como citações de Deng Xiaoping. Vale ressaltar que apesar dos títulos dos trabalhos aparecem traduzidas nesta pesquisa, as mesmas foram analisadas em Mandarim para a análise do autor. Isto é, somente os títulos de alguns artigos estão traduzidos para Inglês.

motivos que fazem com que guerra ocorra. “É extremamente difícil avaliar o poder geopolítico de um país corretamente” (PILLSBURY, 2000: 209)

O foco chinês nos cálculos geopolíticos torna crucial ter boas estimativas do futuro. A ideia de medir e comparar o CNP desenvolveu-se no início dos anos 80, quando Deng Xiaoping modificou o entendimento da época baseado no em Mao de que ‘a guerra era inevitável’, substituindo-o por ‘a guerra mundial provavelmente pode ser evitada’. O fundamento Marxista-Leninista da nova avaliação de Deng do ambiente de segurança era que “o crescimento das forças de paz do mundo excede o crescimento das forças de guerra”. Não só os Estados Unidos e a União Soviética estavam em um impasse em sua luta militar, mas a força dos países que se opunham à guerra estava aumentando. O ambiente internacional estava mudando e a importância das questões econômicas e dos conflitos estava crescendo. A força militar não era mais o principal índice para avaliar a força de um país. Numerosos outros fatores contribuíram para o poder de um país e estavam desempenhando um papel maior na guerra, como a economia, a ciência e a tecnologia, e a vontade popular. [...] Assim, para medir de maneira mais precisa avaliações sobre o futuro da balança de poder, as capacidades de um país tinham de ser avaliadas em diversas áreas. (PILLSBURY, 2010: 210).

O segundo ponto diz respeito à influência de Deng Xiaoping na concepção geral e incentivo as pesquisas sobre CNP. A esse respeito, Pillsbury recorre a trabalho de dois pesquisadores da AMS, Zhu Liangyin e Meng Renzhong (1995) *A study on Deng Xiaoping's Comprehensive National Power Thought*. Estes, de acordo com o autor, consideram:

“Deng Xiaoping utilizou uma precisão afiada e [...] estabeleceu as bases teóricas para a emergência da formação das teorias do *Comprehensive National Power* [...] a visão de Deng de que o poder econômico pode ser a força para a paz e que pode auxiliar no poder militar são usadas para mostrar que “o poder econômico é o mais importante e fator mais essencial no CNP”. (PILLSBURY, 2000: 211) citando (ZHU e MENG, 1995: 43-44).

Outro aspecto relevante que é igualmente atribuído a Deng Xiaoping quando da concepção do CNP da AMS é a presença do fator de ciência e tecnologia como um dos pilares estruturantes. “Isto é estabelecido por causa da ênfase de Deng no uso das pesquisas científicas e tecnológicas no avanço das áreas econômica e militar”. (PILLSBURY, 2000: 211).

O terceiro ponto diz respeito aos métodos e avaliações utilizados pela AMS. A esse respeito, de acordo com Pillsbury (2000: 212) o livro do Coronel Huang Shuofeng (1984) intitulado *On Comprehensive National Power* descrever que, para colocar-se em prática a avaliação de Deng, era preciso empregar meios para comparar a China com outros países. O livro de Huang ofereceu esta alternativa.

O autor afirma que a fórmula empregada pela AMS, a partir do livro de Huang, teve como inspiração as equações de Ray Cline e do alemão Willam Fuchs. Contudo, os pesquisadores chineses da AMS rejeitaram ambas por não considerarem o papel da ciência e tecnologia e por sobrevalorizarem o papel do poder político.

Cabe ressaltar ainda que a função/fórmula para medir o CNP na perspectiva da AMS, leva em consideração o que os pesquisadores da instituição entendem por ‘conceito dinâmico’. Nesse sentido, Pillsbury (2000: 214-215) utiliza do trabalho de Li Qingshan e alega:

Li Qingshan concorda: “A partir da análise do CNP de países beligerantes, mesmo antes de a guerra começar, as pessoas podem frequentemente saber os resultados com antecedência” [...] “O CNP é um conceito relativamente dinâmico”. [...] O resultado de uma guerra em grande medida é determinado pelo contraste do poder real e o poder potencial dos lados antes da guerra começar, mas o que desempenha um papel determinante nos resultados da guerra são as mudanças que acontecem em comparação com as forças durante o processo de operações militares, bem como os resultados dos problemas diplomáticos, ideológicos e políticos”. PILLSBURY (2000: 214).

A perspectiva de Li, utilizada pelo autor enfatiza o CNP para avaliações de estados de guerra. A formação militar dos pesquisadores chineses utilizados, conseqüentemente, compreende que em uma possível guerra, as avaliações das grandes potências por parte de China têm de ser observadas. Portanto, pode ser considerado que as pesquisas da AMS a respeito do CNP, apesar de considerarem o poder político na estrutura do índice, enfatizam as áreas econômicas, militar, e de ciência e tecnologia como principais pilares de suas análises.

Por tanto, a partir dos comentários de Pillsbury (2000: 218) considera-se que no contexto da AMS, os estudos sobre o CNP são utilizados tanto na tentativa de ranquear os países a partir de suas capacidades, como também são uma ferramenta na avaliação das próprias fraquezas e forças da China.

Ainda sobre o terceiro ponto, que no que se refere à estrutura, a Academia Militar de Ciências (AMS) apresenta a divisão do CNP em quatro áreas principais: (a) poder material; (b) poder brando; c) poder coordenador, e d) índice ambiental. (PILLSBURY, 2000: 222).

Quadro 5 Principais fatores componentes do CNP - Estrutura da AMS

1	Poder Material (<i>hard</i>)	Recursos Naturais
		Economia
		Ciência e Tecnologia
		Defesa Nacional
2	Poder Brando (<i>soft</i>)	Política (interna)
		Relações Exteriores
		Cultura e Educação
3	Poder Coordenador	
4	Índice Ambiental	Ambiente Internacional
		Ambiente Natural
		Ambiente Social

Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

A estrutura do CNP da AMS é subdividida ainda em 10 (dez) outros subsistemas auxiliares (Quadro 07). Como pode ser observado, nessa perspectiva, Poder Material é composto por Recursos Naturais, Economia, Ciência e Tecnologia e Defesa Nacional. Estes subsistemas, de acordo com Shuofeng (1996: 162 *apud* Pillsbury, 2000:223) apesar de possuírem fatores brandos, são baseados em suas características dominantes. Shuofeng apresenta a composição de dois dos subsistemas mencionados do Poder Material, o de Ciência e Tecnologia e de Defesa Material:

Ciência e Tecnologia: grupos de ciência e tecnologia (cientistas, engenheiros, *technological personnel*); investimento em ciência e tecnologia (total e proporção do PIB); nível científico e tecnológico (ciência e tecnologia de ponta e ciência e tecnologia geral); sistemas de ciência e tecnologia; rapidez no processo científico e tecnológico, progresso científico e tecnológico; contribuições para o progresso científico e tecnológico e resultados científicos e tecnológicos. (SHUOFENG, 1996 *apud* Pillsbury, 2000: 244).

Em relação ao subsistema ‘Defesa Nacional’ Shuofeng (1996) atribui:

Defesa Nacional: Exército permanente (nuclear e convencional); forças reservas; investimento em defesa nacional; indústria de defesa científica e tecnológica; bases e instalações de defesa nacional; reservas materiais estratégicas em defesa nacional e salvaguardas logísticas; treinamento e

educação em defesa nacional; bases do sistema de defesa nacional; a ideologia de defesa nacional do povo e a moral das tropas; a teoria militar. (SHUOFENG, 1996 *apud* Pillsbury, 2000: 244).

No caso do Poder Brando, Shuofeng (1996: 164 *apud* Pillsbury: 223) alega que a Política, as Relações Exteriores a Cultura e Educação são determinantes na efetividade do dos aspectos materiais de poder, assim não podem ser deixados de lado. Em relação ao poder coordenador e ao índice ambiental, Shuofeng (1996: 165 *apud* Pillsbury 2000: 223) considera que, o primeiro, é responsável desenvolver efetivamente o poder material e o poder brando, pois há elementos entre eles que são similares. O autor, contudo, não explica de que maneira o poder coordenador lida com estes dilemas. Já o índice ambiental, na perspectiva de Shuofeng “influenciam grandemente negativamente e positivamente o desenvolvimento de todos os outros fatores” (Idem).

Shuofeng apresenta a composição de dois dos subsistemas mencionados do Poder Brando, o de Poder Político e de Relações Exteriores:

Poder Político: Objetivos estratégicos nacionais; estabilidade; nível político; a liderança da nação; organização; capacidade de tomada de decisão; poder de mobilização nacional. (SHUOFENG, 1996 *apud* Pillsbury, 2000: 244).

Em relação ao subsistema ‘Relações Exteriores’ Shuofeng (1996) atribui:

Relações Exteriores: Relações políticas externas; relações econômicas externas; relações militares externas; capacidade de atividade diplomática; capacidade de contribuição internacional. (SHUOFENG, 1996 *apud* Pillsbury, 2000: 244).

De acordo com Pillsbury (2000: 234) a partir da estrutura apresentada acima, Shuofeng apresentou, em 1996, a seguinte função matemática: $P = (H \times S \times K)$. Nesta, H representa a categoria de poder material (*hard*); S representa a categoria de poder brando (*soft*), e K representa o poder coordenador, P corresponde à soma do poder nacional (PILLSBURY, 2000: 234).

O desenvolvimento da função do CNP da AMS conta com um complexo entendimento matemático que é utilizado para calcular cada área e subsistemas encontrados na estrutura apresentada acima. Estes pesquisadores utilizam de uma função específica para calcular cada subsistema, assim, como consequência os resultados são incorporados na fórmula principal. A falta de acesso a estes dados

dificulta a reprodução e atualização dos pesos encontrados pela equipe da AMS (quadro 6).

2.4.1.1 Dos resultados encontrados CNP/AMS

O quarto ponto diz respeito aos resultados obtidos a partir da estrutura e da fórmula da AMS. Em relação aos dados encontrados, o quadro 06, a seguir, retrata o resultado dos cálculos de Huang Shuofeng (1996) para os anos de 1990, 2000 a partir da estrutura e função do CNP. Como pode ser observado, na perspectiva da AMS os Estados Unidos são considerados como referência na análise do CNP. A projeção a seguir considera a porcentagem do CNP seguida da colocação em *ranking*.

Quadro 6 Ranking CNP – AMS/Huang

	1990	2000
Estados Unidos	100 [1]	100 [1]
China	37 [6]	53 [5]
Alemanha	64 [3]	68 [3]
Japão	62 [4]	66 [4]
Índia	24 [9]	34 [8]
França	47 [5]	47[6]
Brasil	26 [8]	33 [9]
Inglaterra	36 [7]	34 [7]
Canadá	23 [10]	22 [10]
Austrália	19 [11]	18 [11]
Rússia	-	-
URSS	65 [2]	79 [2]

Fonte: Pillsbury (2000) e Wang (2015: 354), elaboração própria.

Como avaliado acima, a estrutura do CNP na abordagem da AMS leva em conta ambos fatores materiais e fatores brandos. De forte influência do pensamento de Deng Xiaoping, a AMS atribui aos elementos principais do CNP fatores como Ciência e Tecnologia e Cultura, que podem ser considerados não tradicionais. A função matemática, por sua vez, dificulta a atualização e reprodução do pensamento da instituição devido as limitações metodológicas e linguísticas relacionadas ao tema. Contudo, auxiliam na visualização das prioridades elencadas quando da avaliação do poder de um Estado.

2.4.2 Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) - Reformistas

A CASS foi criada em 1977 e conta com mais de quatro mil acadêmicos e pesquisadores. Está sob a tutela do Conselho de Estado, e se destaca por ser a maior organização de pesquisa acadêmica nas áreas de filosofia e ciências sociais da China. É um centro de estudos que considera o marxismo-leninismo, o Pensamento de Mao Zedong e da teoria de Deng Xiaoping como um princípio orientador para realizar pesquisas em profundidade nas áreas de ciências sociais e humanas. A instituição conta com 32 institutos, entre eles o *Institute of World Economics & Politics* (IWEP), estabelecido em 1974⁴⁴. O IWEP publica periodicamente o *Yellow Book of International Politics* com relatórios sobre política internacional que incluem avaliações do CNP dos Estados⁴⁵.

O IWEP, a partir da coordenação do pesquisador Wang Songfen, criador da estrutura do CNP da CASS, publicou em 1996 um livro que foi resultado de seis anos de pesquisa quantitativa: *Comparative Studies of the Comprehensive National Power of World's Major Nations*. (PILLSBURY, 2000: 219).

Wang Songfen apresenta a seguinte definição para CNP:

[...] *Comprehensive National Power* é a soma orgânica de diferentes poderes de um estado soberano durante um período determinado, e este é a base na qual todos os países se apoiam para existência e desenvolvimento. É a base na qual as potências mundiais estabelecem suas posições internacionais e demonstram suas influências. [...] É a soma condensada de vários fatores existentes do desenvolvimento de uma sociedade em certo momento, espaço, tempo e condições específicas. (WANG SONGFEN, 1996 *apud* PILLSBURY: 219).

De maneira geral, a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS) divide o CNP em 08 (oito) aspectos principais: a) recursos naturais, b) economia interna, c) economia externa, d) ciência e tecnologia, e) assuntos militares, f) capacidade de governo, g) capacidade de relações exteriores, h) desenvolvimento social (PILLSBURY, 2000: 219).

A tabela 1, a seguir, apresenta a estrutura do CNP da CASS, concernente a composição básica do CNP.

⁴⁴ Ver: <<http://en.iwep.org.cn/>>

⁴⁵ Ver: Report on Comprehensive National Power (2010) In: Yellow book of International Politics: Annual Report on International Politics and Security. Disponível em: <http://en.iwep.org.cn/publications/publications_books/201205/t20120527_1792038.shtml> Acesso em: novembro de 2016.

Tabela 1 Coeficientes ponderados dos principais fatores componentes: Estrutura da (CASS)

Fator de Poder Nacional	Peso do Coeficiente
Recursos Naturais	08
Capacidade de atividades econômicas	28
Capacidade de atividades econômicas externa	13
Capacidade científica e tecnológica	15
Nível de desenvolvimento social	10
Capacidade Militar	10
Regulação governamental e capacidade de controle	08
Capacidade de relações exteriores	08
TOTAL CNP (<i>Comprehensive National Power</i>)	100

Fonte: Wang, (2015: 353) *apud* Wang, (1996: 169).

Alguns pontos podem ser destacados a respeito da abordagem da CASS. O primeiro, diz respeito às origens do pensamento utilizado para a teorização. Diferente da AMS, a CASS não enfatiza a literatura clássica chinesa como fundamento teórico para sua avaliação. No entanto, reconhece Deng Xiaoping como precursor do entendimento chinês a respeito do tema. O princípio norteador da CASS, na avaliação do CNP é: ‘*seek truths from facts*’, atribuído a Deng Xiaoping. (PILLSBURY, 2000: 232).

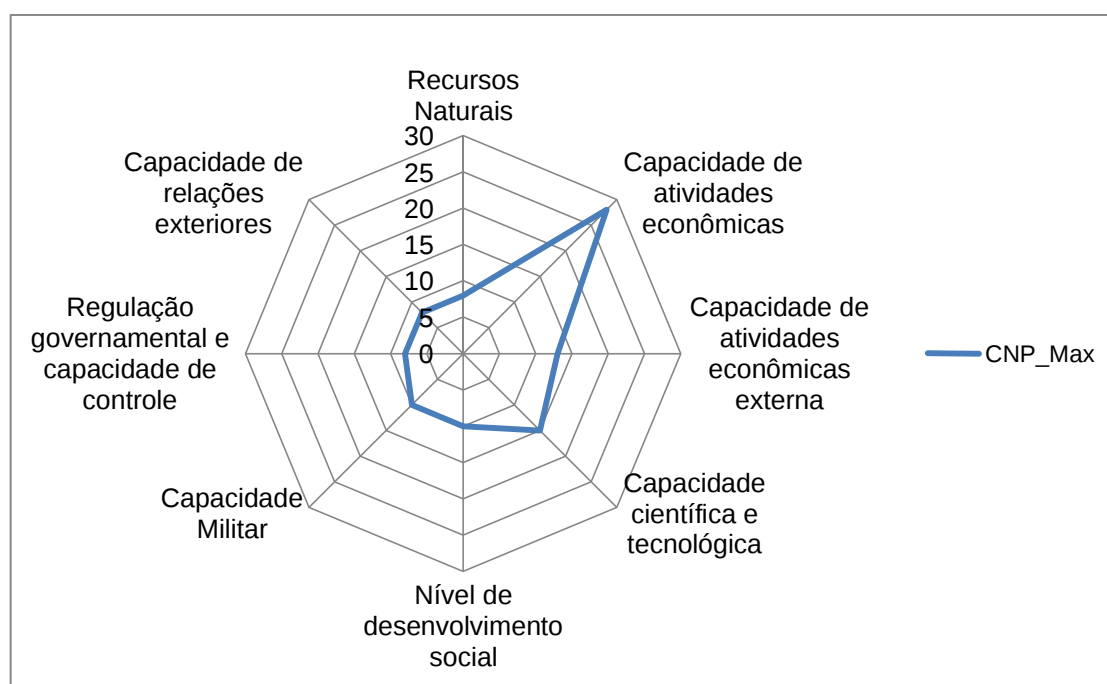
Um segundo ponto – e talvez o que identifique e diferencie melhor a abordagem reformista da conservadora – diz respeito aos pesos atribuídos a cada coeficiente. Wang Songfen, da CASS, estabelece que os pesos das categorias do CNP, a depender do contexto do sistema internacional, são alterados, resultando em diferentes valores de CNP. A tabela 01, acima, representa o que o pesquisador chinês sugere como medida ideal em tempos de paz. Wang Songfen (1996) alega:

No geral, os pesquisadores da CASS determinaram o peso dos coeficientes a partir dos seguintes princípios: a) em tempos de paz, atividades domésticas e externas são os elementos centrais e mais importantes do CNP; b) importância da ciência e tecnologia no CNP na competição internacional está crescendo; c) o nível do desenvolvimento social está conectado a qualidade de vida, estabilidade política e benefícios sociais; d) A capacidade militar é o conteúdo básico dos estudos de *Comprehensive National Power*, medindo a competitividade internacional e analisando uma comparação de forças. Durante os tempos de paz também é um fator importante no fortalecimento da defesa nacional e na salvaguarda da paz;

e, d) Os recursos naturais são a base material do CNP. (Wang Songfen, 1996 *apud* PILLSBURY: 232).

O gráfico 1, a seguir, foi elaborado a partir da Tabela 1, e busca representar a totalidade que um Estado consegue alcançar em nível de poder, em tempos de paz, com base nos 8 aspectos e respectivos pesos atribuídos pela CASS/1996.

Gráfico 1 Representação do CNP máximo pela CASS/1996



Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

A estrutura do CNP da CASS pode ser avaliada como dinâmica na medida em que admite diferentes pesos em suas categorias principais para se ajustar a realidade do cenário internacional avaliado. No caso da representação de 1996, foi atribuída maior importância às capacidades de atividades econômicas internas e externas, bem com a científica e tecnológica. O gráfico traduz de certa forma o contexto da política internacional do período, em que havia expectativa da diminuição da tensão militar internacionalmente entre as duas maiores potências.

Isto implica dizer que para a CASS ter mais meios/recursos não significa ter necessariamente mais poder. Wang (1996 *apud* Pillsbury 2000: 233) exemplifica a ‘população’ como sendo um dos impasses desse aspecto, pois para alguns países uma grande população pode ser um fardo, e para outros, sinônimo de perspectiva de

desenvolvimento. Este aspecto norteia em certa medida a avaliação da Academia CASS sobre o poder estatal.

A composição de cada uma das oito categorias do CNP da CASS pode ser representada a partir da seguinte estrutura:

Quadro 7 Indicadores do CNP CASS/1996

Recursos Naturais	Recursos humanos; recursos territoriais; recursos minerais (reservas); recursos energéticos (reservas).
Capacidade de atividades econômicas	Capacidade Econômica; capacidade econômica per capita; eficiência na produção; nível de consumo material; estrutura.
Capacidade de atividades econômicas externa	Total de importações e exportações; total de importações; total de exportações; total de reservas internacionais; reservas internacionais (não incluindo ouro); reservas de ouro.
Capacidade científica e tecnológica	Proporção do gasto em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB; número de cientistas e engenheiros; número de cientistas e engenheiros por 1000 pessoas; proporção de maquinário e equipamentos de transporte no total da exportação; proporção de produtos de tecnologia de ponta em relação à exportação.
Nível de desenvolvimento social	Nível educacional; nível cultural; nível de serviços de saúde; comunicação; urbanização.
Capacidade Militar	Número de recursos humanos militares; gasto militar total; quantidade de armas exportadas; armas nucleares (número de lançadores); armas nucleares (número de ogivas).
Regulação governamental e capacidade de controle	Proporção das despesas finais de consumo do governo com o PIB; Proporção das despesas de consumo do governo central com o PIB:
Capacidade de relações exteriores	Utilização do " <i>nerve network model</i> " para obter uma avaliação ampla ⁴⁶ .

Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

⁴⁶ Nesse ponto, os pesquisadores da CASS utilizam de um modelo de entrevistas com especialistas em relações exteriores selecionados previamente para chegar a um valor padronizado no indicador. (PILLSBURY, 2000: 227)

2.4.2.1 Dos resultados encontrados CNP/CASS

Não fica claro, a partir de Pillsbury (2000), qual a função matemática utilizada por Wang e os pesquisadores da CASS para chegar aos resultados encontrados. A única menção a esse respeito está no sentido de que a CASS combina o método de Ray Cline, apresentado na sessão anterior, com um método japonês de avaliação de poder nacional. (PILLSBURY, 2000: 227).

O quadro a seguir corresponde aos resultados obtidos pela CASS. Se comparado com os dados da AMS, percebe-se que os civis compartilham o entendimento dos EUA como potência, pois visualizam com base no poderio estadunidense. No entanto observam a China de forma menos proeminente no ranking entre os Estados.

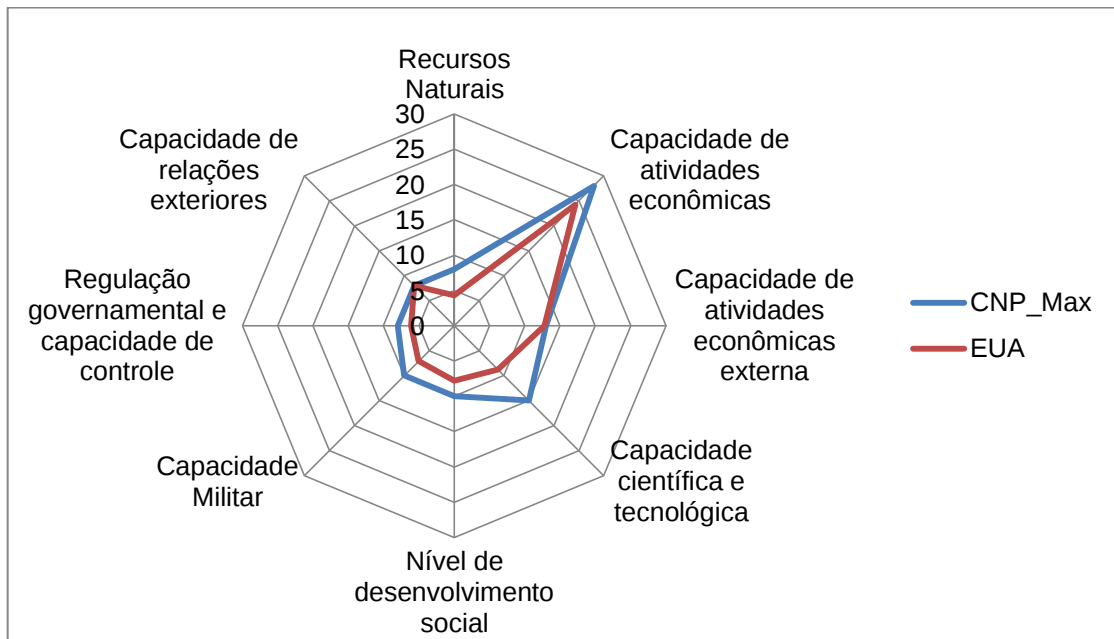
Quadro 8. Ranking CNP – CASS/Wang

	1990	2000
Estados Unidos	100 [1]	100 [1]
China	34 [8]	42 [7]
Alemanha	58 [3]	67 [3]
Japão	58 [3]	76 [2]
Índia	18 [10]	22 [10]
França	46 [5]	59 [4]
Brasil	-	-
Inglaterra	42 [6]	48 [6]
Canadá	36 [7]	38 [8]
Austrália	28 [9]	29 [9]
Rússia	-	-
URSS	66 [2]	54 [5]

Fonte: Pillsbury (2000) e Wang (2015: 354), elaboração própria.

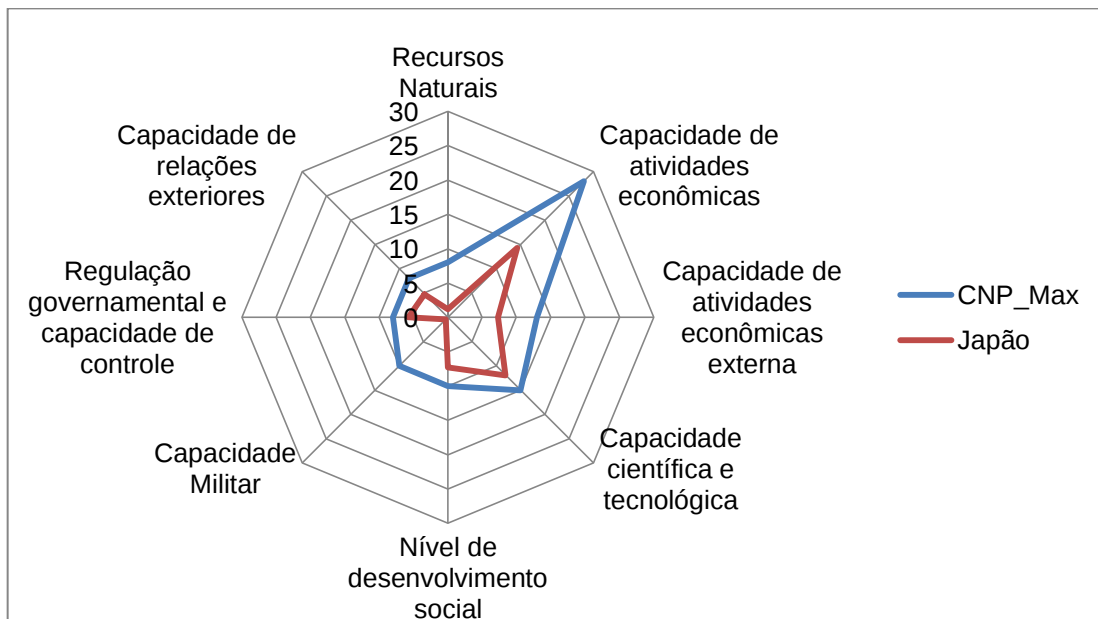
Os gráficos 2, 3, 4 e 5, a seguir, apresentam respectivamente a percepção da CASS sobre o poder dos Estados Unidos, Japão, Rússia e China em 1996. Nota-se que a percepção dos acadêmicos da CASS a respeito da China em 1996 é consideravelmente enfraquecida.

Gráfico 2 CNP dos Estados Unidos/1996 vs CNP Máximo CASS/1996



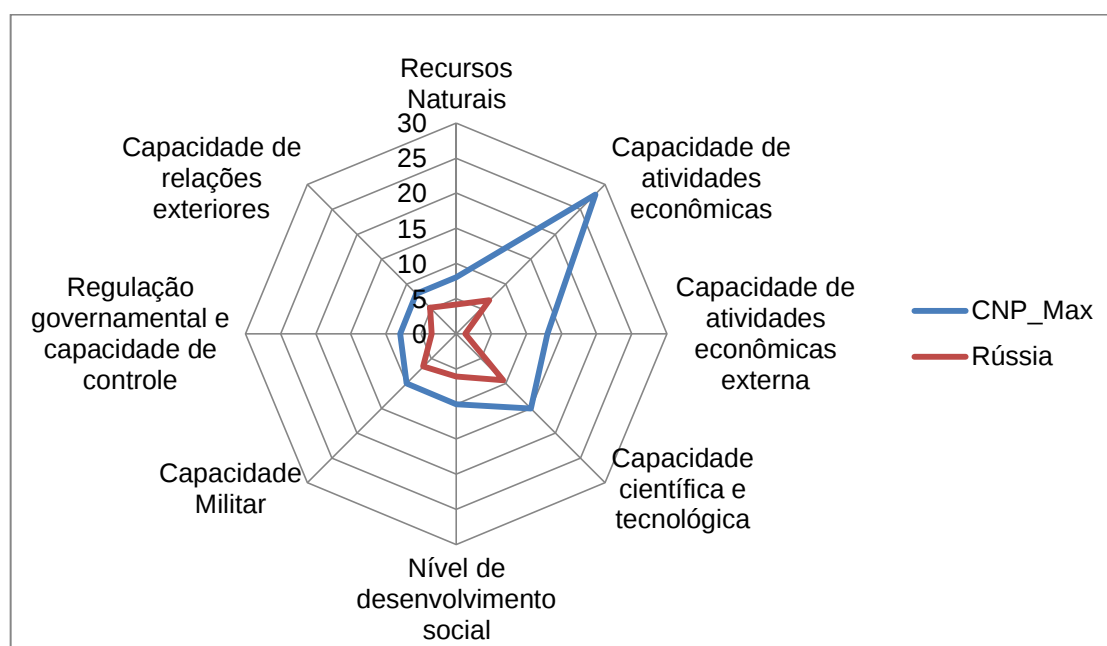
Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

Gráfico 3 CNP do Japão/1996 vs CNP Máximo CASS/1996



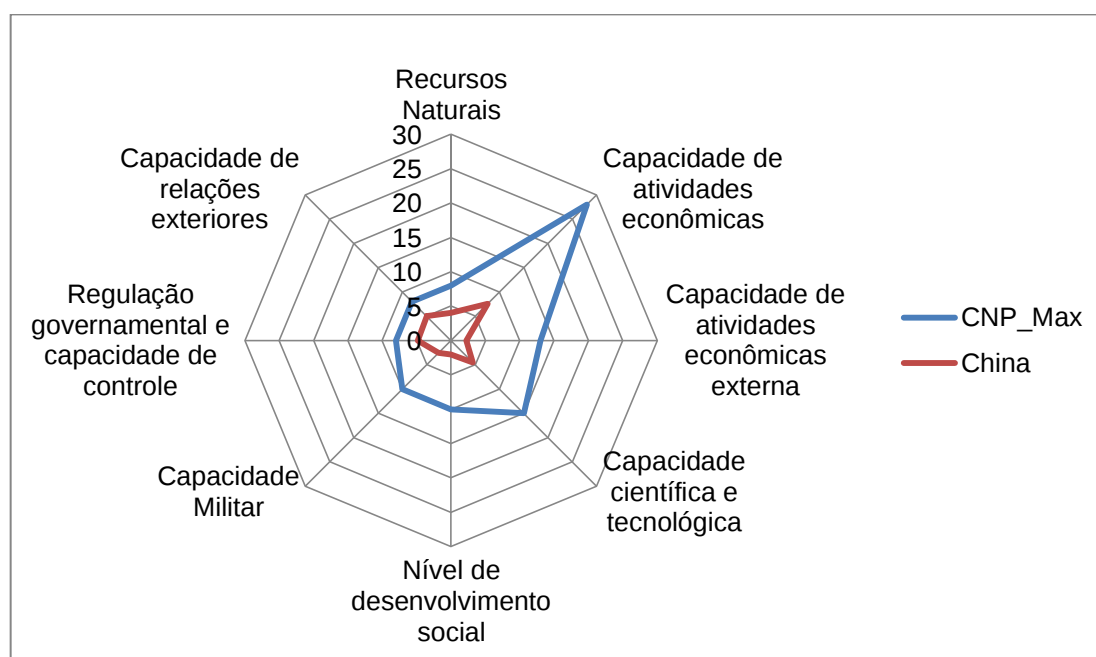
Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

Gráfico 4 CNP da Rússia/1996 vs CNP Máximo CASS/1996



Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

Gráfico 5 CNP da China/1996 vs CNP Máximo CASS/1996



Fonte: Pillsbury (2000), elaboração própria.

A partir deste recurso de visualização, nota-se que os dados dos Estados Unidos são os mais próximos ao potencial máximo do CNP, em 1996, utilizando o a estrutura e pesos em tempo de paz e estabilidade. Outro aspecto se percebe de forma recorrente nas projeções da CASS é a valorização do poderio japonês, bem como a

desvalorização da capacidade militar. Notadamente devido às dinâmicas da economia internacional do período.

Diferente da proposta da AMS sobre a estrutura do CNP, a perspectiva dos civis da CASS não aborda explicitamente diferenças entre *hard* e *soft power* na avaliação do CNP nem discute o aspecto cultural como uma variável de poder determinante nas capacidades do Estado. O aspecto cultural possui mais ênfase na abordagem de Yan Xuetong, apresentada a seguir.

Conforme mencionado anteriormente, tanto a abordagem da AMS quanto a da CASS apresentam inconsistências quando da divulgação e atualizações de suas metodologias e resultados. No entanto, são similares no sentido de tentar avaliar as capacidades de um Estado de maneira abrangente e na consideração dos Estados como unidades determinantes na configuração do Sistema Internacional.

2.5 A perspectiva de Yan Xuetong

Yan Xuetong, assim como apresentado nos capítulos anteriores, endossa o discurso de que o pensamento clássico da China é a base para a construção de um entendimento teórico-político sobre quais caminhos o país tem de seguir nas próximas décadas.

Apesar de desenvolver uma série de análises sobre como avaliar a ordem internacional vigente a partir da ótica de diversos pensadores clássicos chineses, Yan (2008, 2011) enfatiza as ideias de Xunzi como as que podem oferecer mais lições a China contemporânea, sobretudo a respeito dos elementos do *Comprehensive National Power* (CNP).

É importante notar que o autor reconhece a dificuldade de mensurar o poder de um Estado a partir de uma fórmula multivariável, bem como de analisar subcategorias e subsistemas. Esse é um dos motivos que, depois de várias tentativas de emplacar uma fórmula que pudesse avaliar com o mínimo de precisão o poder dos estados⁴⁷ o autor desenvolve uma função teórico-conceitual para visualizar as relações de poder dos Estados. Esta, conforme apresentado a seguir, possibilita uma avaliação “macro” sobre o poder nacional, considerando apenas a relação entre as categorias de poder determinadas.

A esse respeito, Yan (2006) alega:

⁴⁷ Trabalhos do autor anteriores aos de 2008 e 2011 já tentaram, sem sucesso, emplacar funções de mensuração. Entre eles está o *Analysis of China National Interests* (2002), *English Edition*.

[...] Desacordos sobre a mensuração continuam a ser uma razão principal causando diferenças nas estimativas do status de poder da China. [...] Mais de 10 métodos de avaliação e medição têm sido utilizados no campo, com basicamente todos usando um tipo diferente de índice. Os métodos de medição usados na avaliação do status de poder da China tornaram-se cada vez mais complicados. Não há padrões comuns de medição nem continuidade no desenvolvimento da metodologia. As diferenças na medida aparecem por muitas razões, embora nós focalizaremos somente em uma seleção das medidas usadas para estudar o poder de estado detalhado de China. [...] Devido à falta de um padrão comum, nem o aumento do número de fatores medidos, nem o uso de medidas complicadas levaram a uma melhora na precisão da medição do status de energia atual da China. A ausência de um padrão comum para medir o status de poder da China resulta em conclusões muito diferentes. (YAN, 2006: 9-10).

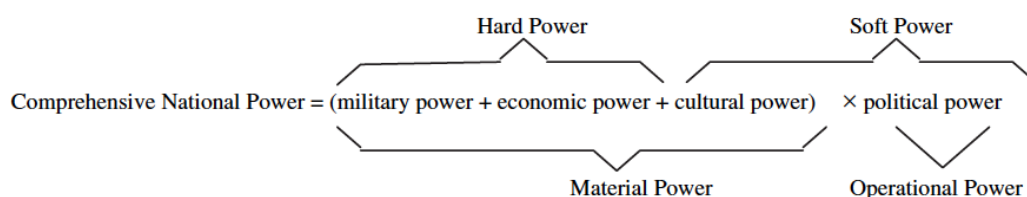
A citação acima diz respeito a uma crítica direta aos métodos utilizados pelos chineses até então. Como discutido, as avaliações da AMS bem como as da CASS, apesar de serem mais completas quando da apresentação dos parâmetros que utilizam para medir o poder nacional, não discorrem sobre como chegaram aos resultados. Nesse sentido, considera-se que a avaliação científica pode ser prejudicada. O autor complementa:

Atualmente, os estudiosos chineses têm dificuldade em identificar a única medida mais precisa para avaliar o poder abrangente da China. No entanto, somos de alguma forma capazes de determinar se um resultado de medição é errôneo por simplesmente julgar com o nosso conhecimento comum. A justificativa para medir o CNP não mostra seu grau de complexidade, mas as diferenças entre um resultado medido e um resultado obtido por uma abordagem analítica baseada no conhecimento comum. Quanto maior a diferença entre, pesquisadores, menor a probabilidade de um método de medição ser utilizável. (YAN, 2006: 09).

Um dos problemas identificados pelo autor está relacionado ao fato de não haver consenso sobre qual o status real da China a partir do CNP. Yan (2006: 9) sugestiona, contudo, que dois aspectos são verificáveis: i) que não importa qual seja o método utilizado, os Estados Unidos sempre estão a frente de outros *major powers*; e ii) que a complexidade e meticulosidade do método e do índice utilizados para medir o CNP não melhoram muito a precisão e a objetividade da mensuração.

Desenvolvendo esta perspectiva, Yan (2008: 161) apresenta a fórmula teórico-conceitual no qual utiliza para verificar de modo geral o poder de um país, mais precisamente o que o autor identifica como o “*power status*” de um determinado país.

Figura 4 Estrutura e Elementos do CNP - YAN XUETONG, 2008 - CHINA



Fonte: YAN, (2008: 161)

A figura 06 pode ser simplificada pela seguinte fórmula:

$$CNP = (M + E + C) * P$$

Na formula acima, CNP = *Comprehensive National Power*; M = poder militar; E = poder econômico; C = poder cultural; e P = poder político. (YAN, 2008: 161).

De acordo com esta fórmula, considerando que não haja alteração no poder militar, econômico e cultural da China, é somente a partir do aumento do poder político – ao menos sua fiabilidade estratégica – que a China poderá aumentar consideravelmente seu CNP. (YAN, 2011: 102)

Considerando que Yan (2008; 2011) utiliza do entendimento de Xunzi para definir a estrutura de sua fórmula do CNP, cabe ressaltar brevemente as interpretações do autor a respeito de cada categoria apontada. Isto é, perceber nas análises de Yan quais as percepções de Xunzi acerca do poder militar, econômico, militar e político. O autor argumenta:

O poder político, na perspectiva de Xunzi, é a fundação dos poderes econômico e militar, porque não interessa quão grande sejam estes, perdem o sentido sem uma sólida base de poder político. (YAN, 2008: 142).

A ênfase dessa perspectiva está, notadamente, no poder político como força motriz das capacidades do Estado. Nesse sentido, o poder político não só auxilia os demais poderes na estruturação de um Estado, mas são definidos como a base fundamental para qualquer ação deste.

Para Yan (2008: 161) o entendimento de *soft power* advindo das teorias ocidentais não são capazes de absorver o elemento central do pensamento de Xunzi, isto é, o papel do líder, sua moral e seus princípios éticos na formação do *Comprehensive National Power*. O autor assevera:

A ideia de Xunzi sobre justiça e a noção popular sobre *soft power* são diferentes. A noção de *soft power* não diferencia poder cultural de poder político. Xunzi percebe a justiça a partir da ideologia do líder e por uma questão de poder político. Ele vê o poder político como o fator central no *Comprehensive National Power*. Isto é bastante revelador para os chineses nos dias atuais. (YAN, 2011: 103).

A abordagem do CNP de Yan (2008; 2011) se distingue das abordagens mencionadas anteriormente em três aspectos principais: (i) em parte, metodologicamente, por pressupor haver lições nas relações de poder da história chinesa clássica que podem auxiliar o comportamento da China contemporânea, entretanto, não atribui relevância ao pensamento de Deng Xiaoping; (ii) na sobrevalorização do poder político atrelado a figura do líder/governante como determinante na estrutura de poder do Estado; (iii) na simplificação na análise do CNP, que compreende em última análise uma estrutura fixa em que as categorias de poder não possuem características variáveis ou dinâmicas. Yan (2008; 2011) compartilha, contudo, o entendimento do nível de análise estatal como definidor do Sistema Internacional.

Com base nas considerações apresentadas anteriormente pretende-se avaliar, a partir da estrutura de Yan Xuetong, se o CNP constitui uma ferramenta estratégica na tomada de decisão por parte do governo da China contemporânea, utilizando o mandato de Hu Jintao (2003-2013) como recorte temporal.

Uma das hipóteses que se pretende aferir é a de que o CNP tem sido um dos métodos de avaliação da China sobre a balança de poder no Sistema Internacional. No caso da hipótese anterior apresentar-se verdadeira, pretende-se verificar se o entendimento do CNP por parte da China contemporânea está fundamentado no contexto histórico-político clássico do país.

CONCLUSOES PARCIAIS

CAPÍTULO 3 - O CNP DA CHINA NA ERA HU JINTAO

*“There are those lacking benevolence who have acquired states;
but there has never been anyone lacking benevolence who
acquired all under heaven”.*

(XUNZI)

Este capítulo pretende avaliar a evolução do *Comprehensive National Power* (CNP) da China no período do líder Hu Jintao (2003-2013). Apesar das diversas versões de estrutura e/ou funções do CNP com características chinesas apresentadas anteriormente, devido a questões operacionais limitantes, este capítulo avalia o objeto de pesquisa por meio da estrutura do CNP apresentada por Yan (2008; 2011), isto é: $CNP = (M+E+C) * P^{48}$. A função de Yan, conforme discutido, comporta uma análise a partir da relação da variável ‘poder político’ com as demais, além de possibilitar a avaliação do CNP sem que seja necessário um resultado equacionado a partir de diferentes variáveis.

3.1. Hu Jintao e o impacto da quarta geração de líderes da China

O processo de escolha de um secretário-geral no PCCh é bastante complexo. Pelo senso comum, pode-se questionar que o sistema político em um país de tradição comunista é, em tese, arbitrário. Entretanto, não é o que se percebe no caso da China contemporânea, em que além de existir discordância intrapartidária (de facções), há também uma estrutura de poder subdividida, que pode acarretar em uma distribuição de capacidades favorável ou desfavorável para o governante (EWING, 2003).

De modo geral, pode-se afirmar que o sistema político chinês funciona a partir de cinco agências principais (pilares do governo), são elas: i) o partido; ii) o governo (congresso e judiciário); iii) os militares; iv) a frente unida; e, v) as organizações em massa⁴⁹.

O primeiro é formado pelo Politburo (birô político), autoridade suprema da China, com sete membros. Além disso, formam o primeiro pilar: o Comitê Central, com 125 membros, o Congresso do Partido, com mais de 2000 membros e as Secretarias Provinciais do PCCh. O segundo pilar, o governo, é formado pelo

⁴⁸ M = Poder Militar, E = Poder Econômico, C = Poder Cultural e P = Poder Político. (YAN, 2008; 2011).

⁴⁹ Ver: *Chinese leadership Chart* <<http://chinese-leaders.org/chinese-leadership-chart/>> Acesso em fevereiro de 2017.

Conselho de Estado, com 10 membros, o Congresso Nacional do Povo com aproximadamente 3000 membros e os governadores provinciais. O terceiro pilar, isto é, militares, é composto pela Comissão Militar Central (CMC), o mais poderoso corpo militar da China, formado por 10 membros, assim como pelo Exército de Libertação Nacional (PLA) e pelas Forças Armadas do Povo. O quarto pilar é composto por duas subagências, a Frente Unida do Departamento de Trabalho e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. O quinto pilar, organizações em massa, é formado pela Liga da Juventude Comunista, sindicatos e a federação das mulheres⁵⁰.

Uma das características que definem os líderes de quarta-geração chineses é a ascensão para os níveis de elite da política do país a partir de um processo “de baixo para cima” nas agências organizacionais do sistema político. Isto é, ter passado por diversos níveis para ter chances de chegar à elite política. (EWING, 2003, p. 18-19).

Hu Jintao foi o primeiro secretário-geral civil da história do PCCh para o cargo máximo do partido. Contudo, apesar da falta de experiência militar direta, tornou-se uma figura central na liderança do país (BUHI, 2014: 278).

Vázquez (2012, p. 207) analisa que Hu Jintao marcou o início de uma nova era no sistema político da China devido ao contexto político-econômico do período predecessor ao mandatário bem como das conjunturas que se construíram ao longo do seu mandato. O autor argumenta:

A ascensão de Hu Jintao a Secretaria Geral do PCCh encerrou toda uma época de influência na chefia do partido por parte dos grandes condutores históricos da revolução de 1949. No caso de Hu Jintao, se respeitou a orientação de Deng Xiaoping, que o sinalizou como substituto de Jiang Zemin a frente do partido cinco antes de sua morte. Assim, com Hu Jintao se começa a materializar a marca do poder que agora será como base no consenso, na direção coletiva e nos devidos equilíbrios entre os centros regionais que a própria reforma e abertura iniciadas em 1978 projetaram a liderança nacional. (VÁZQUEZ, 2012, p. 207).

Ewing (2003, p. 18) ressalta ainda o fato de Hu Jintao ter tido como mentores políticos, patronos de ideologias que vão do conservadorismo ao reformismo liberal. De acordo com o autor, foram quatro mentores principais: Deng Xiaoping, o Premier Hu Yaobang (liberais), o antigo Presidente Jiang Zemin e por fim o secretário do partido na província de Gansu e figura de destaque do Politburo, Song Ping (conservadores). Estas características na formação ideológica, sua carreira política e expertise também se destacam e o diferencia dos líderes anteriores.

⁵⁰ Ibid.

De todo modo, ademais dos atributos políticos do mandatário, no recorte temporal estabelecido por esta dissertação (2003-2013), a China cresceu a uma média 10,4% a.a., evoluindo de um PIB nominal de \$ 1.6 trilhões de dólares em 2003 para \$ 9.49 trilhões de dólares em 2013 (Banco Mundial, 2017)⁵¹ o que destaca este período como de fundamental importância para se entender os aspectos da política internacional chinesa.

Assim, nesse ínterim, busca-se avaliar a partir das variáveis: militar, econômica, cultural e política, a capacidade chinesa em expandir seu CNP e avaliar se as premissas metodológicas da abordagem de Yan podem ser consideradas válidas para o caso chinês.

3.2. Considerações sobre os dados

Nos tópicos a seguir alguns dados quantitativos e qualitativos foram selecionados para avaliar o CNP da China na Era Hu Jintao (2003-2013). O critério de escolha dos índices seguiu o modelo de organizações internacionais reconhecidas por recolher e publicar informações desta natureza.

No que tange a avaliação da capacidade militar, recorresse aos dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e da *U.S.-China Economic and Security Review Commission* (USCC). Estes, por sua vez, elencam entre os principais índices para avaliação da capacidade militar de um Estado: gasto militar total (anual, em comparação ao PIB e em comparação aos gastos de outros países/mundo), capacidade de operação militar (quantidade de recursos humanos, logísticos e operacionais disponíveis), entre outros.

Vale ressaltar, brevemente, algumas considerações, a respeito das informações sobre a capacidade militar de um Estado. Em primeiro lugar, no que diz respeito à precisão dos dados disponibilizados por estas agências. Nesse ponto, questões subjetivas relacionadas à transparência ou falta de transparência dos países que divulgam suas informações podem ser levantadas, visto que tal transparência é muitas vezes bastante fraca; o que pode afetar a fiabilidade dos dados, mas que, mais seriamente, pode levar a gastos excessivos muitas vezes não ligados a verdadeiras necessidades de segurança” SIPRI (2017).

⁵¹ Ver: Banco Mundial *Database* (2017). Disponível em: <
<http://data.worldbank.org/country/china?view=chart>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

Em segundo lugar, sobre se estes dados podem traduzir, de fato, as capacidades de um Estado. Isto porque, pode-se questionar se os fatores levados em consideração possuem algum peso quando da mensuração das capacidades. Nessa pesquisa entende-se que sim, pois os parâmetros estabelecidos pelo núcleo metodológico utilizado consideram entre outros, o poder militar como base.

Para os dados econômicos, recorre-se ao banco de dados do Banco Mundial (2017)⁵². Neste, entre os principais índices elencados quando da avaliação da economia de um Estado, figuram: PIB (nominal, *per capita*, por paridade de poder de compra), crescimento anual do PIB, porcentagem do comércio em relação ao PIB, total de reservas internacionais, déficit e superávit na balança comercial, entre outros.

No aspecto cultural, podem-se considerar alguns dados relativos a iniciativas chinesas relacionadas à expansão da cultura chinesa pelo mundo, especialmente a partir do fluxo de pessoas nos setores educacional e cultural, entre outros.

O aspecto político é o fio condutor de toda a análise, por isso aparece como base na avaliação de cada categoria. Por ser um dado densamente qualitativo, o aspecto de avaliação se diferencia dos anteriores por haver uma ênfase ainda maior na subjetividade das informações encontradas. Isto é, não é possível quantificar, sobretudo em Yan (2008; 2011) o poder político. Desta maneira, a análise é realizada por meio das tendências encontradas, assim como a partir de comentários de especialistas neste campo.

Desse modo, considerando o exposto acima, pode-se reconhecer que as análises a seguir podem conter limitações teóricas e metodológicas e podem não traduzir completamente os aspectos avaliados. Contudo, não prejudicam o objetivo principal da pesquisa.

3.3. Poder Militar

De acordo com Yan (2011, p. 45) os pensadores pré-Qin oferecem a política internacional da China uma perspectiva mais proativa em termos militares em dois aspectos, o primeiro diz respeito à consolidação militar e o segundo ponto em relação às normas internacionais. O autor afirma:

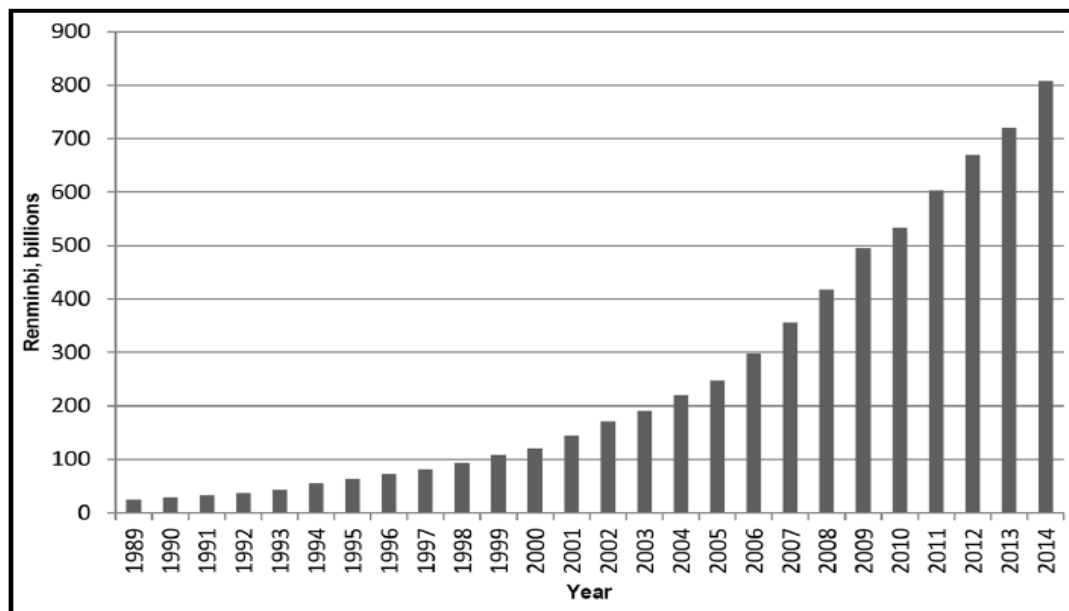
⁵² Ibid.

[...] Por meio dos ensinamentos dos pensadores pré-Qin, a China deve principalmente confiar em sua própria construção militar para manter seu próprio ambiente pacífico. A China não tem outra opção senão aumentar sua capacidade militar para manter seu próprio ambiente pacífico. Em segundo lugar, a China deve pressionar para o estabelecimento de um sistema de segurança internacional e normas, e promover a realização da paz mundial universal. (YAN, 2011, p. 45).

Fundamentado no pensamento de Xunzi, Yan (2011) sugestiona que as capacidades militares da China atendem ao objetivo básico de manter seu próprio ambiente pacífico. O autor argumenta ainda que “Xunzi acreditava que o conflito violento é inevitável ao menos que haja uma hierarquia social que constranja a tentação da busca por interesses materiais” (YAN, 2008: 156).

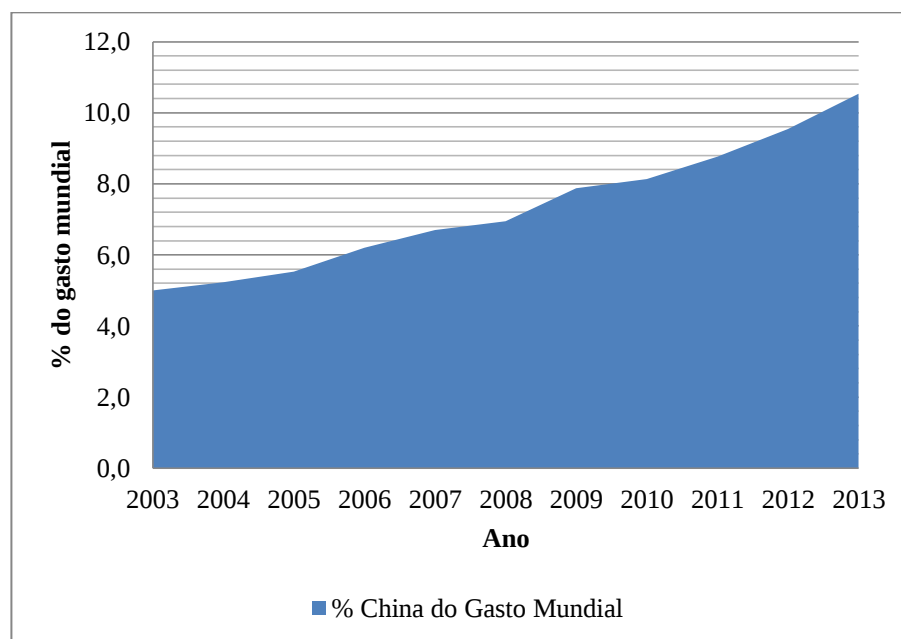
No entanto, em termos práticos, não há como verificar que as ações chinesas no campo militar estão alinhadas a uma estratégia baseada pensamento dos pensadores pré-Qin nos termos que Yan (2008; 2011) sugestiona. Em primeiro lugar, pela observação dos dados chineses em termos de gastos militares nas últimas décadas. Estes demonstram uma tendência a aumentos sucessivos independente do contexto internacional pacífico ou bélico (ver figura 5 e gráfico 6).

Figura 5 – Gasto Militar anunciado da China, 1989-2014



Fonte: USCC, 2015.

Gráfico 6 – Porcentagem do Gasto Militar da China em relação ao gasto mundial, 2003-2013



Fonte: SIPRI, 2017. Elaboração do autor.

Em segundo lugar, a partir da análise dos discursos de Hu Jintao e de membros do alto escalão político da China, percebe-se que não há menções a Confúcio ou qualquer outro pensador para justificar as ações em defesa e expansão militar. Para isso, utilizam como justificativa os ensinamentos advindos da evolução geracional dos líderes chineses como base para consolidação da China nos novos tempos.

Para modernizar a Defesa Nacional e as Forças Armadas, devemos seguir as orientações de Mao Tsé-Tung em relação ao pensamento militar, o pensamento de Deng Xiaoping na modernização de nossas capacidades militares nesse novo período histórico e o pensamento de Jiang Zemin no fortalecimento de nossa defesa nacional e das forças armadas sob novas condições. Devemos agir para atender os requisitos do desenvolvimento nacional e da segurança estratégica da China para garantir que as forças armadas possam dar continuidade a suas “**novas missões históricas**” no novo século. (HU JINTAO, 2012) grifo nosso.

Ao passo que é possível considerar que aspectos relacionados ao *Comprehensive National Power* são do entendimento da elite política chinesa, sobretudo a partir de Deng Xiaoping, o mesmo não pode ser verificado no que diz respeito às justificativas que consubstanciam o comportamento chinês no exercício militar. Isto é, em relação ao poder militar, a estratégia chinesa não parece levar em consideração aspectos históricos e culturais.

Um dos exemplos que sustentam esse argumento está relacionado ao processo de modernização militar da China, considerado por Chen (2015: 273) uma consequência dos desafios em defesa nacional do país na história recente, impulsionado pela reforma e abertura econômica iniciada no final dos anos 70.

Com referência a este processo, Hu Jintao (2012) atesta:

Devemos implementar uma estratégia militar de defesa para este novo período e melhorar nossas orientações estratégicas quando for preciso. É necessário ter planos ativos para o uso das forças militares em tempos de paz, expandir e intensificar a preparação militar e engrandecer a capacidade de realizar uma ampla gama de tarefas militares. A mais importante destas é vencer guerras locais no tempo da informação. (HU JINTAO, 2012).

As forças armadas da China no período Hu Jintao estiveram no centro das prioridades políticas elencadas pelo mandatário (MULVERON, 2009: 01). O autor enfatiza que, sob a gestão de Hu Jintao, em 2004, o PLA recebeu novos direcionamentos estratégicos por meio da introdução de ‘novas missões históricas’. Estas, segundo o autor, tiveram o papel tornar-se o “método para o entendimento das mudanças constante do ambiente militar internacional” (MULVERON, 2009: 01-02).

De acordo com Mulveron (2009: 02) as “novas missões históricas” apresentadas por Hu Jintao, também conhecidas como “três provisões, e uma função” são constituídas por:

(1) prover uma garantia importante de força para o PCCh consolidar sua posição dominante; (2) prover de uma forte segurança para salvaguardar o período de importante oportunidade estratégica para o desenvolvimento nacional; (3) prover o suporte estratégico para salvaguardar os interesses nacionais, e; (4) desempenhar um papel importante na salvaguarda da paz mundial na promoção do desenvolvimento comum. (MULVERON, 2009: 02).

Fravel (2008: 127) argumenta que o fato do PLA ter como missão a proteção do PCCh na consolidação do poder na China o distingue das demais forças armadas mundiais. De acordo com o autor, sob o mandato de Hu Jintao, essa característica do PLA foi ainda mais enfatizada. “Hu Jintao tem enfatizado que as forças militares enquadram-se sob a liderança absoluta do PCCh” (FRAVEL, 2008: 127).

De todo modo, o argumento central de Yan (2008; 2011) é que em uma estratégia em que o CNP é levado em consideração, o poder político é a base para a expansão das demais categorias de poder, inclusive a militar. A premissa do autor, especificamente no que se refere ao poder militar da China parece não ter

aplicabilidade, visto que o contexto de expansão militar chinês é um processo inerente a figura do líder, e sim institucionalizada na figura do PCCh em um processo de evolução geracional desde a consolidação da RPC.

3.4. Poder Econômico

A despeito das lições de Xunzi em relação à influência do poder político nas demais categorias de poder, quando se trata de avaliar o aspecto econômico na China, percebem-se tendências mais alinhadas ao pensamento de Deng Xiaoping do que qualquer ligação com valores históricos clássicos de governança.

Pode-se observar, entretanto, que o fato de Deng Xiaoping ter sido a figura central no que diz respeito à abertura chinesa e as reformas econômicas, o poder político foi um fator determinante na concepção chinesa quando se trata dos aspectos econômicos. Não obstante a isso, o próprio Yan (2011:101) reconhece que o governo da China ainda está sob a influência do determinismo econômico do Marxismo.

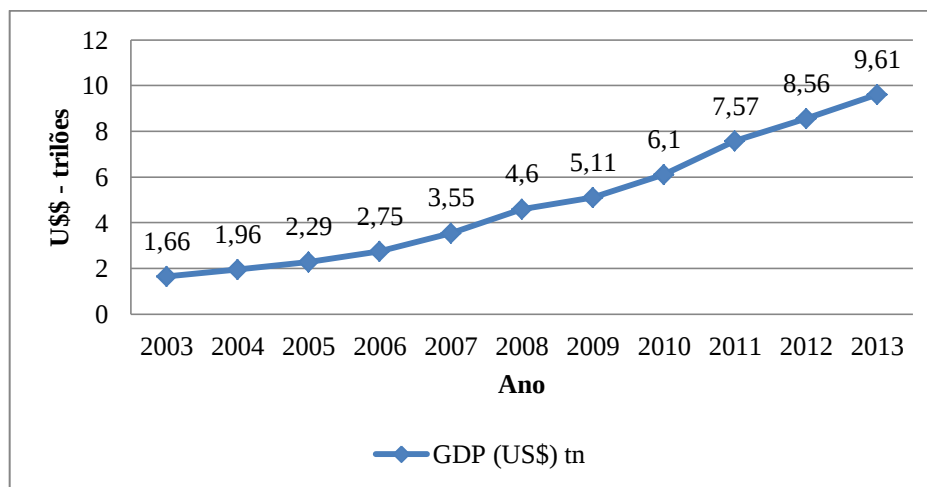
A esse respeito, Hu Jintao (2012) afirma:

Nos últimos dez anos, alcançamos um novo sucesso histórico e estabelecemos uma sólida base para completar a construção de uma sociedade moderadamente prospera em todos os aspectos. A economia da China cresceu da sexta para a segunda colocação das maiores economias mundiais. Suas forças produtivas, econômicas, científicas e tecnológicas cresceram consideravelmente [...] seu *Comprehensive National Power* e sua competitividade internacional cresceram substancialmente. [...] Esse sucesso histórico é atribuído à orientação acertada da teoria básica do partido assim como a sua linha, programa e experiência; estas foram alcançadas pela firmeza da base estabelecida na fundação de nova China em 1949 e particularmente desde a adoção das reformas e da abertura econômica em 1978. (HU JINTAO, 2012).

Nota-se a menção do mandatário ao crescimento do CNP da China no período, porém, atrelando este, no que se refere ao desenvolvimento econômico a linha partidária do PCCh, bem como aos esforços de Deng Xiaoping nos processos de reestruturação da economia chinesa.

Não obstante, ao analisar os aspectos gerais do desenvolvimento econômico da China entre 2003-2013, percebe-se que bastante ênfase foi dada na consolidação da economia. O gráfico 7, a seguir, apresenta a evolução do PIB da China no período de 2003-2013. Uma série de fatores combinados contribuiu para este resultado, entre os principais está à adesão aos tratados da Organização Mundial do Comércio (OMC) (CABESTAN, 2009; CHUNG, 2012).

Gráfico 7 – Evolução do PIB da China entre 2003-2013



Fonte: Banco Mundial, 2017. Elaboração do autor.

Em termos gerais, percebe-se que a economia da China teve um crescimento exponencial durante os dois mandatos de Hu Jintao, contribuindo para o crescimento do CNP chinês durante uma década. Meios de comunicação como *Reuters*, *The Wall Street Journal* e *Foreign Policy* destacaram o mandato do Hu Jintao particularmente em termos econômicos⁵³. A tabela 2, a seguir, busca sumarizar a evolução de alguns índices econômicos da China que comportam o mandato de Hu Jintao.

Tabela 2 – Dados econômicos da China, 2003-2013

	PIB (US\$)	Trade % do PIB	Crescimento anual (%)	Total de Reservas (bilhões US\$)
2003	1,66	53%	10%	416
2004	1,96	60%	10,1%	622
2005	2,29	63%	11,4%	831
2006	2,75	66%	12,7%	1081
2007	3,55	63%	14,2%	1546
2008	4,60	57%	9,7%	1966
2009	5,11	45%	9,4%	2453
2010	6,10	49%	10,6%	2914
2011	7,57	51%	9,5%	3255
2012	8,56	48%	7,9%	3388
2013	9,61	47%	7,8%	3880

⁵³ Ver: <<http://www.reuters.com/article/us-china-congress-economy-idUSBRE8A707U20121108>>; <<https://blogs.wsj.com/chinarealtime/2012/11/16/charting-chinas-economy-10-years-under-hu-jintao/>>; <<http://foreignpolicy.com/2012/11/08/hu-jintaos-legacy/>> . Acesso em: abril de 2017.

Fonte: Banco Mundial, 2017. Elaboração do autor.

Vázquez (2012: 206) considera que no mandato de Hu Jintao puderam ser notados os êxitos da adesão chinesa aos tratados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e considera fato da China ter saído da sexta para a segunda colocação um dos mais expressivos na economia mundial contemporânea. O autor argumenta:

A RPC se tornou a segunda maior economia levando o país a o patamar de exportador e produtor de bens de consumo, além da consolidação como principal detentor de moeda estrangeira. Além disso, abriu os horizontes para a evolução da sociedade chinesa pelo desenvolvimento científico, ligando o crescimento econômico a justiça social. Por último, no período Hu Jintao, a China esboçou um esquema de desenvolvimento econômico com ênfase no consumo doméstico, passando de um PIB *per capita* de US\$ 1,135 para US\$ 5.432 em 2012.

Nota-se que, em termos econômicos, as implicações do entendimento do *Comprehensive National Power* na política internacional da China limitam-se aos aspectos operacionais, numa análise rigorosa do contexto econômico internacional seguido de planos econômicos focados no crescimento e desenvolvimento da sociedade chinesa. De fato, a compreensão desta ferramenta é notada, em seus aspectos práticos, no entanto percebem-se tendências a instrumentaliza-la no entendimento de um panorama maior: o desenvolvimento nacional.

3.5. Poder Cultural

Zhang (2010: 387) argumenta que historicamente o PCCh sempre enfatizou o poder cultural na condução da política chinesa. O autor sumariza em alguns pontos de que maneira o aspecto cultural esteve em maior ou menor grau nas prioridades do país nas últimas décadas. “Sob Mao Tsé-Tung, artistas tiveram um empregador estável e patrono [...] Durante Deng Xiaoping as instituições culturais tiveram menos recursos, menos subsídios estatais e foram às vezes deixadas a falência” (ZHANG, 2010: 387).

No entanto, é a partir de Jiang Zemin, e posteriormente, em Hu Jintao, de maneira mais expressiva, que a cultura se estabelece enquanto projeto de Estado, tanto em nível doméstico como no nível externo, em Jiang, pela introdução do aspecto cultural na dimensão do “três-em-um”: desenvolvimento econômico,

desenvolvimento político e desenvolvimento cultural, em Hu, por expandir esta concepção para a estratégia do “quatro-em-um”: desenvolvimento econômico, desenvolvimento político, desenvolvimento cultural e desenvolvimento social. (ZHANG, 2010: 287). O contexto político e econômico em Hu Jintao foi, como exposto nos dados a seguir, mais favorável para a expansão cultural chinesa no mundo.

A cultura e a criatividade se tornaram mais e mais importantes como fonte de inspiração para a coesão nacional e como um fator significativo na competição do *Comprehensive National Power*. O povo chinês tem um crescente desejo por enriquecer a vida cultural. Nós devemos manter a orientação de uma cultura socialista avançada criar um novo impulso no desenvolvimento cultural socialista, estimular a criatividade cultural de toda a nação e engrandecer a cultura como parte do *soft power* do nosso país com o intuito de garantir o povo direitos culturais básicos para enriquecer a cultura chinesa na sociedade chinesa e inspirar a perspectiva espiritual do povo para ser mais elevada e mais progressiva. (HU JINTAO, 2007, 17º Congresso Nacional do PCCh).

Cabe ressaltar algumas das consequências desta estratégia na inserção chinesa no período. Entre estas, pode-se destacar a iniciativa chinesa de ‘*going out*’ em que incentivara a maior internacionalização das empresas e do povo chinês com o mundo. Zheng e Tok (2007, p. 10) argumentam que Beijing começara a fortalecer a cultura chinesa sob o banner do “mundo harmonioso”. Os autores argumentam:

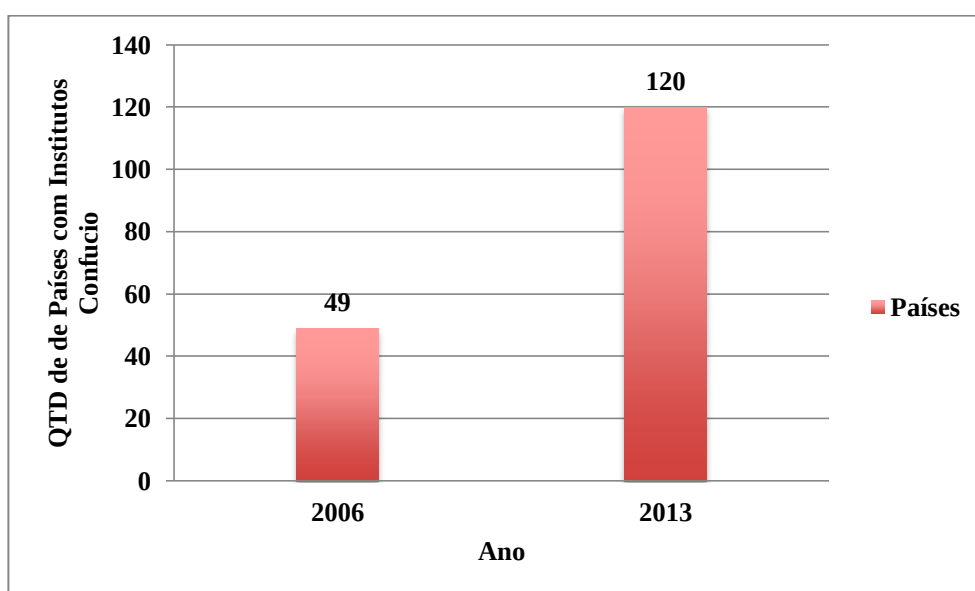
Nos dois últimos anos, a política de ‘*going out*’ parece ter tomado uma nova forma, pois Beijing começa a promover ativamente a cultura chinesa sob o lema do ‘mundo harmonioso’. Esta estratégia politicamente sábia se manifestou o estabelecimento de 150 Institutos Confúcio em instituições de ensino superior pelo mundo, com financiamento e ajuda material por parte do Gabinete do Conselho Internacional da Língua Chinesa. A função principal desses institutos é melhorar o entendimento da cultura da China por meio da melhoria das instalações de formação linguística e da imersão nos ensinamentos de Confúcio. Portanto, maior ‘compreensão mútua’ como articulado na ideia do ‘mundo harmonioso’. (ZHENG e TOK, 2007, p. 10).

O Instituto Confúcio⁵⁴ pode ser considerado umas das iniciativas políticas da era Hu Jintao que tiveram impacto direto no que Yan (2008; 2011) considera como **poder cultural**, isto é, aumentar a presença chinesa no mundo por meio de iniciativas que a coloque nos maiores centros de difusão de conhecimento.

⁵⁴ O Instituto Confúcio foi estabelecido em 2004 na china?. É uma instituição chinesa afiliada ao Ministério da Educação do país que tem como objetivo promover o idioma e a cultura chinesa no mundo. Seu objetivo é se espalhar pelo mundo e atender as demandas de alunos estrangeiros para contribuir com o desenvolvimento do multiculturalismo e a construção de um mundo harmonioso. Disponível em: < <http://english.hanban.org/>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

Os gráficos 06 e 07, a seguir, buscam apresentar, respectivamente a evolução da presença do Instituto Confúcio no mundo, a partir dos números de países em que o instituto e suas ramificações estavam presentes em 2006 e 2013, bem como na quantidade de Institutos espalhados pelo mundo no período retroreferido⁵⁵.

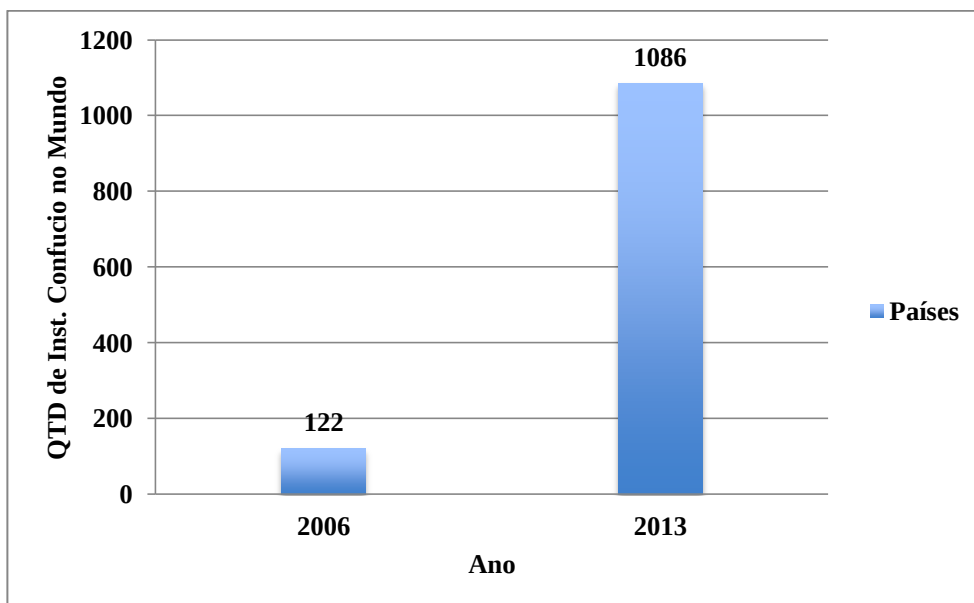
Gráfico 8 – Quantidade de Países com Institutos Confúcio, 2006 e 2013



Fonte: *Annual Report* 2006 e 2013 do Instituto Confúcio, elaboração do autor.

⁵⁵ Os dados são dos relatórios anuais do Instituto Confúcio de 2006 e 2013, respectivamente. Utilizou-se o de 2006 como início pois foi o primeiro relatório anual publicado em inglês pelo Instituto. Disponível em: < <http://english.hanban.org/>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

Gráfico 9 – Quantidade de Institutos Confúcio no Mundo, 2006 e 2013



Fonte: *Annual Report* 2006 e 2013 do Instituto Confúcio. Elaboração do autor.

A expansão da cultura chinesa no mundo figura entre as prioridades de Hu Jintao no 17º Congresso Nacional do PCCh, em 2007. O mandatário chinês a relaciona, inclusive como exposto anteriormente, ao conceito de *Comprehensive National Power* da China. Isto reforça, de certa forma, a hipótese de que o CNP tem sido um dos métodos de avaliação geopolítica da China no Sistema Internacional.

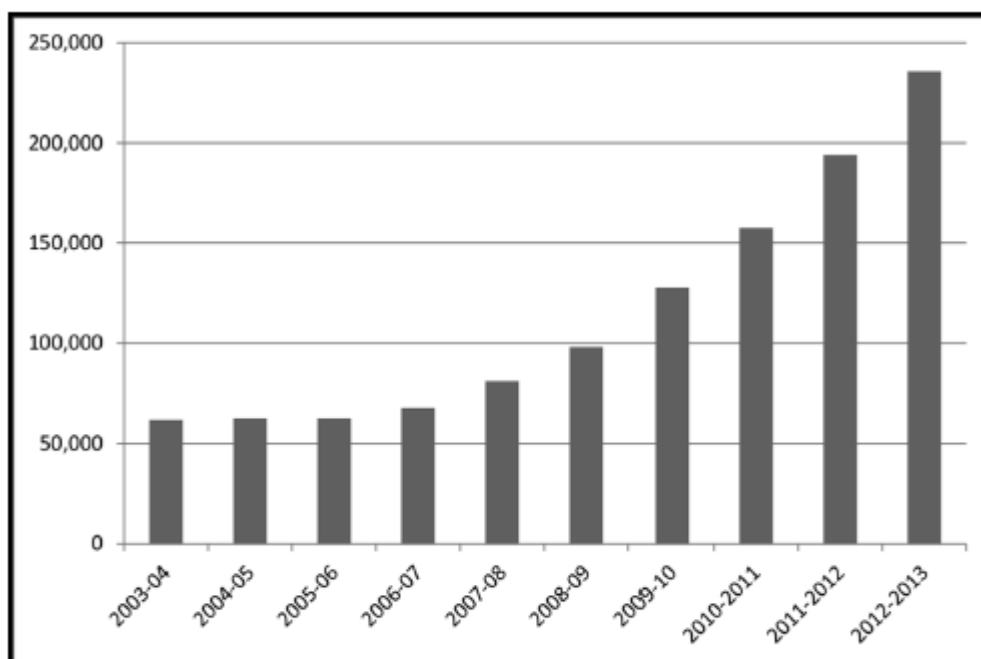
Da mesma forma, em 2012, no 18º Congresso Nacional do PCCh, Hu Jintao atribui bastante relevância a cultura como base para aumentar a competitividade chinesa e aumentar, respectivamente, o CNP chinês. O aspecto cultural é um dos pontos-chave neste último discurso a frente do Congresso Nacional do PCCh.

A força e a competitividade internacional da cultura chinesa são um indicador importante do poder e prosperidade da China e da renovação da nação chinesa. Devemos promover o rápido desenvolvimento do todo em torno do florescimento da indústria cultural e serviços culturais e garantir benefícios sociais e econômicos, com prioridade sobre o primeiro. [...] Devemos abrir o setor cultural mais amplamente ao mundo exterior e aproveitar as realizações culturais de outros países. Devemos fomentar um ambiente ameno que permita a um grande número de figuras culturais talentosas, particularmente figuras culturais eminentes e representantes da cultura chinesa, distinguirem-se na busca artística. Devemos honrar as personalidades culturais com uma contribuição excepcional. [...] Progressos ainda maiores devem ser feitos. Em levar a cultura chinesa para o cenário global. (Hu Jintao, 2012, 18º Congresso Nacional do PCCh).

Nota-se que, apesar de não haver menções aos ensinamentos de Confúcio ou de pensadores pré-Qin, o aspecto cultural relacionado ao *Comprehensive National Power* da China é notado em dois importantes encontros do PCCh. Desse modo, pode-se observar que o desenvolvimento da China no aspecto cultural não é um fator secundário na avaliação do poder estatal. O crescimento do Instituto Confúcio no período pesquisado denota, no mínimo, uma organização do Estado chinês em torno de uma ideia governamental sólida de desenvolvimento.

Outro dado em que se percebe a evolução da presença chinesa no mundo em aspectos educacionais e culturais é do de estudantes chineses matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras. A figura a seguir apresenta a presença de estudantes chineses em instituições estadunidenses, apresentando um salto significativo, reflexo das políticas do “*going out*” iniciadas em Hu Jintao.

**Figura 6 – Estudantes da China matriculados em
Universidades dos Estados Unidos, 2003-2013**



Fonte: USCC, 2015.

Com base no exposto acima nota-se que, de fato, o poder cultural é um elemento considerado dentro contexto maior de concepção de poder, atrelado ao entendimento da China do *Comprehensive National Power*. Pode-se avaliar que, da mesma forma das duas variáveis antecessoras, o exercício do poder nos aspectos culturais chineses então conectados a uma estratégia atualizada, institucionalizada no

PCCh, sem que haja, *a priori* a justificativa filosófico-política de elevar o confucionismo ou qualquer outra tradição cultural, sobretudo em níveis domésticos.

Na concepção de Yan (2008; 2011), assim como na concepção dos pesquisadores da Academia Militar de Ciências (AMS); o poder cultural faz parte dos elementos centrais na avaliação do CNP de um Estado. No entanto, o primeiro enfatiza que na avaliação do CNP deve haver separação entre o poder político e o poder cultural, visto que o poder político, como apresentado a seguir, na visão do autor, é a variável independente que coordena e fundamenta as demais.

3.3 Poder Político

3.3.1 Impacto do poder político nas demais categorias de poder

Na perspectiva de Yan (2008, p.142) o poder político é a base para o crescimento e a adequação do poder militar, econômico e cultural, da mesma maneira que a moral e a ética na política estatal determinam o núcleo do poder do Estado, sua prosperidade ou fraqueza. “Se a política é eticamente correta, o poder nacional cresce, caso moralmente incorreta pode levar a sua destruição” (YAN, 2008, p. 143). Para o autor, as reformas e a abertura da China a partir de Deng Xiaoping são exemplos que endossam a força do aspecto político do poder como base para o crescimento.

Como mencionado nos tópicos anteriores, a ascensão de Hu Jintao ao cargo de secretário-geral do PCCh, em 2003, é um fato político relevante devido as características infrequentes que este governante possuiu em relação aos seus predecessores. No que se refere à política internacional o destaque do governo do mandatário foi a inclusão da estratégia do “mundo harmônico” para lidar com as relações entre o desenvolvimento da China e o mundo (FEWSMITH, 2008; WANG; 2011; BUHI; 2014).

Mohanty (2004, p. 4499) afirma que este foi o principal lema do primeiro mandato de Hu Jintao, isto é, tentar emplacar a ideia da construção de uma ‘sociedade harmônica’ que combinasse ao mesmo tempo o crescimento material e político. Este ponto em particular, no que se refere aos estudos sobre CNP difere das avaliações anteriores, pois, no trato das relações internacionais, como apresentado a seguir, há uma forte referência por parte da China aos conceitos e premissas confucionistas.

Em seu discurso “*Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity*” na Cúpula das Nações Unidas, Hu Jintao (2005) estabelece os

rumos da política chinesa internacionalmente. A ênfase do mandatário chinês foi que a confiança mútua e o respeito à soberania dos países seriam os caminhos para uma sociedade pacífica, e que, nesse ponto, a China estaria inteiramente disposta a cooperar.

A China seguirá, como sempre, os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas participando ativamente dos assuntos internacionais e cumprindo suas obrigações, trabalhando com outros países na construção de uma ordem internacional justa e racional. A nação chinesa ama a paz. O desenvolvimento da China, em vez de prejudicar ou ameaçar os outros, só pode servir a paz, a estabilidade e a prosperidade comum no mundo. [...] Devemos todos abandonar a mentalidade da Guerra Fria, cultivar um novo conceito de segurança por meio da confiança mútua, benefícios mútuos, igualdade e cooperação e pela construção de um mecanismo de segurança direcionado para prevenir guerras e conflitos e salvaguardar a paz a segurança mundial. (HU JINTAO, 2005, *UN statement*).

No geral, percebe-se que o discurso de Hu Jintao tocou mais em assuntos que dizem respeito a elementos centrais de concepções políticas confucionistas do que no núcleo duro do socialismo com características chinesas. A abordagem do mandatário, discursivamente, pode ser considerada moderada na medida em que projeta a China cooperando com temas da política internacional a partir do escopo das Nações Unidas, sem colocar-se diretamente como líder no processo de “harmonização” sugerida.

Zhao (2015: 256) alega que enquanto no âmbito doméstico há uma tendência de maior assertividade por parte da China em discursos sobre expansão de poder como um projeto de Estado, internacionalmente, sobretudo em Hu Jintao, houve uma tentativa de acalmar os ânimos da sociedade internacional a respeito dos interesses chineses na condição de uma grande potência. O autor argumenta que desde então os líderes chineses perceberam as implicações de assumir o discurso da China como uma ‘potência em ascensão’ e implementaram a estratégia de minimizar o discurso de poder e enfatizar a identidade chinesa como a de um país em desenvolvimento.

A esse respeito, Zhao (2015) afirma:

[...] As lideranças chinesas têm buscado evitar a imagem de uma grande potência se intrometendo nos assuntos globais. Durante uma visita no começo de 2009, a Europa, quando alguns repórteres questionaram o Premier da China, Wen Jiabao a respeito de um discurso no que ele se refere a China como ‘grande potência’, a agência governamental de notícias chinesa, *Xinhua*, transcreveu o termo em suas notícias como ‘grande país’. (ZHAO, 2015: 256).

Nota-se que a partir de Hu Jintao outro termo de inserção política da China no mundo se estabeleceu, o de ‘desenvolvimento pacífico’. Este, de acordo com Wang (2007, p. 24) faz parte do esforço da China nas “*Cross-Strait Relations*”, e diz respeito inter-relações políticas, militares, econômicas, culturais e sociais da China continental com Taiwan, e pode ser considerada uma expansão do conceito da ascensão pacífica da China para o mundo.

Ambas as ocasiões retratadas acima demonstram a tendência a um duplo-discurso da China quando se trata da expansão do CNP. O primeiro, domesticamente, imbuído em aspectos políticos de tradição do socialismo com características chinesas e do pensamento de Deng Xiaoping, e o segundo, relativamente recente e atribuído aos esforços de Hu Jintao, no escopo internacional, emplacando a noção de uma sociedade harmônica nos termos históricos que a China afirma ter sempre buscado, fundamentado em premissas de pensadores clássicos.

Minimizando suas aspirações como grande potência, a liderança chinesa tentou construir a imagem de uma China como um país responsável e amante da paz para garantir à comunidade internacional que o crescimento da China iria trazer oportunidades e benefícios em vez de ameaças à paz e a estabilidade. Para isso, o Presidente Hu Jintao começou a promover os conceitos do ‘desenvolvimento pacífico’ em um “mundo harmônico”. [...] Hu Jintao utilizou as expressões “desenvolvimento pacífico” e “mundo harmônico” que são derivadas da filosofia clássica chinesa, a partir do conceito de “harmonia” como o núcleo para lidar com todos os assuntos externos e da relação com os vizinhos. (ZHAO, 2015: 256-258).

Zheng e Tok (2007: 10) argumentam que Hu Jintao introduz uma nova mentalidade e abordagem da China, doméstica e internacionalmente, e que estes novos rumos ‘sociedade harmônica’ e ‘mundo harmônico’ correspondem a partir de então a nova estratégia chinesa do período. Os autores consideram ainda que a liderança do governante foi crucial para unificar o discurso político fragmentado até então devido ao impacto das três gerações de líderes predecessores a Hu Jintao.

Yan (2011: 101) fundamenta, a partir de Xunzi, que o poder político é o núcleo do poder do Estado e que este determina as demais capacidades que constituem o *Comprehensive National Power*. Entretanto, ao passo que é possível verificar a validade do entendimento da China do poder político internacionalmente atrelado às premissas clássicas de poder, não se pode verificar o determinismo deste sobre as demais categorias de poder do Estado, sobretudo no campo externo.

Yan (2011: 101) reconhece que para a China contemporânea o caminho básico a seguir para aumentar o CNP é o desenvolvimento econômico, no entanto, utilizando sua premissa do poder argumenta que o desenvolvimento chinês das últimas décadas poder ser entendido por meio do poder político. No parágrafo a seguir - citação completa - Yan (2011) aplica sua metodologia na análise da China contemporânea. O autor retrata:

O governo da China já propôs o princípio estratégico do caminho para o desenvolvimento pacífico. Porém, se este princípio estratégico tem como núcleo central o poder político ainda não está claro. Atualmente, a ideia mais popular na China é que o caminho básico para engrandecer o CNP é pelo desenvolvimento da economia. Se usarmos a visão de Xunzi como o poder político sendo basilar para o *hard power*, entretanto, e aplicarmos a questão do CNP, encontramos que desde 1949 a China passou por mudanças políticas para que houvesse um aumento do desenvolvimento econômico e militar. Em 1949, o Partido Comunista Chinês fundou um novo sistema político e desde então houve um aumento significativo do CNP de 1949 a 1956. Em 1978, o governo da China implementou reformas e a abertura criando o *boom* econômico dos últimos trinta anos. Em 2002 o governo chinês passou a implementar uma política de desenvolvimento balanceado do aparato militar e da construção econômica, consequentemente as defesas nacionais cresceram rapidamente. Em contraste, quando o governo adotou orientações políticas errôneas como o Grande Salto para o Futuro e a Revolução Cultural, a economia nacional e a força militar diminuíram seriamente. (YAN, 2011: 101).

De fato, aspectos políticos são inerentes a qualquer das variáveis do poder na conjuntura da China (CHEN, 2015: 272). O processo histórico pelo qual a RPC se consolidou permite predizer que a busca pelo poder, sua consolidação e expansão fazem parte da estratégia chinesa de desenvolvimento. Nesse processo, pode-se afirmar que o CNP tanto no seu aspecto operacional, nas sucessivas tentativas das instituições de orientação estatal, como em seu aspecto teórico-conceitual, nas análises de pesquisadores chineses, é compreendido como uma ferramenta de avaliação estratégica por parte China.

Nota-que o período em que Hu Jintao ascendeu a posição de Secretário Geral do PCCh favoreceu uma estratégia de política internacional da China sob o discurso da harmonia e confiança mútua, conceitos advindos da tradição filosófica chinesa e aplicados ao trato do Sistema Internacional. Nesse ponto, especificamente, é possível fazer relações entre a aplicação do CNP ligado aos ensinamentos da literatura clássica da China.

CONCLUSOES PARCIAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder é uma variável ímpar da política internacional. Nas Relações Internacionais, sobretudo no contexto ocidental, sua definição é ampla e variada, e, no geral, é atribuída às entidades individuais, os Estados, sua manutenção e ampliação. A quantificação deste implica a utilização de uma aparato teórico combinado a aspectos metodológicos que traduzam, nesse caso, as capacidades estatais a partir de generalizações. Diversos métodos estadunidenses e europeus foram aplicados na tentativa de definir e quantificar o poder nas relações internacionais, estes refletem, inclusive, a influência dessas regiões na política internacional, suas prioridades e a maneira na qual visualizam o Sistema Internacional. REFLEXIVISTAS E RACIONALISTAS

No decorrer desta dissertação se procurou introduzir a percepção do poder nas relações internacionais por parte da China, por meio da ferramenta política de avaliação de poder do país, denominada *Comprehensive National Power* (CNP). Em virtude da carência de fontes sobre esta ferramenta, discutir sobre o CNP acarreta depender de poucos debates, no entanto, essa dissertação buscou abranger as principais referências ao tema.

No contexto chinês, do ponto de vista teórico, percebe-se que apesar de haver concordância em relação às fontes históricas na qual o poder deve ser avaliado, não se pode dizer ao mesmo em relação ao nível de análise e sobre o exercício do poder, isto é, sobre qual agente denota a responsabilidade congregar as capacidades do Estado.

Enquanto alguns autores sugerem que a China absorva e reproduza uma política de paz e harmonia em termos familiares, outros sugerem que os círculos relacionam sejam a base das relações de poder do país. Há alternativas teóricas que entendem que o poder chinês deve ser exercido exclusivamente pela política. Não há, no entanto, profundidade científica nas abordagens propostas, apenas direcionamentos que auxiliam na percepção da China no mundo.

A (re) ascensão chinesa na política internacional nas últimas décadas pressupõe entender como este país define e quantifica o poder. Nesta tentativa, percebeu-se o CNP como uma ferramenta ímpar, por compreender um conceito de poder multivariável, fundamentado em premissas teóricas desconectadas, no geral, do pensamento tradicional em RI, e por assim oferecer alternativas teóricas e metodológicas para avaliar a variável poder.

A esse respeito, pode-se entender que na concepção chinesa, o CNP está relacionado a avaliações estratégicas multivariáveis do poder do Estado. No geral, fatores econômicos, militares, culturais e políticos são equacionados para chegar a uma soma que quantifique o poder do Estado e possa compará-lo aos demais, sobretudo com as grandes potências. Percebeu-se que esta ferramenta pode ser utilizada tanto em seu caráter operacional como em aspectos teóricos conceituais. Ambas retratam uma característica metodológica chinesa de avaliar o poder dos Estados: uma estratégia abrangente.

Apesar da validade discursiva que este debate é fundamentado na literatura política clássica da China, nas premissas de seus pensadores como *Confúcio*, *Mencius* e *Xunzi*; percebe-se que em maior ou menor grau, o fator determinante para propagação destas avaliações no contexto chinês se deu por iniciativa do ex-líder Deng Xiaoping, por implantar uma cultura do pragmatismo e na busca pelo desenvolvimento da China.

A evolução geracional dos líderes chineses assim como o contexto político-econômico que estes ascenderam ao poder no Partido Comunista da China se mostraram igualmente determinantes para dinamismo das avaliações do CNP. Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao estiveram na liderança da China em momentos distintos, sendo o último o responsável por enfatizar o aspecto cultural do CNP na política chinesa.

Ao longo desta dissertação se percebeu que o CNP é uma ferramenta estratégica relevante para a China, pois há menções a necessidade de expansão deste em diversos discursos políticos de mandatários e membros da elite chinesa. Do ponto de vista acadêmico, nota-se a o caráter metodológico que avaliações a partir do CNP oferecem a disciplina de Relações Internacionais.

No entanto, nos estudos sobre a China, além da barreira linguística há fortes limitações em relação às fontes de pesquisa e a divulgação de resultados gerados a partir de fórmulas operacionais do CNP, o que pode restringir o alcance dos estudos propostos.

Esta dissertação buscou fomentar debates a partir do CNP no meio acadêmico de Relações Internacionais, visto que são poucas as menções a este método chinês de avaliação de poder nacional na literatura. Se aprofundadas, as prospectivas análises de CNP podem enriquecer ainda mais disciplina de RI, por tratar de fundamentos e métodos não tradicionalmente pesquisados.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Berry (2010). Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Berry (org). *Non-Western International Relations Theory Perspectives on and beyond Asia*, pp. 1-25.

ALCOCK; Norman, Z; NEWCOMBE, Alan G. (1970). The Perception of National Power. *Conflict Resolution*, vol. 14, nº. 3: 335-343.

ANGANG, Hu; HONGHUA, Men. (2002). The Rising of Modern China: Comprehensive National Power and Grand Strategy. *Strategy & Management*, nº. 3, pp. 1-36.

BALDWIN, David. A (2013). Power and International Relations. In: *Handbook of International Relations*. Org: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. A, pp. 237-297.

BO, Zhiyue. (2004). Hu Jintao and the CCP's Ideology: A Historical Perspective. *Journal of Chinese Political Science*, vol. 9, nº. 2, pp. 27-44.

BUHI, Jason (2014). Foreign Policy and The Chinese Constitutions During the Hu Jintao Administration. *Boston College International & Comparative Law Review*, vol. 37, pp. 241- 279.

BUZAN, Barry (2010). China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? *The Chinese Journal of International Politics*, vol. 3, pp. 5-36.

CABESTAN, Jean-Pierre (2009). China's Foreign- and Security-policy Decision-making Processes under Hu Jintao, in: *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 3, pp. 63-97.

CASTRO, Thalles (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

CHEN, Zhimin (2015). China's Power from Chinese Perspective (II) In: *Assesing China's Power*. Org: Chung Jae Ho. Asan-Palgrave Macmillan: New York.

CHUNG, Jae Ho; YE, Zhang. (2012). Chinese State, Chinese Society: Facing a New Century. *Brookings Northeast Asia Survey*, pp. 19-34.

CHUWATTANANURAK, Wuttikorn (2014). China's Political Stability and Comprehensive National Power: A Case Study of the Conflict in Xinjiang. *Journal of US-China Public Administration*, September 2014, Vol. 11, No. 9, pp. 721-741.

CLINE, 1975?

COX, Robert (1981). Social Forces States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium - Journal of International Studies*, pp. 126-155.

DAHL, Robert. (1957). The Concept of Power. *System Research and Behavioral Sciences*. vol 2, Issue 3, pp. 201–215.

EWING, Richard Daniel (2003). Hu Jintao: The Making of a Chinese General Secretary. *The China Quarterly*. No. 173, pp. 17-34.

FAIRBANK, John King (2006). *China: a new history*. Cambridge: Harvard University Press.

FENG, Zhang (2012). The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, vol. 5, pp. 73–102.

FEWSMITH, Joseph (2008). China in 2007. *Asian Survey*, vol. 48, pp. 82-96.

FRAVEL, Taylor. M. (2008). China's Search for Military Power. *The Washington Quarterly*, 125-141.

FUKUYAMA, Francis (1990). A reply to my critics. *The National Interest*. n° 18, pp. 102-122;

GILPIN, Robert (1996). Economic Evolution of National Systems. *International Studies Quarterly*. Vol. 40, N.03. Special Issue. Evolutionary Paradigms in the Social Sciences, pp. 411-431.

_____ (1989). Where Does Japan Fit In? *Millennium Journal of International Relations*, No.03, pp. 329-342.

GOLDEN, Sean (2011). China's Perception of Risk and the Concept of Comprehensive National Power. *The Copenhagen Journal of Asian Studies*, vol 29, No 2, pp. 79-109.

GONÇALVES, Arnaldo. (2005). A Visão Paradigmática Da China Como Grande Potência. *Relaciones Internacionales*, n° 29, pp. 81-88.

GUPTA, Rukmani. (2013). National Interests and Threat Perceptions Exploring the Chinese Discourse. *IDS Monograph Series*, no. 17, pp. 1-82.

HWANG, Karl. (2010). Measuring Geopolitical Power in India: A Review of the National Security Index (NSI). *GIGA Research Programme: Power, Norms and Governance in International Relations*. N° 136, 2008. 1-37.

HÖHN, Karl (2011). *Geopolitics and the Measurement of National Power*. Dissertation. Fachbereich Sozialwissenschaften. Universität Hamburg. Hamburg, Germany. 2011.

- HOLSTI, K. J. (1964). The Concept of Power in the Study of International Relations. *Background*, vol. 7, No. 4, pp. 179-194
- KENNEDY, Paul (1988). *The rise and fall of the great powers*. Londres: Unwin Hyman.
- KUHN, Thomas (1998). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LAYNE, Christopher (1993). The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. *International Security*. Vol. 17, nº 4, pp. 5-51.
- LEITE, Alexandre; MAXIMO, Jessica (2013). Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo sobre o Campo das Relações Internacionais na China. *Contexto Internacional*, vol. 5, nº 1, pp. 231-249.
- LYRIO, Mauricio (2010). *A Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos*. Brasília: FUNAG.
- METZ, Steven; KIEVIT, James (1994). *The Revolution In Military Affairs and Conflict Short of War*. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub241.pdf>> Acesso em: setembro de 2016.
- METZ, Steven; KIEVIT, James (1995). *Strategy and The Revolution In Military Affairs: From Theory to Policy*. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=236>> Acesso em: outubro de 2016.
- MOHANTY, Manoranjan. (2004). China's Focus on Governance: Change in Emphasis by New Leadership. *Economic and Political Weekly*, Vol. 39, No. 41, pp. 4497+4499-4500.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003). *Politics Among Nations: The struggle for peace and power*. New York: Alfred A. Knopf.
- MULVERON, James (2005). Chairman Hu and PLA's New Historic Missions. *China Leadership Monitor*, nº 27, pp. 1-11.
- NYE, Joseph .S Jr. (1990). *Bound to lead: the changing nature of American power*. New York, NY: Basic Books.
- NYE, Joseph .S Jr. (2003). *Soft power: propaganda isn't the way*. Disponível em: <www.belfercenter.org/publication/propaganda-isnt-way-soft-power> Acesso em: outubro de 2016.
- NYE, Joseph .S Jr. (2006). Think again: soft power. *Foreign Policy*. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>>. Acesso em: outubro de 2016.

OLIVEIRA, Henrique; LEITE, Alexandre (2014). O compromisso chinês para a Governança Global: almejando um lugar melhor à mesa? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Edição Especial, pp. 265-285.

PILLSBURY, Michael (2000). *China Debates The Future Security Environment*. National Defense University Press Washington, D.C.

QIN, Yaqing (2007). Why is there no Chinese international relations theory? *International Relations of the Asia-Pacific*, vol.7, pp. 313-340.

_____ (2010). International Society as a Process: Institutions, Identities, and China's Peaceful Rise. *The Chinese Journal of International Politics*, vol. 3, pp. 129-153.

_____ (2013). Culture and global thought: Chinese international theory in the making. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, nº 100, pp. 67-89

_____ (2016). A Relational Theory of World Politics. *International Studies Review*, pp. 1-15.

STEPHENS, Daniel J. (2009). Confucianism, Pragmatism, And Socially Beneficial Philosophy. *Journal of Chinese Philosophy*, pp. 53-67.

T. DO, Thuy. (2015) China's rise and the 'Chinese dream' in international relations theory. *Global Change, Peace & Security*, vol. 27, no. 1, pp. 21-38

VÁZQUEZ, Julio. A. Diaz; (2012) China pide paso: De Hu Jintao a Xi Jinping. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, No. 104, pp. 206-209.

WALT, Stephen, M, (1998). International Relations: One World Many Theories. *Foreign Policy* Nº 111, pp. 29-32, 34-46.

WANG, Vincent Wei-Cheng (2015). The Eagle Eyes the Dragon and the Elephant: American Perspectives on the Rise of China and the Rise of India. *Asian Politics & Policy*, vol. 7, nº 3, pp. 347-377.

WANG, Hongmei (2011). A Study of Innovating the Systemic Construction of the Party by Hu Jintao. *Asian Social Science*, vol. 7, nº 1, pp. 175-178.

WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Boston: Addison-Wesley.

WENDT, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press.

YAN, Xuetong (2001). *The Rise of China in Chinese Eyes*. *Journal of Contemporary China* (2001), 10(26), 33-39

_____ (2002). *Analysis of China's National Interests*. English Version, Special Edition: Tianjin People Press.

_____ (2008). Xun Zi's Thoughts on International Politics and Their Implications. *Chinese Journal of International Politics*, vol. 2, pp.135–165.

_____ (2011). *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

ZHANG, Weihong. (2010). China's Cultural Future: From Soft Power To Comprehensive National Power. *International Journal of Cultural Policy*, vol. 16, no. 4, November 2010, pp. 383–402.

ZHAO, Tingyang. (2006). Rethinking Empire from a Chinese Concept All-under-Heaven Tianxia. *Social Identities*, vol. 12, No. 1, pp. 29-41.

ZHAO, Suisheng (2015). China's Power from a Chinese Perspective (I). In: *Assesing China's Power*. Org: Chung Jae Ho. Asan-Palgrave Macmillan: New York.

ZHENG, Yongnian; TOK, Sow. K. (2007). Harmonious Society and Harmonious World: China's Policy Under Hu Jintao. *China Policy Institute Briefing Series – Issue 26*, pp. 1-12.

Noticias e comunicados de imprensa

Banco Mundial (2017). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.ZS>> Acesso em: setembro de 2016.

Chang Wanquan (2014). *Chinese DM addresses Fifth Xiangshan Forum*. Disponível em: <> Acesso em: 04 de novembro de 2016.

Hu Jintao (2005) *Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity*. Disponível em: <<http://fliphtml5.com/nzjr/uemk/basic>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

Hu Jintao (2007). *Speech at 17th National Congress the Communist Party of China*. Disponível em: < <http://www.xinhuanet.com/english/17thcpc/>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

Hu Jintao (2011). *Speech at CPC Anniversary Gathering*. Disponível em: < http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-07/01/c_13960505.htm> Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

Hu Jintao (2012). *Report at 18th Party Congress*. Disponível em: < http://news.xinhuanet.com/english/special/18cpcnc/2012-11/17/c_131981259.htm > Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

Jiang Zemin (2000). *Speech at the eve of the 80th anniversary of the foundation of the Chinese Communist Party*. Disponível em: < <http://www.china-un.ch/eng/zgbd/smw/t85789.htm> > Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

Report on Comprehensive National Power (2010). In: Yellowbook of International Politics: Annuan Report on International Politics and Security. Disponível em: < http://en.iwep.org.cn/publications/publications_books/201205/t20120527_1792038.shtml > Acesso em: novembro de 2016.

United States Department of State (2011) *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Disponível em: < <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2016%20China%20Military%20Power%20Report.pdf> > Acesso em: 02 de dezembro de 2016.